

# ARENGAS & PICÍCAS

REAÇÕES POPULARES À RESERVA  
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MAMIRAUÁ NO ESTADO DO AMAZONAS



MARISE REIS



# ARENGAS & PICICAS

REAÇÕES POPULARES À RESERVA DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ NO  
ESTADO DO AMAZONAS

MARISE REIS

Copyright © 2005, Sociedade Civil Mamirauá

**Todos os direitos reservados.**

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou utilizada por qualquer meio, sem a prévia autorização por escrito dos autores.

**Impresso no Brasil / Printed in Brazil**

**Produção:**

Elaynia Ono

**Projeto Gráfico e Diagramação:**

Elaynia Ono e Ricardo Ono

**Capa e Foto da Capa:**

Ricardo Ono

**Revisão:**

Andréa Sanjad

**Normalização e Ficha Catalográfica:**

Francileila Jatene

Reis, Marise

Arengas & picicas : reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas. / Marise Reis. - Belém : Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005.

178 p. : il. - (Estudos do Mamirauá; v. 6)

ISBN 85-85924-13-6

ISBN 85-88758-06-7

1. Desenvolvimento sustentável - Estudos de impacto. 2. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM). I. Título. II. Série

CDD 333.9514



**MARISE REIS** é socióloga graduada pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA DA UFRRJ.

Nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais. Começou a exercer a profissão na última metade da década de 80 trabalhando na Funai, em Belém, com as populações indígenas do estado do Pará e Maranhão.

No período de 1991 a 2001 ajudou na construção da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Amazonas, trabalhando na organização das comunidades ribeirinhas do médio Solimões e no envolvimento dos atores locais.



**ESTUDOS DO MAMIRAUÁ**  
**VOLUME 6**

**Coleção:** Bases Científicas do Plano de Manejo de Mamirauá

**SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ**  
**Comissão Editorial:**

Helder Queiroz  
Ana Rita Alves  
Aline Azevedo  
Cecília Banhara Marigo  
Luiz Claudio Marigo  
Peter A. Henderson  
Ronaldo Barthem  
William D. Hamilton

Ao adquirir este livro, você estará contribuindo para a implantação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã.



*“Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo”.*

Félix Guattari, 2001

ÁREA DE INFLUÊNCIA - OS MUNICÍPIOS	77
AS "COMUNIDADES" RIBEIRINHAS	79
Conflito e representação social	81
A PRELAZIA DE TEFÉ E O "MOVIMENTO DE PRESERVAÇÃO DE LAGOS"	86
SEGMENTOS SOCIAIS DOMINANTES	90
REAÇÕES SOCIAIS, IMAGINAÇÃO POPULAR E ATUAÇÃO DOS SETORES INFLUENTES - A VISÃO DAS LIDERANÇAS	
A "PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA" E PRIMEIROS DESAFIOS	97
A imaginação dos moradores e o "banzeiro" comunitário	104
Os obstáculos no processo de organização comunitária	119
A reação dos segmentos sociais influentes	129
Sentimentos e expectativas contraditórios	133
As Primeiras assembléias gerais	137
A importância dos primeiros encontros	139
O modelo político de participação	141
Expectativas e tensões	144
Os convidados	154
Dinâmica e funcionamento, responsabilidades e preparativos	155
DIFERENÇAS DE RITMO E MUDANÇA DE ATITUDE DAS COMUNIDADES	159
A HERANÇA DE OUTRAS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO	161
CONCLUSÃO	165
POSFÁCIO	
HOMENAGENS ESPECIAIS	169
BIBLIOGRAFIA	171

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
ARENGAS E PICICAS	21
INTRODUÇÃO	23
A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - MAMIRAUÁ	
A NATUREZA DE MAMIRAUÁ	37
A VIDA NA VÁRZEA	39
MAMIRAUÁ: ESFORÇO DE CRIAÇÃO, ESTRUTURA E APOIO INSTITUCIONAL	43
AS PROPOSTAS DE MAMIRAUÁ: INOVAÇÃO E OUSADIA	
O novo modelo: proteção da biodiversidade e demanda social	48
Manejo participativo dos recursos versus costumes e práticas locais	51
Qualidade de vida: tradição ou novos hábitos?	55
QUEM SÃO AS LIDERANÇAS EM MAMIRAUÁ	58
HISTÓRIA E CONTEXTO	
O MODELO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO	65
OS HABITANTES E AS CATEGORIAS SOCIAIS	68
Populações Tradicionais?	72



# PREFÁCIO

A idéia que agora se transforma em livro, começou a se esboçar ainda no início da implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Estado do Amazonas, nos anos de 1993 e 1994. Em Tefé, conversando com alguns companheiros de equipe sobre os boatos e as fofocas em torno da então Estação Ecológica, que não paravam de pipocar e fervilhar entre a população da região, concordamos que, para além da perplexidade que nos causava, o tema era curioso e tinha um interesse mais geral. Veio-me um título à cabeça: "arengas e picicas"! Notícias inacreditáveis sobre os efeitos devastadores que a criação de uma unidade ambiental acarretaria para seus moradores. Estórias surpreendentes e esdrúxulas sobre os que trabalhavam na execução do projeto da Reserva e suspeitas acerca de cada palavra, cada gesto e intenção, intranquilizavam a população e esvaziavam qualquer tentativa de envolver as localidades ribeirinhas do médio Solimões, tornando tensos os contatos. Rumores que vinham de todos os cantos, e que revelavam, em todos os momentos, o receio, o ciúme, a incompreensão e a indisposição com as idéias de criação de um novo modelo de gestão ambiental e sustentável que, todavia, se propunha ser participativa. Implicâncias cotidianas obsessivas com qualquer tipo de argumento ou defesa em favor das propostas de preservação apresentadas.

Estas manifestações indispueram e desarticularam os setores favoráveis, já mobilizados para a consulta, e o envolvimento popular que antecederam o estabelecimento da proposta na prática. Pois, a perspectiva de regulamentação do uso dos recursos naturais representa, principalmente para alguns segmentos marcadamente mercantis que exploram a região, a ameaça de ter suas atividades controladas. Como forma de pressionar contrariamente a população com relação à iniciativa, estes segmentos instigavam os moradores do interior, criando e divulgando casos fictícios sobre as conseqüências nefastas da implementação da Reserva, associando-a com os projetos malvistas na região. As estórias atingiram as comunidades em cadeia,

1. O Projeto Mamirauá é a entidade que desenvolve, desde 1990, as atividades de pesquisa e extensão na área onde se implanta a RDSM. Esta denominação, ou simplesmente Projeto, é a forma mais corriqueira da população se referir à Instituição. Administrado até recentemente pela Sociedade Civil Mamirauá que foi substituída nesta responsabilidade pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

se multiplicaram entre a população do interior causando reações imprevistas que extrapolaram os limites geográficos da Unidade, indo muito além. Tornavam-se um argumento forte para os moradores receosos repudiarem a ideia e furtarem-se aos contatos com as equipes para discutir o novo projeto que se desenvolveria.

O que interessa é demonstrar como as lideranças comunitárias da região, elas mesmas moradoras que vivenciaram esta experiência, perceberam e percebem, dez anos depois, as reações iniciais ao "Projeto Mamirauá"<sup>1</sup>. Por um lado, a rejeição e por outro, a adesão. O que motivava estas atitudes? O "Projeto" se constituía, aos olhos de seus mentores, executores e parceiros, uma alternativa para a população carente e excluída. Desde o início, conquistara grande parte dos pequenos grupamentos locais, já havia atraído a atenção da mídia e de entidades internacionais de fomento às iniciativas ambientalistas e científicas, tinha idoneidade e determinação criativa, força política e capacitação para conciliar a proposta de preservação da biodiversidade com as demandas dos habitantes.

Depois de dois anos estudando e refletindo com certa distância estas questões, já no curso de mestrado, revisei o tema e contei com a ajuda das lideranças locais (que trabalharam comigo durante anos, aliados com os quais enfrentei intensamente as questões práticas que a efetivação da Reserva impunha), que me cederam as entrevistas em 2002. Mostrar sua leitura com relação a uma parte deste processo é o que me interessa. E dar voz às comunidades, às populações locais e deixá-las falar através dos seus líderes. Este sempre foi o espírito em Mamirauá o qual quero documentar, mais uma vez.

Com esta publicação reproduzo, praticamente, o estudo de mestrado concluído em 2003. A versão original passou por uma reestruturação, para melhor agrupar os assuntos e facilitar a leitura, oferecendo um outro formato ao material. Principalmente no que se refere às questões teóricas, para atualizar alguns indicadores sociais ou dados sobre o Instituto e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, foram feitos pequenos acréscimos ao texto original. Foi acrescentado um capítulo inédito sobre as primeiras grandes reuniões de moradores e usuários de Mamirauá, incluindo o Primeiro Grande Encontro da Boca do Mamirauá, dois "encontros de rio" que o sucederam, um no Japurá e outro no Solimões e as I e II Assembléias Gerais, realizadas nos anos iniciais de 1992 e 1993.

Quero reiterar os agradecimentos àqueles que contribuíram para que eu pudesse realizar, a partir de 2001, o estudo que resultou neste material, e as referências aos que, de alguma forma, foram importantes para mim durante estes dez anos. Especialmente, a José Marcio Ayres (em memória), Ana Rita Alves e Edila Moura, pelo apoio e confiança. A Neide Esterci, que me motivou às reflexões, e, desde sempre, me ajudou a pensar nas questões da minha vida profissional e do Mamirauá. A Eli Napoleão de Lima, que me orientou na dissertação.

Aos companheiros Divino Azevedo, Helder Queiroz, Miriam Marmontel e Paulo Roberto, que discutiram e dividiram, no dia a dia, os desafios práticos e existenciais de implantar uma unidade alternativa de conservação na várzea amazônica, e que tornaram mais leves o trabalho e a vida em Tefé nos primeiros anos. A Deborah Lima, que nos idos de 1991, me instruiu com excelência para as tarefas a serem realizadas em campo. Aos Padres Vicente Ferrero e Daniel Béguin, que, com amizade e franqueza, puseram fé em Mamirauá e, sobretudo, por transmitirem suas experiências às comunidades do Solimões. A amiga Elizabete Gama pela sinceridade nos depoimentos prestados.

A Paulo Roberto Souza, que assumiu as minhas atribuições de trabalho durante o curso. Beth, Mercês, Otacílio, Isabel e Marília, cujo espírito de coleguismo não deixou que eu perdesse minha identidade de grupo, depois dos anos longe de Mamirauá. Oscarina, Vavá, Antonio, Afonso, "minha equipe" de Integração Política; Edinilzo e Marinho. Aos representantes comunitários, sempre dispostos a conversar, Antonio Alves, Joaquim Martins, Francisco Andrade e João Caldeira. Aos moradores das comunidades ribeirinhas do Solimões, Japurá e Aranapu, aos quais devo o aprendizado e a vivência.

Ao Lafa, parceiro do qual me afastei para fazer o curso e, pelo quê, jamais me cobrou. Maria Helena, Maurício e Ana Maria, ajudas preciosas em Minas. Aos meus pais, Jandyr (em memória) e Cynira. Para Marly, Alex e Gracinha.

Agradeço a Isabel Sousa a gentileza de fazer o registro fotográfico mais recente das lideranças. Ao diretor técnico-científico do IDSMM e amigo Helder Lima de Queiroz, pelo interesse e pelas providências com a edição, e aos demais responsáveis e membros do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

que colaboraram ou torceram por esta publicação. Registro e lamento, por último, a morte súbita de Antonio Martins, um dos seis líderes com os quais discuti o tema das reações populares. Este trabalho é dedicado a ele.



# APRESENTAÇÃO

Com a publicação deste livro, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá oferece aos interessados uma rara e preciosa oportunidade de conhecer de perto uma boa parte do que foram os primeiros anos de implantação de uma das áreas de proteção ambiental mais importantes da Amazônia brasileira - a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Importante pela extensão, pelo que significa em termos de proteção dos ecossistemas de várzea, importante pela novidade que significa pensar um projeto de conservação da biodiversidade numa área habitada e rica em produtos de alto valor comercial. Mas, importante também, pela singularidade que lhe confere o fato de seus idealizadores e executores serem pesquisadores - das áreas sociais e biológicas -, e depositarem uma profunda confiança no resultado da pesquisa científica como critério para o "manejo" dos recursos naturais.

Em "Arengas e Picicas", Marise Reis analisa as reações da população local, especialmente, dos moradores das comunidades ribeirinhas, face às atividades de criação da Reserva. A análise se faz a partir da experiência da autora que, durante quase dez anos, juntamente com os demais membros da equipe de cientistas sociais, biólogos e técnicos recrutados e liderados pelos idealizadores do projeto, trabalhou na Reserva e dialogou com essas populações. Outros trabalhos, escritos por cientistas sociais da equipe, também aparecem referidos no livro.

Não se trata, pois, de uma reflexão baseada apenas na memória e na experiência pessoal - está baseada no registro sistemático que os pesquisadores, técnicos, assistentes e colaboradores do IDSM fazem de todas as atividades que realizam no âmbito do Projeto, assim como em entrevistas com aqueles líderes comunitários que haviam se integrado à equipe como seus "assistentes". Essas entrevistas, realizadas pela autora em sua volta à Reserva para concluir o trabalho de campo, em 2002, coloca o discurso desses líderes em perspectiva, e permite vislumbrar as diversas interpretações da nova situação que a criação da Reserva representava para os moradores.

Socióloga de formação, Marise Reis se integrou à equipe do Projeto em 1991, sendo encarregada de visitar os diferentes segmentos organizados da população local (as comunidades do interior da Reserva) para informar sobre o Projeto e colher os dados sócio-econômicos que serviriam de subsídios às negociações entre os pesquisadores e técnicos, e os habitantes, visando à elaboração de um "plano de manejo" dos recursos. No cumprimento desta tarefa, e na posição de coordenadora do Programa de Participação Política (depois, Núcleo de Integração Política), naqueles primeiros anos, teve que lidar a cada visita, a cada reunião e nas assembléias anuais em que se reuniam os diversos atores em presença com as dúvidas, as manifestações de resistência e os estranhamentos dos moradores face à implantação de uma reserva que, até 1996, esteve legalmente definida como Estação Ecológica, uma figura legal que a equipe do projeto lutou para que fosse reformulada, pois não comportava a presença da população residente. Certamente esta inadequação inicial contribuiu para fomentar histórias de expulsão e medo.

Imbuída da importância do Projeto e da necessidade de fazer com que os moradores não somente compreendessem e aceitassem a proposta, mas também "participassem" dos fóruns de decisão sobre as atividades de implantação e gestão da Reserva, conforme a intenção dos idealizadores, a autora e seus companheiros de equipe foram, seguidamente, confrontados com o que os líderes e representantes dos ribeirinhos, moradores das comunidades "usuárias" (do interior e do entorno da área) da Reserva, descrevem como um "banzeiro comunitário" que os fazia "balançar" diante dos comentários ora positivos ora negativos acerca da proposta e da equipe do Projeto. De fato, nas entrevistas, esses líderes ainda hoje "relembra o princípio tempestuoso nas comunidades e confessam (...) o quanto foi difícil situar-se no turbilhão de informações e boatos".

No que a autora propõe como um diálogo com seus antigos "assistentes", as informações sobre a vida, a trajetória, a formação escolar e religiosa desses líderes aparecem como elementos explicativos das condições diferenciais que eles tiveram no encontro com os estranhos e que lhes permitiu compreender a situação e se dispor a interagir e negociar, descobrindo no projeto daqueles "outros" o que havia de comum com o seu "movimento de preservação dos lagos" e que pudesse reverter em benefícios para as comunidades. Acumulando experiências de encontros e viagens, capazes de ler,

falar em público, coordenar reuniões, de intermediar entre as suas bases e as instituições da sociedade mais ampla, esses líderes foram peças imprescindíveis no processo de implantação da nova unidade de conservação. Na atuação dos líderes, na aprovação do projeto de conservação por parte da Igreja e na organização comunitária da população residente, a autora e seus entrevistados identificam fatores que ajudaram a vencer as resistências e tornar possível a aceitação da proposta da Reserva, de que eram portadores a equipe de pesquisadores e técnicos e as agências estatais. Avaliam que: “se não fosse a formação católica e a experiência anterior de preservação, o posicionamento da Igreja e o apoio das paróquias, mesmo elas (as lideranças) estariam confusas e divididas.”

O problema é que a Reserva criada incidia sobre a área que habitavam, que era rica em recursos pesqueiros e madeireiros que garantiam o sustento dos mais despossuídos e os lucros dos mais poderosos.

“Arengas e Picicas” é um livro importante exatamente por registrar e analisar o impacto social de uma proposta tão revolucionária, diríamos, quanto é a de rever as regras de exploração dos recursos da natureza, sobre os quais repousavam, há anos, as estratégias de sobrevivência de uma população trabalhadora, carente e pouco ou nada assistida pelas autoridades e órgãos governamentais. E mais, ao tocar nas atividades econômicas desses trabalhadores, a proposta de Reserva afetava também a vida dos atravessadores e empresários, mandatários do poder local, que são os agentes locais da comercialização dos peixes e madeiras. Atingia, portanto, o cerne da ordem econômica vigente, e como a economia está embebida nas demais relações vigentes (de exploração, dominação e dependência entre classes, mas também nas relações horizontais, entre membros das comunidades e seus vizinhos, amigos e parentes), as novas regras afetavam, pois, a vida social e requeriam mudanças que alguns estavam dispostos a aceitar e outros não.

Nada mais oportuno, então, do que a discussão proposta pela autora quando, além do seu próprio depoimento como participante da equipe de “articulação” e “participação”, nos traz também o depoimento dos “assistentes”, que com ela atuaram ao longo de anos e que, em 2002, com ela voltaram a pensar os acontecimentos, as histórias, as ameaças e os medos de um tempo passado, do qual alguma coisa, todavia,

persistia. O que ela se pergunta é: que tipo de reação é esta que os moradores das comunidades manifestam com relação à Reserva e à equipe do Projeto? Será que são apenas intrigas veiculadas pelos mais poderosos? Podemos nos perguntar também: qual o significado das "estórias fantasiosas", dos "casos surpreendentes" que naqueles primeiros anos circulavam com tanta frequência e que os próprios moradores das comunidades, de um modo ou de outro, sempre faziam chegar aos ouvidos dos pesquisadores e dos técnicos da equipe do "Projeto"?

De fato, recrutados por pesquisadores e técnicos como seus "assistentes", eles eram (e são ainda), líderes de comunidades, desempenhando o papel de intermediários, de tradutores de valores, expectativas e, também, de conhecimentos, no esforço de entendimento entre a equipe de pesquisadores e técnicos do Projeto e os moradores. Eles foram também "representantes" das suas comunidades nos fóruns de discussão mais amplos na área da Reserva - como as assembléias anuais de moradores e usuários do Mamirauá; foram ainda, em muitos casos, "agentes ambientais voluntários", encarregados de fiscalizar a área da Reserva contra as "invasões" dos pescadores "de fora" e peixeiros, e de fazer cumprir internamente, nas comunidades, as regras e acordos estabelecidos.

Ora, as iniciativas de implementação de projetos socioambientais, na Amazônia brasileira, nos últimos 15 anos, têm produzido situações, como esta, marcadas pela interação de atores sociais muito diversos, procedentes tanto das localidades e das zonas urbanas do interior, quanto dos grandes centros da sociedade nacional e internacional. A descrição do processo de implantação da RDSM pode ser "boa para pensar", por aproximação ou contraste, o que se passa em outras situações.

---

De fato, registram-se, necessariamente, nessas situações manifestações de estranhamentos mútuos e interpretações nem sempre adequadas das atitudes e expectativas dos outros. As formas pelas quais se expressam esses estranhamentos e interpretações revelam não somente os interesses - comuns ou contraditórios - dos diversos atores, mas também os desencontros e problemas de comunicação devidos à diversidade de referências sócio-culturais, de códigos de valor e de conduta, de que são portadores os diversos atores e segmentos sociais em presença.



No plano local, pequenos produtores vivendo nas localidades do interior – quer os chamemos camponeses, pequenos produtores familiares ou populações tradicionais – são pensados como possíveis aliados dos ambientalistas, pois, além de seus conhecimentos acumulados sobre o ambiente e das práticas menos agressivas em que são treinados para extrair recursos da natureza, eles vivem com suas famílias dos recursos do lugar e se preocupam em resguardar o ambiente contra as ações predatórias, visando garantir o futuro dos seus filhos e netos. Mais do que os que vivem nas cidades, ainda que dependam dos recursos do interior, eles estariam, pois, dispostos a cumprir regras mais restritivas de uso dos recursos.

Acontece que a aliança dos pequenos produtores com os ambientalistas não é tão fácil de construir. Primeiro, ela representa uma ameaça para os “patrões” que, além de se ressentirem das restrições impostas à exploração dos recursos, temem perder o poder, fundado na dívida e na obrigação que exercem sobre os mais pobres e menos poderosos, de cujo trabalho e lealdade eles dependem. Em toda parte, na Amazônia, observa-se a ameaça que causa a chegada de atores e agências, que fujam ao controle dessa elite local e representem uma cunha posta entre ela e a população mais pobre, ameaçando as relações de dominação e exploração que exerce.

Contudo, os pequenos produtores que vivem nessas áreas remotas também se sentem ameaçados. A “ecologia” aparece, num primeiro momento, como algo desconhecido, associado a proibições e poderes de fora, quase uma entidade, que joga ou pode jogar um papel negativo em suas vidas.

Eles temem ser expulsos do seu lugar, temem perder o acesso aos recursos naturais de que desfrutam segundo suas próprias regras e, na maioria das vezes, à revelia de qualquer sanção de leis ou de agências públicas; eles temem também que o envolvimento com os ambientalistas abale as bases das relações de reciprocidade assimétrica que mantêm com seus patrões, as quais, se por um lado, significam exploração, por outro lado, representaram durante muito tempo a única garantia de alguma assistência em momentos de necessidade.

---

Em Mamirauá, dos pescadores e ribeirinhos, assim como nas reservas extrativistas dos seringueiros do Acre, ambientalistas e povos tradicionais não falam necessariamente a mesma língua. Como chama atenção Sarah Gilligham, uma das pesquisadoras citadas neste livro, ao manejo racional a partir do conhecimento sobre

as espécies os pequenos produtores opõem, muitas vezes, o manejo em função da preservação das relações sociais; às relações institucionalizadas, preferem as relações pessoalizadas: "O padrão de convivência pessoal, permite (...) melhor se adaptarem às "incertezas" econômicas, políticas ou geográficas da região, manejando a seu favor os costumes e regras estabelecidas, socorrendo-se com os parentes e amigos na concessão de territórios e recursos a explorar, retomando locais de moradia anteriormente abandonados ou construindo novos sítios. De modo geral, as condutas sociais também estão sujeitas a um julgamento menos rígido."

Esse e outros desafios têm que enfrentar os que se propõem a fazer inovações e a firmarem alianças com os pequenos produtores, por isso, como informa a autora: "As lideranças que se pronunciam neste estudo, lembram o princípio tempestuoso nas comunidades e confessam, elas mesmas, o quanto foi difícil situar-se no turbilhão de informações e boatos."

"Os boatos" não eram fruto apenas da maledicência dos "patrões", mas eram certamente fomentados por eles. Por exemplo, como havia entre os pesquisadores uma circulação de profissionais de outras nacionalidades, os membros da elite local costumavam com base nesta informação fortalecer as suspeitas de pirataria e de intenções de internacionalização da Amazônia, fomentando assim intrigas e boatos.

Mas, como esclarece a autora, para os pequenos produtores, muitas vezes, "estrangeiros" eram todos os membros da equipe, mesmo os brasileiros, ou porque tinham sotaques diferentes, ou porque se vestiam ou se comportavam de modo diferente. Mas, a idéia de internacionalização era muito mais parte do argumento das classes dominantes.

---

A proposta ambientalista é, certamente, revolucionária em muitos sentidos. Ela propõe o cuidado com os seres e coisas da natureza, a equidade e a justiça entre os homens. Acontece que, como sugere Hobsbawm, na maioria das vezes, as classes subordinadas não estão interessadas em fazer grandes mudanças, mas preferem trabalhar o sistema a seu favor de modo a reduzir a margem de desvantagens e insegurança que o sistema lhes impõe. É o que admite um dos mais importantes líderes citados neste livro: "Quem sabe que isso não vai ser assim alguma coisa boa? Em termos de organizar as áreas de lago, as áreas das comunidades, as associações das

comunidades. Mas isso era uma parte, não é? Que a outra parte, nós estávamos com medo."

Diante do estranhamento dos pequenos produtores, das expectativas de que os membros da equipe do Projeto se comportassem como bons patrões no estilo assistencialista, admite a autora que: "Conquistar a confiança das comunidades através do diálogo, evitando criar ilusões ou ceder à pressão dos pedidos de assistência material foi um desafio que exigiu fôlego das equipes e, por outro lado, causou certa frustração às comunidades."

Não ficam, entretanto, passivos diante das mudanças. Como os entrevistados por Marise deixam claro, eles avaliam, discutem, negociam, mas diante do que os ameaça, boicotam, dissimulam, se fazem de desentendidos, falam o que querem dizendo que foram outros que disseram, inventam ou repetem histórias que são "fantasiosas" mas, são também, metáforas da sua insegurança no mundo. Ou ainda, como diria Scott, são as armas dos fracos, sobre as quais reflete a autora de "Arengas e Pílicas".

Neide Esterici  
Professora Titular de Antropologia  
Departamento de Antropologia Cultural  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*"É tão fácil olhar um peixe-boi e não jogar minha hastea nele. Não tenho vontade de jogar minha hastea mais no peixe-boi. Tenho vontade de preservar, tenho vontade de ver muito peixe".*

Oscarina, parafraseando Sr. Pedro, morador de São João, Solimões.



# ARENGAS E PICICAS

**A**renga: na linguagem coloquial do médio Solimões significa intriga, desejo de brigar que porém, não se concretiza. Substantivo de arengueiro, do briguento. Segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda: "(talvez de origem gótica)" 1. *alocução, discurso*. 2. *discurso enfadonho, aranzel*; 3. *alteração, disputa*; 4. *Bras. Intriga, mexerico, enredo*.

**Picica:** Ainda conforme o dicionário Aurélio: 1. *Bras., CE. Pop. Meninote, fedelho. S. 2g. Bras., N.2. Pessoa de muito baixa estatura*. 3. *Coisa insignificante*. Na região do Solimões, entretanto, onde este estudo se desenvolveu, é usado corriqueiramente com o sentido de boato, fofoca de toda a sorte, que traz implícita a conotação de despeito ou ciúmes por uma pessoa ou coisa à qual é dirigida. As picicas, lá, são as teimas, implicâncias entre as pessoas por motivos considerados insignificantes, que causam difamação e criam caso. Na cultura local, uma pessoa é "piqueira" quando gosta de falar da vida alheia e de se intrometer onde não é chamada. É aquela que cobiça o que não lhe é devido e o que não pode alcançar. Portanto, utilizo-me aqui desta forma, para designar algo cujo significado coloquial é totalmente diverso, mas para o qual não foi encontrada uma grafia correspondente.

Ambos os termos são comuns na região onde se estabelece a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/ Amazonas, e foram de grande significação no contexto de sua criação, pois através destas formas de manifestação os segmentos contrários expressavam seu descontentamento, amedrontando e desestimulando a adesão das comunidades às propostas de proteção, espalhando estórias inacreditáveis sobre macacos adestrados para roubar os pertences dos moradores, sobre "avionetas" sugadoras dos roçados, peixes e outros animais da floresta, e notícias de despejo dos habitantes. Principalmente durante as primeiras atividades de consulta à população sobre as propostas de criação da Reserva, representaram a reação cotidiana, a resistência popular que, criando, estrategicamente ou não, um imaginário local desfavorável ao projeto de preservação, no entanto, não provocaram o confronto aberto com seus defensores.

# INTRODUÇÃO

Mamirauá é considerada a maior área de várzea<sup>2</sup> com 1.124.000 hectares de florestas alagadas, localizada no Estado do Amazonas, médio rio Solimões, a aproximadamente 600 km de Manaus (663 km por via fluvial ou 516 em linha reta). Em termos legais, é duplamente protegida: pela categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e pelo Corredor Central da Amazônia, componente do Projeto dos Corredores Ecológicos que conecta áreas de importância ambiental nesta região. Com outras duas unidades de conservação, o Parque Nacional do Jaú e a RDS Amanã, perfazem juntas uma área contígua de mais de cinco milhões e meio de ha de florestas tropicais úmidas<sup>3</sup>. Apesar das disposições legais a seu favor e dos esforços conjuntos desenvolvidos pelas equipes e grupamentos ribeirinhos locais, Mamirauá ainda é objeto de controvérsias, disputas e invasões.

A Reserva é especial por realizar, desde 1990, uma experiência pioneira unindo a conservação da biodiversidade à melhoria da qualidade de vida da população e por propor o manejo sustentável e participativo dos recursos naturais envolvendo cientistas e, principalmente, as "comunidades"<sup>4</sup> locais. Os resultados alcançados pela iniciativa se devem a anos de trabalhos preliminares intensivos, voltados para a consulta e a inclusão da população local na concretização destes objetivos. Esse processo participativo continua, ainda hoje, exigindo intervenção das equipes e a persistência das principais lideranças comunitárias e moradores que aderiram ao projeto.

Apesar da aceitação de grande parte das localidades e da repercussão no meio jornalístico nacional e internacional, a idéia de criação de uma unidade de proteção na região trouxe consequências locais imprevistas. As propostas de assegurar a fonte de subsistência dos moradores e de defender os recursos da ação de exploradores de fora não foram suficientes para conquistar todos os segmentos residentes e usuários<sup>5</sup>. Setores contrários, constituídos principalmente por comerciantes, peixeiros, madeireiros e políticos, certos que a eminente regulamentação da Unidade restringiria suas

2. A várzea é um dos ambientes mais exuberantes do planeta. Formada por florestas inundadas pelos grandes rios, perfeitamente adaptáveis a este regime de águas, permanece submersa até seis meses do ano. O habitante local reconhece alguns subtipos de habitats que a constituem, entre eles os igapós, as restingas e os chavascas.
3. Site Ibama: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 25.03.2003
4. São as concentrações da população que vive na beira do rio. Introduzida na região com o trabalho da Igreja Católica, a partir da década de 70, juntamente com outras como catequistas, lideranças e ribeirinhos, a expressão carrega a conotação de comunhão e coletividade, embora a realidade a defronte com uma grande diversidade de interesses.
5. Categoria introduzida com o processo de operacionalização da Reserva e que designa a população que, residindo ou não em seus limites, é considerada portadora tradicional do direito de utilização dos recursos naturais da área.

6. BECKER, 1999, p. 103.

atividades, começaram a influenciar a população e a indispor-la contra o projeto da Reserva aos primeiros sinais de sua efetivação. A insegurança gerada por esta influência permaneceu, principalmente, ao longo de toda a primeira fase de contatos para o seu estabelecimento (1991 - 1995) até que os primeiros resultados positivos começaram a ser sentidos, dando credibilidade ao empreendimento. Neste período, esta ascendência sobre as comunidades ribeirinhas manifestava-se marcadamente através das histórias, dos casos e dos boatos incessantes que narravam os efeitos nocivos que a aceitação das propostas traria aos moradores, das recusas de aproximação com os membros das equipes e da sabotagem indireta às atividades planejadas, da dificuldade e do medo de discutir os planos de criação da área e das tentativas de desanimar e intimidar pesquisadores e extensionistas.

*Arengas e Picicas* descreve as reações dos segmentos sociais e, principalmente, das comunidades. Não só por meio dos registros por mim efetuados enquanto membro das equipes de intervenção que atuaram na região, mas através da visão e percepção das lideranças locais, interlocutoras da proposta de criação da Reserva. Os depoimentos destes líderes e representantes sobre as primeiras reações dos moradores ao receberem as notícias de criação da área e, em seguida, sobre como eles interagiram às novas propostas de organização política e de manejo sustentável, constituem elementos fundamentais para a análise aqui desenvolvida. Eles ajudam a pensar as atitudes das "comunidades" ribeirinhas e a rever suas próprias condutas, avaliando conjuntamente estas reações à época, enquanto moradores que sempre foram e, principalmente, como representantes dispostos ao papel de mediação, questionamento e convencimento. Acredito que a idéia de Howard Becker (1999) ao falar da importância da história de vida como método de pesquisa se aplique também a este caso:

*"Para entender porque alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si....."*<sup>6</sup>.

Entre os vários aportes que viabilizam a discussão dos mecanismos de manifestação e as reações populares à criação da Reserva, escolhi as percepções das lideranças comunitárias ribeirinhas de Mamirauá por acreditar, primeiramente, que representam

um enfoque especial, condizente com o processo de participação popular que se instaurou então. Além de ser uma visão de dentro, a leitura e as análises destas lideranças destacam a sua condição de sujeito e valorizam um processo participativo inédito, baseado no diálogo intenso e na troca de saberes e valores distintos que se complementam. Quanto mais confrontados com as informações documentais (relatórios, registros, atas), com depoimentos, opiniões e com a experiência acumulada pelos integrantes das equipes, mais as interpretações destas lideranças (pela sua vivência em comunidade como moradores e pelo contato estabelecido com as equipes e demais atores envolvidos) podem revelar dados novos, dinâmicas sociais próprias, intenções e motivações. A avaliação que as lideranças de Mamirauá fazem das reações sociais e das suas próprias com relação às propostas de criação da Reserva e de instalação de uma nova ordem, explica atitudes imprevistas e revelam sentimentos dos moradores: medo, desconfiança, passividade, hostilidade, insegurança, revolta. Estes sentimentos traduzem expectativas nebulosas diante da perspectiva de rompimento com os costumes locais, de questionamento da ordem vigente e de crença em uma nova realidade.

É evidente que as percepções destes líderes, tendo como pano de fundo as memórias, estão carregadas de subjetividade. As fontes orais com as quais discuto as questões que me interessam são pessoas dotadas de um universo interior. Antes de encarar o fato como um problema para a pesquisa prefiro crer que a história oral, as memórias e as percepções sugerem um vasto e expressivo campo de possibilidades. Ao discutir as impressões pessoais destes líderes sobre os acontecimentos vivenciados com esta experiência estou realizando uma interpretação e, ao mesmo tempo, um trabalho de seletividade. Juntamente com estas lideranças construo e atribuo, ao mesmo tempo, significado à experiência:

*"Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais"*<sup>7</sup>.

Utilizo-me, portanto, de uma abordagem qualitativa sem os constrangimentos inerentes ao confronto entre objetividade/subjetividade e entre as metodologias qualitativas e quantitativas, ressaltada por Aspásia Camargo (1984)<sup>8</sup> ao discutir o uso

7. PORTELLI, 1996, p. 64

8. CAMARGO, 1984.

da história oral e da história de vida pela sociologia. O objeto, as impressões pessoais dos informantes, são analisadas do ponto de vista subjetivo de quem esteve ou está envolvido, e que, portanto, possui interesses nas questões. As posições de objeto/sujeito da pesquisa são invertidas e o primeiro se mostra também um analista, um sujeito que constrói sua realidade e nela intervém. Neste estudo as lideranças adquirem um *status* ativo, podendo inferir, julgar e identificar os fatos testemunhados sobre os quais desejam refletir. Justamente por ser aberta, a abordagem participativa possibilita o aparecimento de pormenores enriquecedores e significativos que contam com a intervenção do pesquisador, ao mesmo tempo como componente/ator deste processo e como investigador. As análises, eminentemente reflexivas, são valorizadas e acrescidas da mediação do pesquisador a partir de sua própria experiência de campo e do conhecimento adquirido ao longo dos anos de convívio com a população e o contexto local, contrapondo informações que ora confirmam, ora questionam as interpretações feitas ou relembram outros acontecimentos.

O que me importa aqui é registrar e entender os mecanismos de expressão dos segmentos sociais envolvidos, os fatores e as circunstâncias que os favoreceram valendo-me das percepções dos representantes locais como fonte central. Além de constituírem, em várias ocasiões, formas de manifestação do descontentamento com os desmandos sofridos pela população de modo geral (com projetos de ocupação ou exploração econômica, com políticas governamentais ou não, com o tratamento dado pelas instituições e tutores) estes recursos expressivos revelam elementos típicos da interação e dos conflitos locais.

Qual a reação das comunidades diante da criação da área? Por que determinados segmentos comunitários e certas lideranças se dispunham a aceitar as propostas enquanto outros não? Em quais situações e com que perfis estas reações aconteciam? Diante da ameaça sentida com a nova gestão da área, qual a influência que os setores urbanos (comerciantes locais, políticos) exerceram sobre a população? As histórias por eles criadas acerca dos efeitos negativos da implantação da Reserva se constituíam, de fato, numa tática consciente para que a população rejeitasse as propostas ou representavam simplesmente uma reação espontânea? A aceitação destas histórias pelas comunidades seria fruto da mera desinformação e do isolamento? A população realmente acreditava nelas? Que dinâmicas existiam entre estes segmentos e as comunidades que favoreciam estas atitudes? Como a imaginação dos moradores favoreceu para

9. ELIAS & SCOTSON, 2000.
10. Antonio Alves Mendes. Entrevista 2002.

reproduzir estórias de fora? Quais as expectativas da população diante da nova ordem? Qual a influência deixada pelos projetos mal sucedidos na região? Por que é difícil para os moradores efetivar propostas de organização comunitária e de manejo dos recursos estabelecidos por eles mesmos? Por que as comunidades se colocaram contra uma idéia que, os proponente e executores da Reserva acreditavam que viria em sua defesa? Por que algumas parcelas da população recusavam os espaços de participação instituídos para negociar seus próprios interesses? A atitude dos moradores com relação às equipes e à utilização racional dos recursos se modificou ao longo do processo?

O presente tema foi estimulado por estas questões, entre outras, levantadas durante os processos de consulta popular e de eleição dos canais de participação dos moradores. A inquietude frente à uma nova ordem fortalece os vínculos e a dependência dos moradores com os setores tradicionais (Norbert Elias & John L. Scotson, 2000)<sup>9</sup> e, por sua vez, promove uma atmosfera de desconfiança e hostilidade que acaba desestimulando e enfraquecendo a interação com os novos atores. Na ocasião, observei que as estórias espalhadas sobre as atitudes dos membros do Projeto Mamirauá, repetiam ou tinham por base, muitas vezes, o tratamento que os setores economicamente superiores dispensavam aos moradores mais fracos ou inadimplentes, quando estes, dependendo de seus favores e não podendo cumprir os contratos firmados, ficavam à mercê de seus credores.

Segundo o depoimento de uma das lideranças locais, residente da comunidade evangélica localizada próxima da confluência dos rios Solimões e Aranapu, região das mais distantes e isoladas da área focal, estes casos e estórias são criados e utilizados pelos "antigos donos" - peixeiros e madeireiros. Para ver "seus" territórios de produção ocupados pelas comunidades, livres da presença ou do empecilho que os moradores - ou quem quer que seja - possa representar, utilizam-se destas estratégias como forma de desarticulação. À época, o abandono era mesmo incentivado pelos antigos 'donos'. Segundo a análise do representante sobre o comportamento assumido pelos comerciantes da região onde mora, estes, queriam mesmo ver a área, de grande potencial comercial, desobstruída de qualquer obstáculo ou controle dos habitantes:

*"Era para fazer medo para o pessoal não dar crédito, para ficar com aquele poder que ele tinha de chegar em qualquer canto, aí ficava sempre na mão dele."*<sup>10</sup>.

11. Idem.

Esta leitura registra, como se verá adiante, os vários e amplos significados do domínio que os segmentos social e economicamente influentes possuem enquanto "autoridades", quer seja pela forma arbitrária como exercem a exploração dos recursos, quer pela relação desigual que possuem com as comunidades. Nas colocações que hoje faz de forma mais distanciada, a mesma liderança compara a sua avaliação de pessoa mais experiente - que percebia a situação de submissão comunitária - com a do restante dos moradores que se deixava dominar pelo medo difundido por tais setores à época:

*".....porque eu já tinha um entendimentozinho e a gente via como estava as coisas. Era como eu pensava, que ia melhorar ou piorar de vez, porque no pior nós já estava, sem direito a nada... tudo que chegava lá era dono"<sup>11</sup>.*

Com o pior deseja referir-se à presença dos comerciantes de fora da área que disputavam e exploravam o território habitado e utilizado pelas comunidades. Mas este trecho tão significativo é prova também do quanto a população do interior sofre desmandos das pessoas mais influentes, patrões e comerciantes, percebendo uma relação muitas vezes desigual, como favorável. A influência dos segmentos de fora e o medo dos moradores de serem desalojados de seus territórios estão relacionados, provavelmente, ao passado de espoliação social e econômica da região, à tradição de exclusão das unidades de proteção ambiental e ao descaso dos projetos com os habitantes locais. O projeto socioambiental de Mamirauá representou, por sua vez, com a possibilidade de regular as atividades extrativas, uma ameaça para os setores mercantis. Estes, através de mecanismos de contestação, deixaram a marca da sua contrariedade na tentativa de implantação da primeira unidade ambiental brasileira de essência participativa. Vistos pelo ângulo das lideranças que acompanharam o esforço para promover o envolvimento popular na implementação do novo modelo, o poder, a influência dos setores contrários e a reação da população conferem um significado singular a esta análise.

As reações de oposição descritas são, em muitos aspectos, perfeitamente condizentes com aquelas referidas por James Scott ao analisar as manifestações populares, cotidianas e informais, utilizadas por agricultores malasianos, cuja principal característica é recusar os canais institucionais de expressão, evitando, desta forma,

o choque direto e aberto com os oponentes, minimizando as desvantagens por eles vivenciadas. Assim, o autor encara a resistência cotidiana, não enquanto um processo institucional, mas como uma reação típica dos despossuídos de meios formais para reagir aos fenômenos sociais que consideram desfavoráveis aos seus interesses (Scott, 1985)<sup>12</sup>. Destaco, como sinais de adesão dos moradores, aqueles comumente encontrados nas atitudes de integração às atividades propostas e nos pedidos dirigidos às equipes para mediar e colaborar com a solução dos problemas e carências enfrentados pelas comunidades. De forma contrária, os mecanismos de resistência<sup>13</sup> são representados pelas recusas dos moradores de conversar com as equipes, nas *arengas e picicas* fomentadas pelos segmentos descontentes, nas histórias e casos criados ou reapropriados pelas comunidades e que revelam, além do receio ou da desconfiança com relação às propostas de organização e de regulamentação da área, as tática de oposição. Com esta análise discuto fenômenos que estão estreitamente relacionados às dinâmicas sociais tradicionais de interação e às experiências de participação e preservação empreendidas na região.

As manifestações de resistência, além de aglutinar a insatisfação e o receio dos segmentos contrários à nova ordem proposta com a criação de Mamirauá, constituem-se numa forma de desprestigiar seus defensores, parceiros e executores, fortalecendo a coesão entre os primeiros. Ao tratar da questão dos “estabelecidos” e dos “outsiders”, Elias & Scotson (2000)<sup>14</sup> abordam este fenômeno que pode ser encontrado constantemente no processo de implantação desta RDS. Por exemplo, quando a população, percebendo sinais de exterioridade nos membros das equipes de trabalho passa a chamá-los de “estrangeiros”, discriminando-os e evitando-os. Este rótulo é extensivo também aos integrantes que, embora de nacionalidade brasileira, são de outra região, e cujo sotaque, cor mais clara da pele ou vestir confere um sinal físico de não pertencimento à sociedade local. Assim sendo, são colocados numa posição desprestigiada, marcada por um estigma visível e exterior ao indivíduo. Neste caso bastava o indivíduo pertencer a instituição para ser associado à figura do estrangeiro (assim como do “macaqueiro”, que, sendo atribuída primeiramente aos primatólogos foi, rapidamente, estendida aos outros profissionais). Entretanto, este mesmo sinal externo de conotação depreciativa não é atribuído aos missionários, já incorporados à região ou aos comerciantes procedentes de outras partes do país, embora suas origens distintas fossem igualmente percebidas.

12. SCOTT, 1985.

13. Este tema foi objeto de discussão no 23º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, em novembro de 1999; vem sendo enfocado e discutido pela por Neide Esterici, em estudo comparativo das experiências de conservação ambiental entre as Reservas Extrativistas do Alto Juruá (AC) e RDS-Mamirauá (AM).

14. ELIAS & SCOTSON, 2000.



15. DURKHEIM, 2000.
16. GOFFMAN, 2001.
17. BARREMAN, 1990.

Através desta análise, demonstro as dinâmicas sociais locais observadas internamente nas comunidades (e entre elas e os setores de interesses antagônicos ou aliados) e a disposição ou não de participar do ordenamento coletivo da área e de aderir às novas práticas. Não raramente, as relações entre as equipes e as comunidades oscilam entre o estreitamento e o afastamento, o que depende dos interesses dos moradores, em determinados momentos, de assegurar a sustentabilidade dos recursos da área ou não, do descumprimento dos acordos, das punições que sofrem por estas faltas e de uma série de outros fatores de interação social. As classificações sociais conferidas aos outros e o tipo de interação entre os diversos segmentos, estão diretamente relacionados às “representações sociais”, da forma concebida por Durkheim (2000)<sup>15</sup>. O autor demonstra como a idéia, a percepção ou a imagem coletiva que uns segmentos tem de outros e dos acontecimentos, é socialmente construída, determinando e valorando o tipo de relação que se estabelecerá entre eles. Neste caso, as representações sociais não necessariamente coincidem com as auto imagens que os atores tem de si ou da própria realidade e, interferem, por seu caráter de dado coletivo e por sua exterioridade nas possibilidades de contato, na disposição de aproximação, no tipo de convívio e nas chances de entendimento entre estes. Perpassando a questão das estratégias internas de relação das comunidades com os atores de “fora” (missionários católicos e de outras filiações, pesquisadores, políticos, comerciantes etc), anteriores ou não à chegada de Mamirauá, discuto, com as contribuições do mencionado autor, a questão da interação dos moradores com as equipes, de um lado, e com os setores urbanos e comerciais de outro.

Também as análises de Erving Goffman (2001)<sup>16</sup>, extraídas de um paralelo entre a dramaturgia e a representação da vida cotidiana se aplicam, certamente, às situações encontradas e ilustradas em Mamirauá. Ao se estabelecerem as relações entre as equipes e os segmentos locais, ambos se vêem na condição de desempenhar papéis de acordo com a situação identitária exercida no momento, ou ainda, conforme a posição dos interlocutores. Da mesma forma, a interação social que decorre da criação de Mamirauá, pode ser vista à luz das análises de Gerald Barreman (1990)<sup>17</sup> ao estudar, durante a pesquisa de campo no Himalaia, o controle e a interpretação de impressões, durante a pesquisa de campo, entre pesquisadores e aldeões, na intenção de alcançar objetivos particulares ou científicos, de sustentar uma imagem, ou de entender o outro

da maneira mais conveniente para os seus interesses no momento. O desempenho de papéis e o controle de impressões, tanto pelos moradores quanto pelos idealizadores da Reserva, muitas vezes, acabam por mascarar as relações em vias de estabelecimento. De um lado, o jogo de intenções protege a comunidade de se comprometer, de expor abertamente seus interesses e de confrontar opiniões, poupando de atritos a relação com os interlocutores e resguardando as possibilidades de favorecimento. A omissão de algumas informações ou da própria identidade por parte de membros das equipes, embora pudesse facilitar o contato inicial, arriscaria, certamente, a confiança e a continuidade da relação.

Acredito que o processo de organização política dos usuários de Mamirauá, apesar de ser ainda incipiente e distintamente localizado, pode ser enriquecido com os instrumentos de análise gerais já empregados por especialistas europeus destas áreas. Bourdieu (2001), analisou elementos da representação que se aplicam na compreensão das dificuldades de organização social na região. Ao procurar compreender estes fenômenos, o autor identificou os espaços onde eles ocorrem e se articulam a outras forças sociais e políticas. Através deste enfoque o autor levanta requisitos como os atributos e a formação que os líderes precisam adquirir ao longo do tempo e, a partir dos quais, suas carreiras de representantes políticos se estabelecem e legitimam. Os conceitos de “capital cultural” e a categoria de “tempo livre” são por ele empregados para designar as condições necessárias para que os representantes e lideranças transitem no universo político, para que se dediquem as suas atividades e carreiras públicas, assumindo funções distintas das por eles costumeiramente exercidas (Bourdieu, 2001)<sup>18</sup>.

O cenário por trás do tema das reações populares à implantação da Mamirauá, discutido aqui em escala reduzida, porém profunda, através dos depoimentos e percepções das lideranças comunitárias ribeirinhas de Mamirauá, está ligado a questão mundial do meio ambiente e da finitude dos recursos naturais. Faz parte do contexto da destruição do planeta e da busca de alternativas sustentáveis de sobrevivência pelo homem. Está associado à ação desenfreada da sociedade moderna sobre o meio ambiente e às formas irracionais de exploração, que ignoram os limites de reprodução dos ecossistemas até hoje. Estas condutas se acentuaram principalmente nos últimos séculos, lideradas pelo modelo econômico industrial/ocidental de repercussões globais. Especialmente a partir das décadas de 70/80, a emergência da crise ecológica resultou

19. PÁDUA, 1997, p. 15.  
20. DIEGUES, 2001, p. 112.

do agravamento das proporções incontroláveis que assumiram estes problemas, eclodindo com diversas intensidades em diferentes regiões do globo. No Brasil, como reportaram alguns autores (Pádua, 1996; Diegues, 2001), o meio ambiente foi precocemente foco de preocupação, datando dos tempos do Brasil Colônia, quando a monocultura extensiva e escravocrata, chamou a atenção de vários críticos do modelo.

*"O impacto provocado sobre o meio ambiente pelo estabelecimento de formas econômicas típicas das colônias de exploração, como as grandes monoculturas de cana e de café, por exemplo, e a velocidade com que se deu a mudança ambiental nas áreas coloniais tropicais, fizeram com que alguns intelectuais lúcidos percebessem claramente os efeitos da degradação ambiental"*<sup>19</sup>.

*"José Bonifácio, no início do século XIX, tinha grande preocupação com a destruição das matas; sua visão da natureza era distinta da dos romancistas; representava um grande livro, cujo segredo e riquezas poderiam ser arrebatados pelo conhecimento científico. Ele combatia o corte das florestas, pois tinha estudado os efeitos do desmatamento sobre a fertilidade dos solos em Portugal"*<sup>20</sup>.

Entretanto, estas preocupações não favoreceram um desenvolvimento posterior do país de forma menos destrutiva e independente. Em 1992, os debates ambientais mundiais e a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis, culminam com a realização da primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Eco 92) no Rio de Janeiro, que teve entre seus resultados a elaboração da Agenda 21 pelos países partícipes, visando um novo modelo de desenvolvimento. Mesmo com os equívocos de enfoque referentes aos custos do crescimento econômico a serem arcados por países ricos e pobres e às medidas que resguardam a autonomia efetiva destes últimos na formulação de políticas sustentáveis, o evento enfatizou a gravidade da crise ambiental enquanto problema mundial, gerando algumas repercussões positivas e sacudindo a opinião pública. Identificou e recomendou uma série de políticas a serem implementadas pelos governos mundiais na direção da sustentabilidade e do desenvolvimento mais justo, o que representa, apesar das avaliações mais pessimistas, o questionamento da sociedade industrial/ocidental.

A Amazônia, como símbolo do reduto natural de importância para o país e o planeta guarda significados múltiplos, controversos ("última fronteira", "patrimônio ecológico", "pulmão do mundo"). Chama atenção nos debates e nas preocupações ambientais recorrentes, os modelos de desenvolvimento que ali se instalaram para beneficiar as elites econômicas e políticas, ameaçando a biodiversidade natural e cultural. A Eco 92, realizada em Manaus, chegou a mobilizar alguns atores locais, comunidades ribeirinhas e grupos indígenas, estimulando o papel das entidades populares no enfrentamento destes problemas. Estes fatores, acrescidos da decadência da patronagem e do sistema de aviação (ocorridos algumas décadas antes), do aparecimento das parcerias entre as agências ambientalistas e as populações locais, e da criação de políticas de fomento a projetos integrados de conservação e desenvolvimento social, favorecem a abertura de espaço político para as populações da Amazônia<sup>21</sup>.

Como desdobramento da mobilização mundial em torno dos problemas ecológicos, do envolvimento das populações locais nestes debates e do surgimento de alternativas práticas de uso sustentável do meio ambiente, as unidades de conservação intocadas, protegidas totalmente da ação do homem, passaram a ser questionadas (Diegues, 2001)<sup>22</sup>. Por razões políticas, sociais e econômicas que inviabilizaram os modelos de proteção radicais, a população usuária destes *habitats* e de seu entorno começou a ser pensada como protagonista dos processos de criação e implementação destas áreas, e mais, como patrimônio cultural a ser preservado. Os atuais moldes de ocupação e desenvolvimento passaram a ser repensados nos últimos vinte anos e outros foram construídos. Surgem no Brasil, por exemplo, experiências ambientais alternativas que se multiplicam, principalmente nos anos 90, propondo conjugar a preservação da biodiversidade com as demandas populares locais. Destas, o caso de Mamirauá obtém um alcance exemplar.

A criação desta unidade de conservação com a inclusão das populações locais, colocada como condição necessária e essencial do processo que se desenvolve, contribui para esta discussão dando-lhe novo espírito, demonstrando, na prática, a importância da participação efetiva dos moradores, da união dos saberes acadêmicos e tradicionais, do papel conjunto do diálogo, da ciência e da cultura. Ao sentirem ameaçados os recursos naturais dos quais dependem, os habitantes da várzea do médio Solimões evocam, desde o "movimento de preservação de lagos"<sup>23</sup> deflagrado em 80 com apoio

21. LIMA, 1996.

22. DIEGUES, 2001

23. Movimento promovido por entidades católicas ligadas à Prelazia de Tefé, que incentiva as comunidades a proteger seus lagos da pesca predatória. Classifica os lagos de manutenção (consumo e comercialização) e preservação (intocáveis).

24. ALIER, 1998

25. MAX-NEEF, 1993.

da Igreja Católica, a proteção de sua fonte primeira de sobrevivência contra a utilização predatória – a atividade comercial dos grandes barcos ou daqueles cujas práticas ameaçam os estoques naturais. Numa região fragilizada social e economicamente pelas políticas excludentes executadas até hoje, iniciativas de desenvolvimento sustentável com participação popular ampla são vistas como alternativas relevantes e promissoras.

Diminuição da pobreza, desenvolvimento sustentável, melhoria dos padrões de vida das populações são temas atuais, polêmicos e de difícil integração e enfrentamento prático. Todos estes, e mais as questões dos “limites de crescimento”, “pobreza e degradação”, “equidade social” e “custos ambientais futuros” dos impactos com as atividades produtivas do mundo industrializado estão em franca efervescência, discutidos por autores como Manfred A. Max-Neef (1993)<sup>24</sup> e Joan M. Alier (1998)<sup>25</sup> só para citar alguns e, de certa forma, ilustrados na experiência em curso com Mamirauá. As reflexões sobre estes processos em escala mundial, as expectativas e os dilemas práticos encontrados na implementação das novas unidades de conservação, recentemente tornados públicos, ou sobre os impactos que representam para as populações residentes ou vizinhas tendem a se aprofundar paralelamente. Certamente, se enriquecem com o estudo das percepções das lideranças ribeirinhas de Mamirauá, que registra fatos e discute o processo participativo que se instaurou desde então, dialogando com as instituições e moradores, e incentivando a criação de canais de manifestação. A preocupação da população com a extinção da sua fonte essencial de subsistência - o pescado - e a criação da RDSM levantam uma série de questões que se entrelaçam ao contexto da sustentabilidade, do crescimento econômico e da diminuição dos índices de pobreza, levantadas mundialmente por autores especializados.

Colaborar com esta experiência é um dos desafios dos extensionistas e pesquisadores que integram as equipes de Mamirauá, das quais fiz parte durante dez anos. Como são recentes, os empreendimentos ambientais de natureza participativa ainda buscam documentação, conhecimento e acompanhamento para nortear ações requeridas neste sentido. As relações sociais, os interesses diferenciados dos moradores e das comunidades de Mamirauá, narrados a partir das impressões das lideranças locais, reúnem fragmentos de uma realidade e contexto complexos. Compreendidos a partir da ótica da própria população, representada aqui pelas lideranças das comunidades usuárias da Reserva, estes processos adquirem não somente uma leitura essencial,

mas um significado complementar e especial. Ao registrar e analisar as percepções das lideranças ribeirinhas que fazem parte desta experiência, enfatizo o papel das populações locais, tanto quanto das equipes interventoras na realização de iniciativas deste tipo e na discussão das políticas de desenvolvimento e convivência sustentáveis. As questões da interação social entre os usuários da várzea de Mamirauá, as equipes proponentes da Reserva (com suas idéias de unidade de conservação e desenvolvimento social de caráter participativo) e outras facções e instituições interessadas, poderão ser enriquecidas se interpretadas através desta perspectiva, beneficiando iniciativas, profissionais e representantes comunitários que atuam nestes campos.

Com este tema, acredito estar valorizando a participação das lideranças, especialmente, e dos comunitários que ousaram questionar as propostas de criação da RDS, estranhando-a, influenciando-a e, finalmente, compreendendo e compartilhando o que se coloca em pauta com a alternativa ambiental e social aberta por Mamirauá. Além das dificuldades inegáveis de transitar em um universo de referências, códigos e práticas tão diferentes ao que é comum na região, os que confiaram no Projeto enfrentaram reações sociais e sacrifícios como defensores, difusores e, principalmente, como praticantes de propostas de uso sustentáveis em contraste com os métodos usuais da região. Apesar disto, eles continuam apostando numa visão de mundo inovadora, em valores e práticas de convivência distintos, e contribuem, muitas vezes, de forma voluntária.

Os registros de impressões, efetuados nos primeiros anos de implementação deste novo modelo ambiental e contrastados com as análises das lideranças comunitárias, seus depoimentos e testemunhos, alguns anos depois, fornecem material para aprofundar a discussão das questões aqui tratadas e desencadeadas com este processo, revelando detalhes submersos, intenções, motivações e comportamentos que contribuem para ampliar o conhecimento sobre o tema. A discussão com as lideranças se mostrou um recurso para que transpareçam as visões subjetivas dos atores envolvidos, para que se esclareça o sentido das reações de inquietação e de insegurança, a resistência ou aceitação comunitárias, dando inteligibilidade aos conflitos e disputas (as *arengas* e *picicas*) que se formam nestes campos.

Cabe ressaltar alguns aspectos sobre as entrevistas dos líderes comunitários. Foram coletados depoimentos de seis lideranças (embora se tenha conversado também com algumas

outras) em Tefé, entre os meses de outubro e novembro de 2002. Com quatro destas lideranças conversei individualmente. Outras duas, circunstancialmente, foram entrevistadas em dupla. As entrevistas em grupos de dois ocorreram mais ao estilo das atividades cotidianas de Mamirauá com os quais, as lideranças e muitos moradores já estão acostumados. As entrevistas individuais também ocorreram em forma de diálogo: perguntas, respostas e comentários. Embora a maioria destes líderes comunitários estejam familiarizados com a gravação de programas de rádio, com entrevistas para televisão e documentários, eles foram esclarecidos quanto ao objetivo distinto deste encontro. Todos já me conheciam, inclusive os que não trabalhavam diretamente como “meus assistentes”, o que prescindiu dos entendimentos e, às vezes, dos difíceis embaraços iniciais do trabalho de campo. Os entrevistados concordaram em preservar seus nomes verdadeiros junto aos depoimentos prestados e no trabalho final. No entanto, optei, em alguns casos, por alterar os nomes de moradores ou pessoas citadas nas narrativas para evitar qualquer constrangimento futuro para os envolvidos, uma vez que assumi o compromisso de retornar o material às mãos das lideranças e as suas comunidades. Entretanto, deve ficar claro que esta estratégia não impede completamente que as pessoas sejam identificadas ou se identifiquem elas próprias nos casos e ilustrações citados.

Por último, observo que a minha intervenção nas entrevistas se deu na elaboração das perguntas, na articulação dos temas e na organização do debate. As intervenções tiveram o interesse de aprofundar minha própria compreensão sobre o conteúdo das recordações e dos fatos descritos, e de me certificar quanto ao que os entrevistados pretendiam dizer. A fluência das idéias nos debates, o esforço em transmitir opiniões pessoais e aprofundar o pensamento reflexivo sobre o assunto foi a tônica deste encontro.

# A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

## A NATUREZA DE MAMIRAUÁ

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é uma unidade de conservação constituída integralmente de ambiente de várzea ou floresta inundada. Demarcada pela confluência dos rios Solimões, Japurá e Auati Paraná, está na área de influência de Tefé, a maior cidade da região e a segunda do estado. A principal referência e entrada da Reserva é o lago Mamirauá, o mais conhecido dos quase 600 lagos<sup>26</sup> que compõem os sistemas aquáticos e que dá seu nome à ilha. Para facilitar sua operacionalização foi inicialmente subdividida em duas partes: uma porção de 260.000 ha nomeada de área focal, onde se realizam as atividades de implantação da Reserva desde 1991; e outra parte, quase cinco vezes maior que a primeira, denominada subsidiária, manejada de acordo com os resultados obtidos com a área experimental.

Os ecossistemas da várzea possuem grande exuberância natural, alta biodiversidade e endemismo incomum, retratados por estudiosos e naturalistas que percorreram a região. O uacari branco (*Cacajao calvus calvus*) ou "macaco de cara encarnada", como é comumente conhecido, é natural da área e adquire significado simbólico. Outras espécies, como o pirarucu (*Arapaima gigas*), o maior peixe de água doce do mundo, a tartaruga, a onça pintada e o peixe-boi, são ecologicamente importantes, tendo sua sobrevivência ameaçada pelos índices e pelas formas inadequadas de exploração que persistem até recentemente. Estes animais fazem parte da cultura regional, seja na forma de alimentação (como os tambaquis e pirarucus, altamente apreciados e valorizados) ou no imaginário local. Não é raro encontrar animais silvestres (macacos, pequenos mamíferos e aves) criados como diversão ou brinquedo das crianças nas comunidades. Descola (1998)<sup>27</sup>, discute este hábito, não só para as sociedades primitivas, mas quanto ao seu papel e com relação ao costume de consumir carne.

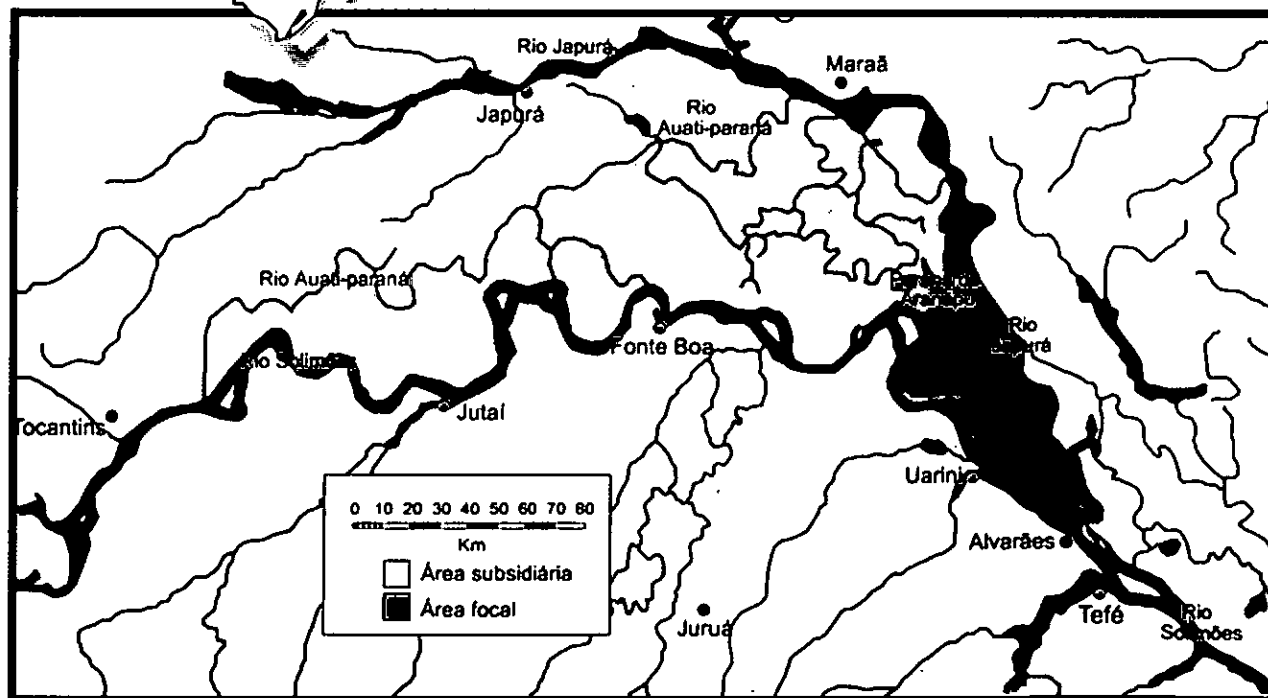
26. Os lagos de várzea são formados pelas águas dos grandes rios e com eles se misturam na cheia. Nesta época, as espécies de peixes migram para seu interior à procura de águas mais protegidas para a desova e para a criação dos filhotes. Na seca, com a diminuição do volume de água, o acesso aos lagos é dificultado e eles chegam a ficar, praticamente, in comunicáveis por meio dos cursos d'água e até secar.

27. Tais costumes, segundo Philippe Descola, seriam uma forma de compensação pelo sofrimento e danos trazidos a estas espécies, que fazem parte do cardápio dos grupos humanos, necessitando ser abatidas; ou ainda, para apaziguar a ira dos animais para que não falte a caça futuramente ou, compensando o grupo vitimado através dos cuidados dados aos filhotes desamparados apreendidos.





FIG.01 e 02: A RDS Mamirauá: Localização geral e subdivisões da área



A várzea de Mamirauá está sujeita às modificações e flutuações sazonais entre o inverno - época das grandes precipitações pluviométricas que começam a ocorrer, normalmente, com as chuvas de final de ano, esticando-se até junho - e a seca, período da estiagem e da safra do pescado, que acontece a partir de agosto com a vazante das águas e após estas atingirem o seu nível máximo. Entre as duas principais estações, o nível das águas pode variar de forma impressionante - ultrapassando os 12 metros. Tal variação modifica o ambiente, obrigando constantes adaptações na rotina e na economia da população. Ciclos que levam os moradores a refazer e reiniciar continuamente as atividades, a mudar o comportamento e o estado de espírito, influenciados pela nova estação que se anuncia. O ritmo das águas interfere na própria memória da população e na cronologia local, referenciados não pelo calendário oficial, mas pelas variações sazonais, pelas grandes secas ou enchentes e pelos episódios físicos e sociais a ela correlatos, como a "terra caída" - fenômeno comum de desbarrancamento das margens dos rios que os moradores afirmam ter levado à extinção assentamentos inteiros - a formação de praias e restingas novas, que em pouco tempo irão se constituir em locais de plantio e moradia. Estes fenômenos, típicos da região, interferem no padrão e na história de ocupação, na grande mobilidade dos grupamentos humanos conforme analisaram, de forma pormenorizada, Deborah Lima & Edna Alencar (1994)<sup>28</sup> em estudos preliminares para a elaboração do plano de manejo da RDS Mamirauá. Ao que tudo indica, principalmente na várzea, apesar dos transtornos de passagem de uma estação à outra, suas populações se adaptam, de forma própria, a essas alterações. Causas sociais como os padrões político e econômico tradicionais, associados aos fatores geomorfológicos, afetam e explicam muitos aspectos da vida social e são a chave para a compreensão e planejamento de quaisquer ações na região.

## A VIDA NA VÁRZEA

A população de Mamirauá, assim como a da região de modo geral, se concentra em grupamentos denominados "comunidades". Estas se localizam nos ambientes de várzea e de terra firme (terrenos altos, não alagadiços, situados mais predominantemente na margem oposta do rio Solimões, vizinhos à cidade de Uarini, e em alguns trechos do Japurá próximos ao Aranapu) e alternam e complementam o uso dos recursos

naturais de ambos os *habitats* para sobreviver. Em torno de 6.640 (censo 2002) usuários ribeirinhos distribuídos entre comunidades, sítios e moradores isolados, vivem da utilização da várzea de Mamirauá. Deste total, a grande maioria se concentra em comunidades ou sítios menores, sendo que 560 pessoas vivem em domicílios isolados, constituídos de uma ou duas famílias.

Das 60 comunidades usuárias da Reserva, 21 estão localizadas dentro dos limites da área focal. O restante se distribui entre a terra firme e as regiões alagadiças das margens externas dos rios principais que a cercam e nos seus canais periféricos. A proporção entre os grupos residentes e usuários, no período até hoje monitorado, é relativamente estável em comparação com a mobilidade média dos grupos da região. Os estudos socioeconômicos sobre a população e o cadastro anual das comunidades confirmam a extrema instabilidade das concentrações ribeirinhas, evidenciando as causas que contribuem para esta situação: fatores sociais (busca de melhores condições de trabalho, moradia e educação para os filhos) e, principalmente, aqueles fatores ligados à geomorfologia e sazonalidade. Apesar de sua trajetória ser marcada pela alternância dos locais de moradia, as comunidades de Mamirauá possuem uma existência média de 40 anos enquanto grupo (Lima, D. & Alencar Edna, 1994)<sup>29</sup>.

Os grupamentos, sejam de usuários ou de residentes da Reserva, são de tamanhos variados, desde os grupos com 5/6 casas até outros bem maiores. Na terra firme do rio Solimões, por exemplo, estão localizados grandes núcleos populacionais, que podem somar mais de 60 casas e 300 moradores, como a comunidade de Puna. Em média, entretanto, estes núcleos constituem-se de treze famílias com sete ou oito membros cada. As condições de reprodução destes grupos estão diretamente associadas ao desempenho familiar nas atividades agrícolas e à produtividade dos domicílios. O número de homens ativos em idade de trabalho neste regime familiar/econômico determina o êxito na aquisição da renda doméstica. A região não oferece problemas críticos com relação ao acesso aos bens essenciais de produção como terra, lagos e áreas de trabalho que possam significar restrição para a constituição das novas famílias. Estas, se formam muito cedo, e ainda sob o teto dos pais, sendo que a coabitação não significa necessariamente a carência de meios de vida.

As famílias subsistem basicamente da agricultura (a mandioca é o principal cultivo), da pesca e da extração de madeira, esta última, restrita à época do inverno basicamente.

Outras atividades, em menor escala, complementam a economia desta população, como a coleta de produtos da mata, a caça, os plantios de hortas e fruteiras ao redor das casas e um pequeno comércio de excedentes. A comercialização da produção é feita com os "regatões" (donos de pequenas embarcações que navegam os rios periodicamente negociando o produto do ribeirão em troca dos gêneros urbanos) e menos freqüentemente nas cidades. Umhas famílias são mais especializadas que outras em certas atividades econômicas ou na venda de produtos. O comércio fora dos portos das comunidades é uma atividade que depende de um recurso financeiro extra ou de uma oportunidade de se deslocar até a cidade.

A extração de madeira e a pesca são consideradas tarefas mais predominantemente masculinas. As mulheres tem papel importante na maioria das atividades, na agricultura, no processamento e distribuição dos alimentos e no cuidado com os filhos. Normalmente, devido a falta de políticas de educação e de planejamento familiar, elas engravidam durante toda a sua vida fértil. Têm, em média, oito filhos, observando-se que a vida reprodutiva começa muito precocemente, entre os 14 e 16 anos de idade. É comum mães ainda meninas e mulheres de mais de 40 com filhos pequenos por criar. Apesar da quantidade de filhos naturais, as famílias ainda tem espaço para a adoção de netos ou outras crianças.

As crianças acompanham todas as atividades econômicas familiares desde pequenas. Aos filhos menores são entregues os irmãozinhos de colo, quando os pais precisam realizar afazeres que os impedem de permanecer em casa. Tarefas mais leves, como abastecer de água a casa, lavar a louça e a roupa, dar banho nos pequenos, também são cotidianamente realizadas, principalmente pelas meninas, enquanto que os meninos se dedicam mais à pesca nas redondezas, às brincadeiras ou acompanham os pais nas atividades agrícolas, nas pescarias e até na extração de madeira.

Quanto às condições sociais, as concentrações humanas carecem, em geral, de infraestrutura sanitária básica, de condições de saúde apropriadas e de políticas públicas adaptadas ao calendário e às necessidades locais. As doenças que mais afetam os moradores são derivadas das condições de higiene, trabalho e da falta de saneamento. A insuficiência alimentar existe apesar de não faltar alimentos como o peixe, frutas e farinha. A mortalidade infantil em Mamirauá, alcançava em 1994, época em que se iniciavam as ações educativas em saúde, índices mais altos que os registrados para a

30. IBGE, 2001
31. "O Macaqueiro", 2003.
32. IBGE, 2001.
33. Bases Científicas do Plano de Manejo. Versão Preliminar. Tefé: Projeto Mamirauá. 1996.
34. I Relatório Anual do Contrato de Gestão. IDS-MOS.MCT. Exercício 2001. Tefé. 2002.
35. IBGE, 2001.

Região Norte (86 para cada 1000 nascidos vivos). Em 2003, este índice caiu para 24, enquanto que os dados de mortalidade infantil do último censo do IBGE para a região, apontam 32,7 para cada mil nascidos vivos<sup>30</sup>. No mesmo ano o poliparasitismo intestinal melhorou seus índices, baixando de 75% para 43%<sup>31</sup>. Estes dados, de qualquer modo, refletem a fragilidade da população alvo, apesar da melhoria significativa de certas condições de vida em comunidades com as quais o Instituto intensificou, em parceria com algumas agências municipais e, principalmente, com as pastorais católicas de saúde infantil e materna, os programas de desenvolvimento social e as ações preventivas básicas (saneamento, higiene, tratamento de água, alimentação e aleitamento materno). Entretanto, os levantamentos censitários, antropomórficos infantis e mórbidos da população, que são realizados periodicamente pelas equipes do Instituto, levam a crer que os dados censitários sejam insatisfatórios e irreais para a região, dada a dificuldade de se mensurar informações e de avaliar as condições singulares e complexas desta população sem o conhecimento e preparo mais sistemáticos.

O índice de analfabetismo entre a população maior de 15 anos, aponta um percentual de 11,6 enquanto que para o Brasil este número é um pouco melhor - 13,3 (IBGE, 2001)<sup>32</sup>. Em 94/95, fase em que os resultados obtidos com os trabalhos de educação ambiental e com o reforço à educação formal nas escolas dos municípios em parcerias inter-institucionais ainda se iniciavam, a população analfabeta da Reserva era estimada em 30% para os homens e 45% para mulheres, índice este, agravado com o aumento da faixa etária<sup>33</sup>. O levantamento censitário da RDSM realizado em 2001 revelou que 55% do total da população maior de 10 anos lê com dificuldade, e 31% dos homens e mulheres adultos são analfabetos<sup>34</sup>. Taxas elevadas, principalmente quando comparadas com os dados do IBGE, apesar de que estes não contemplam, neste estado, a população rural, mais prejudicada<sup>35</sup>. Estes números indicam o resultado ainda parcial e custoso dos investimentos com alfabetização, que, no período, priorizaram as crianças em fase escolar. Os números de evasão escolar e reprovação, entretanto, já foram mais expressivos antes desta atuação. De modo geral, indicativos positivos estão sendo alcançados com as atividades de educação ambiental nas escolas, com o apoio dado aos alunos e professores e com as parcerias estabelecidas entre os municípios vizinhos e equipes de extensão do Mamirauá.

A migração para as cidades é estimulada pela expectativa de emprego e pela busca dos serviços de educação e saúde que o interior deixa de oferecer. A carência da população do interior se reflete nos números de crescimento urbano e na evasão rural, fenômenos que ocorreram principalmente a partir da década de 70. Faltam políticas voltadas para a satisfação mais adequada das necessidades e dificuldades do interior, o que explica o poder dos esquemas de assistencialismo e do paternalismo sobre a população.

O rio constitui, praticamente, a única via de comunicação e transporte dos ribeirinhos. É o meio que liga as comunidades entre si, com as sedes dos municípios e com os centros urbanos. É através dos cursos d'água mais importantes que a população se abastece de água, escoar seus produtos, estabelece e mantém relações sociais com as vizinhanças, recorrendo à prestação de serviços oferecidos pelos municípios próximos. Os rios secundários, também chamados paranás, abastecem de água as comunidades e dão acesso aos rios principais. Na estação seca costumam minguar, privando as populações que deles se servem. A navegação é comumente realizada por meio de pequenos cascos de madeira - canoas - ou em motores de popa fixos a botes - as rabetas. As embarcações de alumínio motorizadas, conhecidas comumente como "voadeiras" ou "baleeiras" têm maior procura atualmente e vem sendo popularizadas pelas doações das campanhas eleitorais e por projetos governamentais ou pelas Ong's que apoiam as comunidades indígenas e ribeirinhas. As embarcações motorizadas e maiores - conhecidas vulgarmente como "recreios" ou motores de linha - transportam passageiros e carga periodicamente entre as cidades, realizando breves paradas nas comunidades. Atualmente começaram a operar na região as lanchas rápidas para Manaus, que levam em torno de 10 horas para fazer o percurso normalmente realizado em três dias pelos barcos grandes e em uma hora por via aérea.

### **MAMIRAUÁ: ESFORÇO DE CRIAÇÃO, ESTRUTURA E APOIO INSTITUCIONAL**

Mamirauá vem sendo considerada por seus membros, atores envolvidos e instituições parceiras como modelo de unidade de conservação, incentivando o manejo dos recursos naturais de forma efetivamente participativa e sustentável. A idéia de preservação da várzea, originalmente, atendia a dois objetivos: assegurar a reprodução

36. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Projeto de Lei da Câmara n.º 27 de 1999, aprovado pelo Senado em 21 de junho de 2000 sob a lei 9985 de 18 de julho de 2000.
37. Comunicação pessoal de José Márcio Ayres, novembro de 2002.

do macaco uacari branco, ameaçada pelas atividades predatórias na região, e garantir o sustento das comunidades ribeirinhas do lago Mamirauá, área de grande piscosidade, muito procurada por peixeiros da região e de fora.

Em 1996, a lei número 2.411 de 16 de julho do Governo do Estado do Amazonas, re-categorizou a Estação Ecológica Mamirauá em Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Inicialmente estadual, esta definição foi incluída na legislação ambiental brasileira para respaldar e regular unidades com este novo perfil, passando a ser reconhecida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>36</sup>. Esta alteração permitiu aliar a preservação da biodiversidade aos propósitos precípuos de permanência e de inclusão da população usuária e residente destas áreas no manejo sustentável dos recursos (não contemplados no primeiro decreto) e teve por base a realidade consolidada em Mamirauá.

Antes porém, um longo processo de negociação se estendeu, entre 1984 e 1996, até a declaração de uma categoria ambiental compatível com os ideais almejados pelos idealizadores do novo modelo. Entre os anos 1984/1985, ocorreu a primeira tentativa de assegurar uma área de proteção para o macaco de cheiro de cabeça preta e o uacari branco, através de uma medida sancionada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF do Amazonas. A portaria oficializava o primeiro lago protegido da região do Solimões e abrangia, inicialmente, uma área menor que a atual, correspondente apenas ao entorno do lago Mamirauá. Atendia à proposta do primatologista José Márcio Ayres e do fotógrafo Luiz Cláudio Marigo que o acompanhava em sua pesquisa com o uacari branco<sup>37</sup>. A nível governamental, a responsabilidade da área coube à SEMACT-AM (Secretaria do Meio Ambiente Ciência e Tecnologia do Amazonas) e ao CNPq/MMA, que estabeleceram um convênio de gestão.

A criação da RDSM/AM priorizou o envolvimento das populações locais nas atividades de ordenamento do uso da várzea. Mesmo não tendo havido uma consulta popular prévia quanto à aceitação da Reserva, a idéia se originou da constatação da predisposição das comunidades, engajadas no movimento católico de preservação e nas iniciativas isoladas e espontâneas de fechamento de lagos. Ambos movimentos ressentiam-se, nesta fase, da falta de apoio legal que os respaldasse.

Seis anos depois da primeira portaria, em março de 1990, Mamirauá foi decretada, finalmente, como Estação Ecológica pelo Governador do Estado do Amazonas,

Amazonino Mendes, abrangendo uma área maior do que a pretendida inicialmente, se estendendo até o Auati Paranã. Esta categoria, prevista pelo código ambiental brasileiro, dispõe que 10% do território sejam utilizados para investigação científica e fiscalização, enquanto os demais 90% devem permanecer intocáveis e livres da presença humana. Disposição esta nada compatível com as pretensões de seus idealizadores em termos de princípios ordenadores, porém um passo considerado imprescindível no sentido de assegurar a legalidade da área e a preservação que seriam colocadas em prática. Contudo, a permanência dos moradores continuava ilegal, e com ela, as propostas dos mentores e executores. Em toda esta fase, os proponentes da Reserva articularam os órgãos federais e estaduais até o estabelecimento dos limites e dos propósitos pretendidos pelos primeiros. Diante de objetivos tão díspares, e a princípio, inconciliáveis pela legislação ambiental vigente à época, a iniciativa não se imobilizou. Desafiando conjugar a sobrevivência humana com a preservação dos recursos naturais, provou que uma relação mais harmoniosa com a natureza se constrói a partir do estabelecimento de novas relações entre os próprios homens. Graças a estas premissas e aos resultados positivos obtidos na conjugação destes fins na prática, a área teve sua classificação alterada em 1996<sup>38</sup> para Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Este fato ampliou sensivelmente as possibilidades de implementação institucional e administrativa da Unidade, alterando o ânimo da população e das agências parceiras em apoiá-la e determinando, finalmente, o seu reconhecimento.

Anteriormente a este resultado institucional, outros avanços se evidenciavam com relação à organização das comunidades de Mamirauá. Nos anos de 1992, 1993 e 1994 um modelo político foi escolhido e reconhecido formalmente pelos representantes comunitários, ao qual todas as comunidades se integraram. Uma vez por ano comunidades dos três rios que cercam a Reserva se reúnem em assembléias gerais com representantes de instituições que atuam ou possuem interesse na área para discutir o manejo e o aperfeiçoamento do sistema representativo. Internacionalmente, a Unidade alcançou reconhecimento e *status* de Reserva da Biosfera<sup>39</sup>, sendo recomendada pelo Governo do Estado do Amazonas a compor a comissão Ramsar<sup>40</sup>. Em 2001, recebeu o prêmio da UNESCO na categoria de Ciência e Meio Ambiente, além de outras indicações mundiais e nacionais.

38. A alteração legal para Reserva de Desenvolvimento Sustentável foi determinada pelo decreto no. 2.411 do Governo do Estado do Amazonas, de 16 de julho de 1996.
39. A partir de 1994, passou a compor, por indicação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), uma lista de unidades de conservação importantes para constituir Reserva da Biosfera.
40. Em 1993, foi apontada pelo Governo do Estado do Amazonas para integrar a "Convenção Ramsar", composta por um grupo de áreas úmidas de importância mundial e assinada por 75 países entre os quais o Brasil.



Com o objetivo de coordenar as atividades de pesquisa e de desenvolvimento social visando a implantação da Reserva, foi criado, em 1991, o "Projeto Mamirauá". O "Projeto", como ficou conhecido, foi coordenado por José Márcio Ayres, primatologista e ecólogo responsável, juntamente com a antropóloga Deborah Lima, pela proposta de criação da Reserva. Todas as atividades da parte social até 1995, foram planejadas e supervisionadas por esta última. Inicialmente, foi elaborado em conjunto por um grupo de pesquisadores e especialistas em diversas áreas, que percorreram a região para reconhecimento e levantamento de dados subsidiários. Após a fase preliminar, vários programas científicos e sociais foram idealizados para alcançar os principais objetivos definidos com a criação da Reserva, ou seja, levantar dados para fundamentar a elaboração do plano de manejo e criar as bases sociais para atuar na região, envolvendo a população usuária, atores e instituições. Desta forma, as pesquisas biológicas se voltaram, preliminarmente, para o estudo dos recursos chaves, considerados do ponto de vista ambiental e social, para subsidiar o plano de manejo cuja primeira versão foi concluída em 1996. Os programas sociais dedicavam-se a promover ações de desenvolvimento humano e incentivar a participação dos setores envolvidos enquanto, paralelamente, investigavam os aspectos sociais, antropológicos e políticos das comunidades e da região, visando orientar as abordagens que seriam adotadas. Durante todo o período de criação da Reserva, um número expressivo de pesquisadores e colaboradores de várias partes do país e do exterior passaram pela região. Inúmeros intercâmbios com instituições de pesquisa e outros projetos, nacionais e estrangeiros, foram realizados para possibilitar maiores êxitos com a implantação da área.

Até recentemente, dois escritórios, um em Belém e outro em Tefé, serviram de base para a coordenação e execução dos programas desenvolvidos. Atualmente, com a inauguração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/IDSM, as atividades administrativas se deslocaram, quase que inteiramente, para o escritório de Tefé. A comunicação da Reserva com o escritório é feita através de sistema de rádio-fonia, instalado nas bases flutuantes estrategicamente localizadas e nos barcos. O deslocamento é feito por meio de cinco barcos e inúmeras "voadeiras" (lanchas). As bases flutuantes servem para a realização das atividades de pesquisa, extensão, fiscalização e apoio aos moradores. A instalação de uma linha telefônica faz parte dos planos de conectar a Reserva com a cidade de forma mais eficaz.

A “Sociedade Civil Mamirauá” é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, que desempenhou, nestes primeiros dez anos, o papel de levantar e administrar os fundos para o desenvolvimento das atividades, até que se implantasse a estrutura institucional definitiva - o Instituto. A flexibilidade administrativa da Sociedade Civil Mamirauá durante este processo foi vital para sustentar as atividades até a consolidação final do IDSM. Na sua primeira fase, entre 1991 e 1992, as atividades foram apoiadas por vários órgãos nacionais, estaduais e agências de cooperação internacionais, entre eles o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-MCT), o World Wide Fund for Nature (WWF), World Conservation Society-New York Zoological Society (WCS-NYZS), o Museu Paraense Emílio Goeldi e o IBAMA. Entre 1993 e 1996, somaram-se a estas, contribuindo com o prosseguimento das atividades relacionadas então à elaboração do Plano de Manejo e à implementação da Reserva, a Overseas Development Administration (ODA-UK) - atualmente DFID/UK, a Conservation International (CI), Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), European Union (EU), Universidade Federal do Pará (UFPA), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), Fundação Margareth Mee (FMM), Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (SEMACT-AM), Associação Brasileira de Ciências (ABC), citando alguns entre outros tantos colaboradores e financiadores. Desde 1999, várias outras instituições substituíram e/ou somaram-se às primeiras para sustentar a fase de transição e de acomodação em Instituto<sup>41</sup>.

Na semana do meio ambiente do ano de 1999, o Presidente Fernando Henrique Cardoso presidiu a uma solenidade em plena Reserva, consagrando ao Instituto o status de organização social, entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos<sup>42</sup>, ligada ao Ministério do Meio Ambiente, acontecimento este aguardado com expectativa por integrantes e parceiros do Projeto. Em 2000, a categoria RDSM foi reconhecida pelo SNUC e, em 2001, celebrou-se o primeiro contrato de gestão com o MCT para fomentar e gerir as atividades previstas em seu estatuto. Estas, contribuem para alcançar os objetivos do Instituto, sintetizados na conservação da biodiversidade, na produção de conhecimento para uso dos sistemas amazônicos da várzea de forma sustentável e participativa, como forma de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. A maior parte do apoio financeiro

41. Bases Científicas do Plano de Manejo. Versão Preliminar. Projeto Mamirauá e Sociedade Civil Mamirauá. Tefé, 1996.

42. O decreto de 04 de julho de 1999 que qualificou Mamirauá numa organização social foi publicado no Diário Oficial de 07/06/99.

43. DIEGUES, 1999.

44. POSEY, 1994.

e institucional, desde então, provém basicamente, do CNPq/MCT com o apoio do IPAAM, mas outras instituições nacionais, estaduais e regionais são constantemente procuradas para firmar parcerias nas diversas áreas de atuação. Alguns contratos realizados na fase anterior tem prosseguimento com o novo Instituto, enquanto outros firmam-se para manter as atividades e pesquisadores em campo.

## AS PROPOSTAS DE MAMIRAUÁ: INOVAÇÃO E OUSADIA

### O NOVO MODELO: PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DEMANDA SOCIAL

Visto da forma clássica, o homem é um componente distinto da natureza, único ser capaz e destinado a transformá-la conscientemente. A história de dominação humana do planeta chegou, no final do século XX, mas também antes dele, a um final desastroso para ambos. Levando em conta este princípio e os cenários de desolação social e ambiental encontrados em todo o globo, muitas correntes de pensamento se deixaram iludir pela idéia de que somente o isolamento da natureza poderia protegê-la da destruição. A concepção dicotômica deu margem para que as sociedades e a natureza fossem abordadas aprioristicamente, quer da ótica ambientalista, quer da antropocêntrica, dando origem a uma diversificada sucessão de facções e escolas que pretendem salvar ou o homem ou a terra separadamente, já descritas por vários autores (Diegues, 2001; Castells, 1999)<sup>43</sup>. O pensamento mais integrado e as visões holísticas começaram a surgir mais recentemente e em contraposição a este enfoque, já que parece que se alcançou algum consenso de que é impossível garantir a sobrevivência humana sem salvar o planeta e, indesejável e sem sentido perpetuar o último sem as sociedades humanas, ou do seu ponto de vista, pelo menos. Conforme este enfoque mais moderno, o homem não só se insere na natureza, como também, é visto como uma das formas de manifestação do meio natural. Como parte desta natureza, produz formas particulares para encarar e lidar com ela - a "biodiversidade cultural" - contribuindo muitas vezes para a sua transformação saudável (Posey, 1994)<sup>44</sup>. Este, por sua vez, não é só um receptáculo da ação do homem, mas reflete-se nos caracteres da cultura produzida pelas sociedades humanas e reage diversamente a cada tipo de impacto. Dessa forma, a preservação da biodiversidade, segundo uma concepção que se pretenda inovadora, não deve negligenciar o homem - criador/ produto do meio/cultura e suas formas culturais

de lidar com o ambiente. Além de defender o direito de manter-se em seus habitats e de assimilar as inovações que achem convenientes, reclamar o valioso conhecimento tradicionalmente produzido por estes povos em sua relação com o meio ambiente natural durante gerações é fundamental.

A natureza é considerada pelos idealizadores e executores da RDSM a partir de uma abordagem ampla, integrada e distinta da convencional. De acordo com este enfoque, o desenvolvimento sustentável aparece como forma de manejar recursos essenciais ao equilíbrio e à reprodução dos ecossistemas e dos seus processos naturais. Paralelamente, assegura a satisfação das necessidades e a reprodução física e social das concentrações humanas usuárias destes recursos, almejando a melhoria de seu padrão de vida. O novo modelo de “Reserva de Desenvolvimento Sustentável”, cogitado na década de 90, preconiza que as unidades de conservação devem contemplar as populações envolvidas. As questões sociais passam a ser inseridas nos processos de criação e implementação deste tipo de unidade, alternativo aos modelos de preservação intocáveis, excludentes e falidos, em vigor nos anos anteriores, que ignoravam os direitos das populações tradicionais. Mais do que isto, os moradores locais devem, de agora em diante, fazer parte destes processos de modo integral e efetivo.

Em 1996, a legislação ambiental brasileira regulamentou a categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC pela lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000. Foi criada para atender a um novo modelo, em vias de experimentação, que suplantasse os impedimentos legais de habitação e manejo dos recursos previstos para as Estações Ecológicas, podendo contemplar as populações usuárias destas áreas e do seu entorno. A definição desta nova categoria, portanto, foi um passo importante no sentido de respaldar juridicamente a conjugação dos interesses sociais e ambientais.

As práticas e os comportamentos permitidos nas novas unidades de desenvolvimento sustentáveis, entretanto, não devem ser arbitrárias. Estão sujeitos a uma “administração ecológica” como apropriadamente denomina Deborah Lima (2002)<sup>45</sup>, diversamente das categorias ambientais que são orientadas, mais prioritariamente, para a satisfação das necessidades dos grupos locais, como é o caso das reservas extrativistas. O “governo ecológico”, conforme bem descreve a autora, é aquele que rege o funcionamento das unidades de conservação baseado nas leis da

45. LIMA, 2002.

46. ESTERCI, LIMA & LÉNA,  
2002.

natureza, e orienta a utilização dos recursos pelos usuários através de um plano de manejo embasado nas pesquisas científicas, que garante a reprodução dos ecossistemas em jogo. Tendo por princípios proteger a natureza e promover a melhoria das condições humanas, estas novas unidades conciliam estes dois objetivos através do manejo sustentável e participativo dos recursos.

Os imperativos colocados pela crise ambiental mundial que o planeta atravessa e o escasseamento dos recursos naturais desencadeado pelas sociedades industriais modernas, ensejaram o acirramento da discussão em torno da questão ecológica e da busca de modelos de exploração menos danosos à natureza, mais equilibrados e harmônicos, de forma a perpetuar a vida humana na terra. Esta perspectiva, certamente utilitarista, determinou entretanto, avanços nos debates sobre as perspectivas de sobrevivência do planeta, ecológica e socialmente mais justas. O desenvolvimento sustentável seria uma dessas saídas, porém é um tema controverso. Na atualidade, autores especializados tem participado de discussões importantes acerca do tema e vários questionamentos práticos e específicos aparecem com a implantação deste modelo.

Considero, como alguns críticos, as ressalvas dirigidas ao desenvolvimento sustentável, enquanto paliativo ao sistema capitalista vigente que precisa ser revisto na sua essência. São importantes a este respeito as ponderações que fazem Esterci, Lima & Léna (2002)<sup>46</sup> sobre as contradições e os enfrentamentos práticos deste modelo. As dificuldades quanto ao conceito de "populações tradicionais", as consequências, imprevistas ainda, do acesso e/ou da intensificação das relações dos grupos isolados - que mantém padrões e referências distintos de organização e estrutura sociais - com o mercado; a complexidade de identidades que se constroem neste meio a partir da atuação de atores externos, são alguns dos questionamentos cuja discussão é recente e importante. O caso de Mamirauá, ilustra e reitera, em muitos aspectos, estas questões. Mas apesar de ser ainda uma experiência parcial, com muitas perguntas por responder, a RDSM já demonstra alguns resultados ambientais e sociais positivos que não podem ser esquecidos. Como exemplo, indicadores definidos para o monitoramento dos resultados alcançados com a reprodução e o aumento das espécies nas áreas protegidas, principalmente os peixes mais valorizados regionalmente, é atestado por pesquisadores, pescadores e moradores em geral; e o papel das "populações tradicionais" (ressaltado

enquanto portadoras de conhecimento sobre seus habitats e capazes, a partir deste processo participativo, de se tornarem protagonistas de seu próprio destino) tem sido fundamental e surpreendente. Esta experiência tem valorizado o conhecimento tradicional, a autonomia e a capacidade de participação destes grupos (desde que dadas as devidas condições para fazê-lo) inclusive para optar pelas transformações que estão dispostos a passar.

Acredito que o modelo de desenvolvimento sustentável possa representar, para a população do interior (e para o meio urbano que mantém com ela uma rede social), uma alternativa de vida melhor. As culturas locais (em função mesmo de suas situações precárias de sobrevivência) em vias de transformação e sob as pressões do pequeno e do grande capital econômico abrangente, vistos como únicas alternativas palpáveis para sanar as carências das populações excluídas de forma imediata, se apresentam expostas e vulneráveis às influências externas. É sabido que, diante de tais perspectivas e influências do mercado, estas populações, muitas vezes, abandonam suas práticas e equipamentos tradicionais de exploração da natureza por outros mais danosos, que comprometem os estoques das espécies e o meio. Neste sentido, acredito que o desenvolvimento sustentável tem representado, conforme demonstram algumas experiências, entre as quais Mamirauá, o redirecionamento das práticas destes grupos para um tipo de uso e uma economia mais racionais (e neste sentido resgata suas formas tradicionais) e para uma convivência mais justa. Além disso, esta experiência é testemunho das possibilidades efetivas de integrar os anseios sociais com a ordem dos processos naturais. Resta aos segmentos mediadores e interlocutores destas propostas fazer suas opções em estimular uma ou outra influência.

#### **MANEJO PARTICIPATIVO DOS RECURSOS VERSUS COSTUMES E PRÁTICAS LOCAIS**

O manejo dos recursos defendido e realizado por Mamirauá parte de uma concepção que compatibiliza homem e natureza através de formas racionais de utilização do meio, baseadas no conhecimento popular e respaldadas pela pesquisa, que resguardam a reprodução dos ecossistemas e dos *habitats* naturais. A população usuária de unidades como estas, longe de ser excluída de seus territórios e dos processos de regulamentação, deve ter um papel igualmente importante, juntamente com cientistas e mediadores sociais.

As novas práticas difundidas em Mamirauá resultaram de uma série de investigações científicas que ampliaram e, ao mesmo tempo, respaldaram o conhecimento popular sobre a várzea, garantindo que, apesar da continuidade da exploração dos recursos, os ecossistemas e seus processos se sustentem. Muitas vezes, as medidas relacionadas no plano de manejo remetem à métodos de exploração tradicionais, utilizados por antigos habitantes para a sua subsistência e que, dadas as pressões do mercado hoje em dia, caíram em desuso. Como exemplo de apetrechos usados tradicionalmente, citam-se a zagaia e a hástea, que funcionam com uma peça de ferro em forma de seta (ou arpão) fixada na ponta de uma lança de madeira. Esta é feita de material que flutua ao fisgar o peixe. Equipamentos de pesca como estes permitem uma captura mais seletiva e propiciam ao pescador a escolha dos indivíduos de maior tamanho.

O plano de manejo da RDSM resultou principalmente em duas medidas básicas: o zoneamento (que indica as zonas de uso e preservação) e as normas de manejo, que orientam para as regras de extração das espécies utilizadas segundo as épocas de reprodução (defeso), porte, sexo dos animais, etc. Ambas são elencadas na primeira versão do Plano e estão em constante revisão junto aos moradores. O processo de negociação destas normas, iniciado em agosto de 1995, envolveu 43 das 60 comunidades da Reserva em nove encontros de setores e culminou com a realização da V Assembléia Geral, em outubro de 1997. O processo de discussão do Plano foi considerado crucial entre as programações sociais. Primeiramente, por representar o marco temporal entre duas fases do projeto: a dos estudos preliminares para a sua elaboração e a de efetivação e acompanhamento das medidas propostas. Em segundo, por ter significado, enquanto experiência, um rico aprendizado de convívio e de intercâmbio de conhecimentos científicos e locais, uma experiência de negociação de interesses envolvendo comunidades, mediadores sociais e especialistas em diversos recursos. Nesta etapa, se percebeu, com profundidade, a dimensão e o significado de preservar a biodiversidade envolvendo um grande número de comunidades, culturas e propostas diferenciadas. Foi um momento de grande expectativa para as partes envolvidas, quando os ideais de preservação foram confrontados com a já vulnerável situação econômica e as demandas dos moradores.

Os novos regulamentos implementados na Reserva foram aprovados depois de discutidos e votados pelos representantes comunitários. Idealizadores e mediadores deste processo partem do princípio de que os hábitos e costumes locais não precisam ser

abandonados, mas reorientados para uma utilização mais adequada. Vale mencionar que, em geral, o uso dos recursos para a manutenção das comunidades não é a principal ameaça à biodiversidade, salvo raras exceções das espécies que correm risco de extinção, como a tartaruga, por exemplo. Normalmente, o maior perigo é representado pela captura em grande escala, destinada para o mercado (principalmente quando não se resguardam algumas áreas ou as épocas importantes para a reprodução das espécies) e pelas técnicas predatórias, que capturam os animais sem critérios. Mas as propostas de uso sustentável de recursos, implicam, certamente, em restrições: época, locais, espécies e tamanho precisam ser respeitados. No entanto, este controle não deve significar o prejuízo dos habitantes locais, o que, certamente, inviabilizaria politicamente sua aceitação.

Em Mamirauá, os estudos do plano de manejo se centralizaram nos recursos que, durante os levantamentos preparatórios, se revelaram chaves do ponto de vista da manutenção da população, juntamente com aqueles julgados mais ameaçados. Os pontos mais polêmicos, que causaram maior preocupação para lideranças comunitárias e pesquisadores, foram revistos durante as assembleias que se seguiram à apresentação do Plano à população, negociando-se os interesses e as prioridades de ambos os lados.

As medidas restritivas, quando dizem respeito a costumes enraizados e difundidos entre os moradores, causam estranhamento. E a prática indiscriminada de alguns hábitos compromete a reprodução das espécies. O manejo sustentável dos recursos de Mamirauá é uma alternativa razoável: pretende a utilização racional - ordenando a captura dos animais, poupando fêmeas, filhotes ou ovos (como no caso de jacarés, bichos de casco e peixes-boi), estimulando a procura de espécies menos visadas e a captura fora das épocas de procriação ou em locais menos vulneráveis sem, no entanto, privar radicalmente os usuários da expressão da cultura local ou das conquistas da tecnologia.

Por um lado, não é difícil para a população da Reserva perceber os benefícios, a médio e longo prazo, de acatar as propostas sustentáveis e aceitar o manejo como forma de perpetuar o recurso para as futuras gerações. Por outro, é difícil limitar, no dia-a-dia as práticas predatórias, cultivar mudanças nos hábitos adquiridos e adotar medidas punitivas impessoais para os infratores. Parte dos moradores admite francamente o sacrifício, ao ter que limitar o uso das malhadeiras<sup>47</sup> e técnicas como as que capturam filhotes de peixe-boi para apreensão das mães, por exemplo; ao abandonar a caça de

47. Equipamento de pesca muito difundido na região, pela facilidade que oferece para capturar grande número de peixes em comparação com outros instrumentos artesanais; a malhadeira é considerada predatória dependendo do tamanho das malhas, da espécie visada, do local e época em que é usada. Por ser amplamente utilizada na região, as medidas do Plano de Manejo da RDSM que propõem a sua restrição causam grande polêmica entre os usuários.



macacos, aves e outros animais silvestres para a domesticação, ou o abate daqueles considerados nocivos aos plantios; ao deixar de consumir quelônios (tartarugas e iacás), ovos de aves, jacarés e outros bichos muito apreciados na alimentação. Assim, também é custoso para eles modificar as atitudes de antipatia à determinados animais, como onças, jacarés e cobras, pelo medo que inspiram. Os moradores sentem-se privados de seus costumes ao ter que evitar a degustação dos ovos de aves e quelônios ("bichos de casco") por exemplo, enquanto que, por outro lado, anseiam por ter de volta os tempos de "fartura" a que se referem os mais "antigos". Com a criação de Mamirauá, os moradores estão tendo a oportunidade de escolher, entre o consumo moderado das espécies e seus derivados que ainda restaram (até que o repovoamento dos seus *habitats* permita alguns índices toleráveis de exploração) ou uso desenfreado que comprometerá, por certo, a existência definitiva dos recursos.

O plano de manejo aprovado para Mamirauá é significativamente mais flexível que a legislação ambiental vigente, permitindo a utilização de recursos (muitos dos quais, proibidos por lei) sem comprometer sua existência. Fundamentadas na pesquisa científica e na prática popular, estas medidas podem assegurar o repovoamento de espécies. Acredito que os resultados obtidos com a implantação deste projeto podem ser atribuídos em parte, ao exaustivo esforço das equipes e mediadores comunitários em efetivar o ordenamento da área; e em estabelecer relações com a comunidade por meio do diálogo, da reciprocidade e da combinação dos valores e saberes locais com os científicos.

Os indicadores percebidos e socialmente aceitos como positivos - pelas equipes de trabalho e por moradores - do ponto de vista ambiental e social, confirmam que o processo deve continuar no dia-a-dia, com as dificuldades e as limitações que lhe são próprias, animado sempre pela comunicação entre as partes e pelos erros e acertos da própria experiência. O aumento da quantidade de peixes (principalmente aqueles que demonstraram sinais de esgotamento como pirarucus e tambaquis), observada pelos moradores e executores dos programas de pesquisa do Mamirauá, vem sendo visto como indicador de êxito do manejo. Uma das lideranças que acompanha o projeto de comercialização do pirarucu, espécie proibida pela legislação do Amazonas e liberada para a pesca manejada em Mamirauá, implementada como alternativa econômica sustentável para os moradores, me descreveu de forma entusiástica, ao me ceder seu

depoimento em 2002, que àquela data, a quantidade de pescado monitorado em um dos lagos preservados pelas comunidades passara, dos três animais, contados em 1994, para 1.600. Este tipo de constatação é replicada para outras áreas da Reserva onde é efetuado o manejo e para outras espécies, apesar do acatamento ainda parcial das medidas pelos usuários. A diminuição do número de invasões (principalmente de grandes barcos geleiros e dos pescadores de fora), tem sido outro indicador importante para a avaliação da pressão sobre os recursos da área.

A experiência desenvolvida em Mamirauá, da qual as lideranças comunitárias ribeirinhas tomam parte ativamente, ilustra como novos projetos orientados pela pesquisa podem apoiar e valorizar o conhecimento e a tradição populares, socializando e negociando formulações, propostas e ações. Esta tarefa é difícil e complexa e, embora ainda parcial, vem gerando seus frutos e, por isto mesmo, tem valido a pena realizá-la.

#### QUALIDADE DE VIDA: TRADIÇÃO OU NOVOS HÁBITOS?

A falta de opções diante das pressões de um mercado cada vez mais intrusivo e abrangente, muitas vezes tira dos segmentos sociais mais pobres a oportunidade de escolher a forma de exploração do meio, tendo em vista a necessidade imperiosa de garantir o sustento. Este problema é bem claro em algumas unidades de proteção, em algumas terras indígenas, assim como acontece em diversos pontos em Mamirauá. A população ribeirinha, muitas vezes, explora de forma exaustiva os recursos e comercializa seus produtos a preços frequentemente injustos, pelo fato de não ter alternativas de vendas melhores ou na impossibilidade de se deslocar para as cidades onde, em tese, os valores são mais compensadores. O produto vendido ao comerciante local, seja a madeira ou o pescado, é extraído de maneira indevida para garantir o ganho familiar mais rápido. Dessa forma, a falta de condições destes segmentos acentua a degradação do ambiente, embora estes não devam ser considerados os únicos responsáveis por este fato. A idéia de que a pobreza produz degradação, popularizada a partir de 1987 com o Relatório Brundtland ou "O Nosso Futuro Comum" (Alier, 1998)<sup>48</sup>, quando francamente questionada, pode se converter num instrumento para rever conceitos e definições, aprofundar a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e os rumos da sociedade industrial.

A melhoria da qualidade de vida das populações locais usuárias das unidades ambientais é um tema delicado. Elaborar e definir conceitos e indicadores para mensurar resultados nas áreas

48. ALIER, 1998.

sociais e ambientais é uma tarefa complexa, principalmente quando se tem em conta diferentes padrões culturais e interesses diversos. O que é visto como bem-estar e desenvolvimento para uma cultura, pode não o ser para outra. Entretanto, é preciso apelar para uma noção geral, para um senso comum aceito pelos envolvidos, para possibilitar a operacionalização de parâmetros que mensurem os avanços alcançados. Os indicadores escolhidos pelas equipes do Projeto Mamirauá com a ajuda da população, tais como a mortalidade infantil na área da saúde e a renda domiciliar na área econômica, tem direcionado as atividades de pesquisa e desenvolvimento social e também demonstram as conquistas obtidas com as ações sociais.

O IDSM considera que os objetivos de preservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida, devem ser buscados conjuntamente e se desenvolvem de forma recíproca. Habitantes com melhores condições de vida e de renda estão potencialmente mais aptos e livres para procurar a forma mais adequada de explorar o meio e gerir seus negócios; na medida em que tal se realiza, melhores são as consequências na economia doméstica e em outros indicadores de bem estar. Estas medidas, é claro, só podem ser concretizadas se aliadas a outros processos de transformação, aprendizado político e responsabilidade econômica, como a organização social destes grupos, a criação de novas formas conjuntas de produção e comercialização (como as cooperativas), a capacitação profissional, a utilização da energia alternativa e tecnologias de produção apropriadas e a educação ambiental/política. Todas estas têm merecido a atenção nas programações anuais do Instituto Mamirauá.

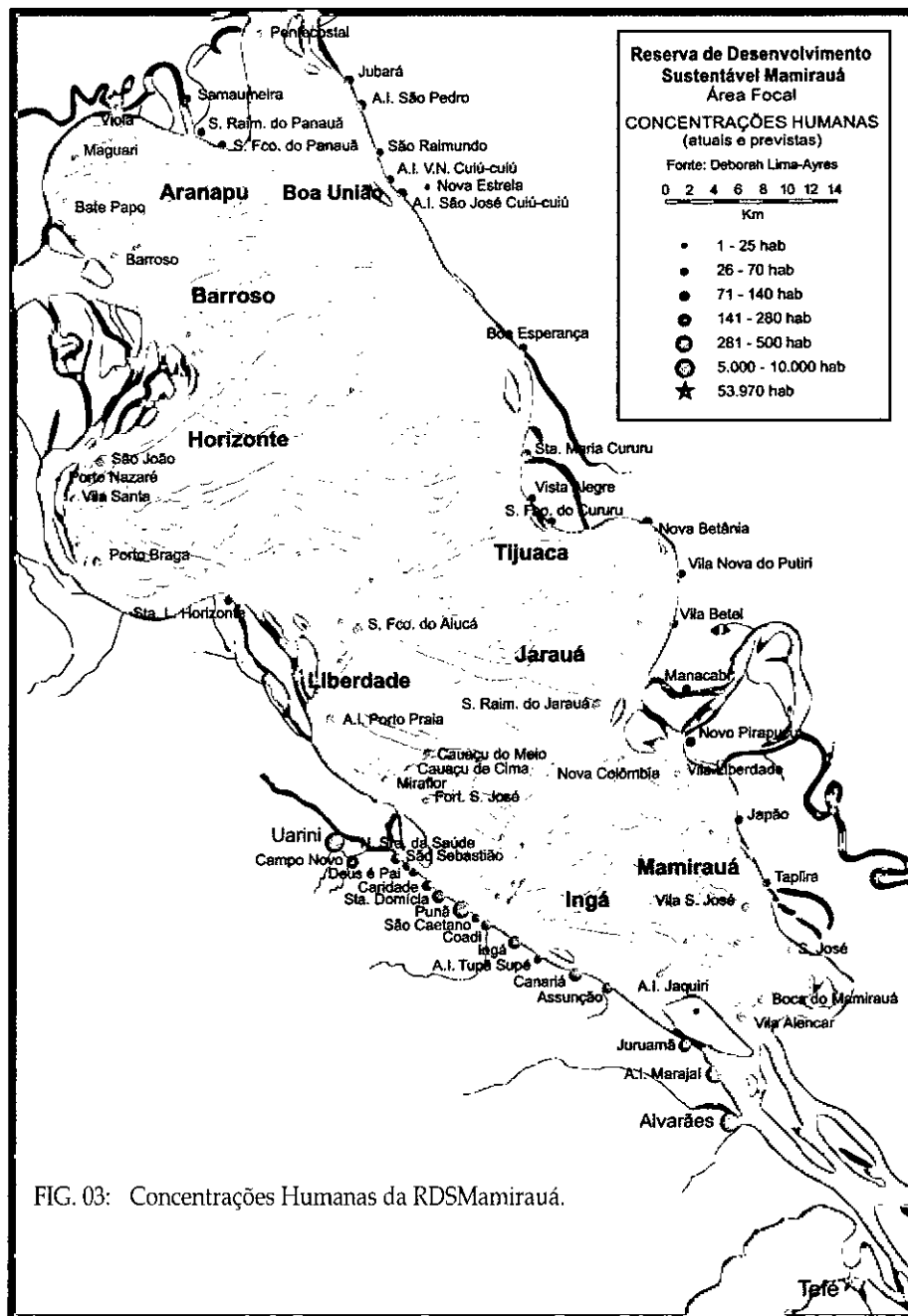


FIG. 03: Concentrações Humanas da RDS Mamirauá.

# QUEM SÃO AS LIDERANÇAS EM MAMIRAUÁ

As lideranças comunitárias que fazem parte deste estudo iniciaram suas carreiras juntamente com as atividades de alfabetização e de formação política da Prelazia de Tefé e das entidades ligadas a ela, como o Movimento de Educação de Base - MEB. As primeiras começaram o trabalho na década de 60, alfabetizando-se através das antigas escolas radiofônicas que se direcionavam à população do interior. Na década de 70, os aglomerados humanos da região passaram a se reunir nas chamadas "comunidades", referência para realização dos objetivos de evangelização católica, de organização sócio-política e de alfabetização, promovidas pelas pastorais católicas da Prelazia. Mais recentemente, a partir da década de 80, incentivados pelos missionários católicos, os moradores das comunidades começaram a participar do "movimento de preservação de lagos", o que reforçou a estrutura comunitária criada nos anos anteriores. O GPD, Grupo de Preservação e Desenvolvimento, criado após a Eco 92, representa o movimento e conta com o apoio das instituições da região.

As lideranças destacaram-se exercendo funções de monitores de alfabetização, representantes e presidentes comunitários, catequistas e animadores religiosos. Estes cargos aliam a finalidade religiosa e política. Escolhidos pelas comunidades, estes líderes desempenham as tarefas voluntariamente, recebendo a formação que necessitam para realizar ações litúrgicas e sociais nos povoados onde atuam. O modelo político-administrativo implantado com apoio da Prelazia de Tefé se tornou uma espécie de referência para a população local e para as agências que desenvolvem suas ações na região.

Alguns destes líderes se sobressaíram no processo de criação da então Estação Ecológica Mamirauá/EEM, ainda no início da década de 90. Este fato ocasionou mais uma demanda de interlocução sobre estes indivíduos (os poucos a possuir um certo preparo e os atributos procurados pelas entidades para a representação política). Posteriormente, os que mais se destacaram por suas habilidades, foram gradualmente

contratados como assistentes comunitários pelos programas de desenvolvimento social ou de pesquisa. Alguns se dispuseram espontaneamente ao papel de mediação entre equipes e moradores da área. Tiveram um papel fundamental por constituírem uma referência para as comunidades e para as equipes simultaneamente. Porque, neste início, eram raras as pessoas que podiam falar pelas duas partes e porque era também preciso ajustar as expectativas dos moradores às propostas da Reserva e vice-versa .

São seis as lideranças comunitárias com as quais discuto os temas elencados. Destas, duas pertencem à comunidades de filiação evangélica protestante, com características sociais e econômicas similares aos demais povoados católicos, mas cujo histórico de formação política é distinto e dissociado. Um destes líderes evangélicos, apesar de sua filiação, participou das atividades de formação do MEB e manteve-se ligado ao movimento de preservação de lagos, ambos de orientação católica. O outro é um líder espontâneo, que se destacou nas atividades de representação da sua localidade na sociedade abrangente e, especialmente, no processo de criação da Reserva Mamirauá. Não passou pela mesma trajetória de formação que os líderes católicos, sendo escolhido por portar os atributos prestigiados como ler, escrever e saber manifestar-se em público. Estas qualificações, quase naturalmente, conduzem estas pessoas a tomar à frente nas atividades comunitárias, embora não sejam suficientes.

Duas destas lideranças são de vilas vizinhas à região, embora localizadas fora da Reserva. São conhecidas para além da área de suas comunidades pelo trabalho desenvolvido com a Igreja Católica, paróquias e outros grupos populares e compartilham dos mesmos problemas e experiências.

A vida das lideranças ou das pessoas que se destacam politicamente nas comunidades traz-lhes uma rotina mais atribulada e diferente das demais. Os "especialistas" da representação, como analisa Sylvain Maresca (1983)<sup>49</sup>, ao assumirem a vida pública, tem que aprender a trafegar nos dois universos (dos representantes e dos representados) sem perder

FOTO 01:  
Afonso Carvalho, a primeira liderança atuante na experiência de Mamirauá.





50. Unidade administrativa-religiosa que agrega as comunidades na região e que faz parte do sistema político representativo comunitário implantado pela Prelazia de Tefé na região.
51. Estas equipes atuam no envolvimento, interlocução e organização sócio-política das comunidades.

FOTO 02:  
Antonio Martins, líder do  
Setor Jarauá.



o vínculo com seu grupo de origem. Conforme foi observado pelo autor, a vida profissional destes “dirigentes” exige sacrifícios e dedicação para conciliar tempo, trabalho, vida familiar e a imagem pública diante da nova situação, sem perder a identificação com seus representados, que é o que lhes legitima.

Introduzo, a seguir, os líderes que se dispuseram a prestar seus depoimentos sobre as questões que aqui interessam. São apresentados em ordem alfabética, não apenas de forma técnica e curricular, mas da maneira como os conheço, a partir da minha convivência com eles neste período, e de acordo com a avaliação que faço de cada um.

Afonso Silva Carvalho, embora ainda não tenha um fio de cabelo branco, é a liderança que integra diretamente e há mais tempo a experiência de Mamirauá. Com cinquenta e poucos anos não aparentados, aceitou colaborar com este estudo desde o primeiro momento. É casado com Dona Benta, tem onze filhos e vive na comunidade de Vila Alencar, paranã do Jaquiri, rio Japurá. Sua carreira de liderança iniciou nos anos 60, ao lado do Movimento de Educação de Base/MEB. Começou como monitor de alfabetização, exercendo posteriormente as funções de professor primário, catequista e animador de setor<sup>50</sup>. É agente ambiental voluntário credenciado na primeira turma formada pelo Ibama em parceria com o Mamirauá, e coordenou, durante alguns anos, as atividades de fiscalização de sete comunidades pertencentes ao seu setor, o Mamirauá. Integrou, desde o início, o Programa de Participação Comunitária, posteriormente substituído pelo Núcleo de Integração Política<sup>51</sup>, atualmente denominado de Organização Política e Socio-economia. Tem a letra torneada e é a mais perseverante de todas as lideranças que conheci neste processo. Gosta de escrever e de aprontar relatórios e registros de tudo que faz. Quando na comunidade, passa horas neste afazer. Age como quem acredita que para tudo tem um jeito e nunca o vi desesperar-se por nada. Gosta do que faz, de conversar com as pessoas, defende o entendimento por vocação. Acha que da união e do consenso entre as pessoas depende o futuro melhor para as comunidades da sua região. Está no Mamirauá há onze anos. Tem o dom do convencimento sem dor e um grande poder de descontração nos momentos mais críticos.

Antonio Alves Mendes responde por Tango, é morador da comunidade do Barroso, localidade evangélica situada nas proximidades do encontro entre o rio Solimões com o Aranapu.

É casado com Rosilene, com quem tem vários filhos e netos, apesar de ser um homem jovem. Diferentemente da maioria das lideranças, não participou do movimento de formação católico, mas por estar sempre à frente nas reuniões, por se sobressair nos debates, nas iniciativas e na mobilização dos moradores começou a atuar como representante comunitário, incentivado pelas equipes de campo de Mamirauá. Foi indicado, desde os primeiros contatos com as comunidades de seu setor como representante, para discutir o funcionamento da Reserva, juntamente com o pai, Sr. Zozó, pequeno comerciante local. Sempre assumiu sua profissão de madeireiro, fato que o preocupava nos primeiros anos de implantação da área, pois temia ser prejudicado um dia, com a proibição da extração do recurso. Formou-se como agente ambiental voluntário no primeiro curso do Ibama/Mamirauá e, atualmente, exerce os cargos de presidente comunitário, vice-presidente da Associação da comunidade do Barroso e monitor de pesquisa com quelônios, além de ser representante setorial. Integra o grupo de moradores que participam da elaboração do manejo florestal para o setor Barroso.

Antonio Martins é liderança da comunidade de Jarauá, no rio Japurá, uma área de grande potencial pesqueiro da Reserva e, também, de muitos conflitos. Trabalha no Mamirauá desde a etapa inicial. É casado com D. Lourdes, com a qual teve dois filhos (um deles, o mais velho, falecido na flor da idade) e vários enteados. Já participou, como representante comunitário de muitas atividades ao lado do movimento católico, além de ter exercido outras profissões anteriormente. Entre os cargos comunitários que ocupou estão os de professor, catequista e agente de saúde, presidente e coordenador de setor. É agente ambiental voluntário formado pelo IBAMA na primeira turma de 1995. É presidente da comunidade de Jarauá e integra ativamente as equipes de pesquisa e extensão quando se trata de implementar atividades que dependem da negociação com as comunidades. É sempre procurado nas situações delicadas e conflituosas, servindo de interlocutor em outros setores de comunidades. Tem se sobressaído no estabelecimento dos acordos de pesca das comunidades com a Colônia de Pescadores e na implementação do Projeto de Comercialização de Pescado (PCP) no setor Jarauá desde 1998, juntamente com técnicos de pesca, pesquisadores e consultores. Como assistente comunitário da Organização Política e Socio-economia é muito solicitado por outros programas que precisam ser desenvolvidos junto às comunidades. Por ser um líder articulado e fluente, é procurado por pesquisadores, pela imprensa e outros



profissionais que visitam a região. Perspicaz na análise dos problemas, nunca o vi desmerecer seus adversários, apesar do que presencia em seu trabalho e dos inimigos que possa enfrentar, nem acusar quem quer que seja. Sabe ouvir incansavelmente as críticas e as acusações dos oponentes. É ao mesmo tempo, racional e sensível, articulado e reflexivo em seus depoimentos e argumentações.

Firmino Valter Cavalcante responde pelo apelido de Vavá e é morador da comunidade do Icé, pertencente ao setor Pananin, situado próximo à confluência do Japurá com o Solimões. Desde seu início é o mais popular membro do movimento de preservação de lagos. Ficou conhecido por sua luta pela preservação, pela persistência e pela coragem de enfrentar invasores e peixeiros, sozinho ou não. Já foi agredido, preso e ameaçado, mas não deixou por menos. Exerceu as atividades de professor e presidente comunitário, e foi presidente do Grupo de Preservação e Desenvolvimento/GPD, durante muitos anos após a sua criação, em 1992. Trabalhou durante quatro anos no Programa de Integração Política, atuando principalmente junto às comunidades do setor Ingá, por ser o mais próximo do local onde mora.

Francisco Andrade pertence a comunidade evangélica de Nova Betânia, também no rio Japurá. Filho de Joaquim e Joaquina Andrade. Apesar da filiação religiosa evangélica não deixou de participar e de aproveitar as oportunidades de formação e educação oferecidas pela Prelazia de Tefé na região, visando se instruir e aperfeiçoar. Teve papel importante no envolvimento das comunidades protestantes do rio Japurá na criação da Reserva, juntamente com alguns pastores simpáticos à causa, contribuindo para desmistificar o medo da preservação entre os moradores. É professor e monitor de educação ambiental pelo Instituto Mamirauá. Francisco é simpático e está sempre disposto a conversar.

Oscarina Martins é uma das poucas lideranças essencialmente políticas do movimento católico e ambiental, destacando-se antes mesmo da criação da RDSM. É a única comunitária mulher a permanecer, até agora, nas equipes de articulação política. Nascida na pequena sede de Uarini, distante duas horas de voadeira da cidade de Tefé, é uma das poucas mulheres que se sobressaíram e permaneceram no movimento católico e na vida política propriamente dita, de forma mais atuante e visível. Foi coordenadora da Pastoral da Juventude e secretária da Câmara de Vereadores de Uarini durante nove anos. Membro ativa da Paróquia, presidente do Conselho de Pastoral e

animadora de setor, possui um grande poder de comunicação. Foi assessora jurídica da Prelazia de Tefé na sua cidade. É articulada nos seus discursos e contundente nas suas opiniões. Líder nata e incansável. Espontânea, se comunica bem com o público. Como diz o ditado, não tem “papas na língua”, mas também não guarda rancor. Gosta do que faz e, nas comunidades, se sente em casa. Apesar de todo este tempo atuando junto ao movimento popular e político, está sempre se surpreendendo com os acontecimentos novos que observa no interior, talvez por ser-lhe muito próxima e por possuir trânsito em vários segmentos da região. Em 1997, participou comigo e com mais um colega do workshop *“Gestão Participativa em Unidades de Conservação”*, realizado no Parque Estadual do Rio Doce, em Minas Gerais, tendo sido muito elogiada e aplaudida por sua fala. Atualmente integra, juntamente com outros líderes, a equipe de Organização Política e Socio-economia do IDS M.

# HISTÓRIA E CONTEXTO

52. JUNIOR, 1961.

53. FREYRE, 1992.

## O MODELO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO

A ocupação do território brasileiro tem sua origem na expansão do comércio marítimo europeu, determinado por um conjunto de fatores sociais que lançavam a Europa de modo geral, e Portugal, especificamente, à procura de rotas para o Novo Mundo com o objetivo de abastecer os mercados de produtos tropicais. Conforme descreveu Caio Prado Júnior (1961)<sup>52</sup>, a grande empresa comercial em que foi transformado o Brasil nas mãos da coroa portuguesa a partir do século XVI, sempre voltada para atender interesses estranhos a sociedade e economia brasileiras, imprimiu o "*sentido da colonização*" analisado por este autor. O que tradicionalmente imperou no país foram as atividades de cunho imediatista e heteronômico - ligadas às grandes lavouras monocultoras (do café e da cana), ao regime escravocrata de trabalho e às atividades extrativas. Toda a estrutura social e econômica que derivou a seguir persistiu atrelada ao modelo colonial inicial, que ditou os destinos políticos e o caráter da sociedade brasileira. Estas origens determinaram, de forma marcante, os rumos da nação, caracterizando as relações sociais, a fisionomia de submissão e a aculturação. As populações nativas eram aproveitadas para o trabalho, para a ocupação do território e, principalmente, para ajudar, com o conhecimento e cultura natais, na adaptação do colono português ao novo território (Gilberto Freyre, 1992)<sup>53</sup>.

A região amazônica não fugiu desta tendência. O modelo de exploração econômica configurou-se para atender o comércio exterior, fomentando a extração dos produtos naturais da floresta. Com características particulares, a economia local assentou-se principalmente no extrativismo florestal, na disponibilidade de mão de obra e no conhecimento indígena. A faturação inicial destes produtos e o saber do homem nativo sobre seus *habitats* propiciaram a sustentação do modelo, destarte o isolamento e as dificuldades naturais. O esgotamento dos recursos mais explorados da Amazônia, o desapego dos colonos à terra e o depauperamento dos grupos

54. OLIVEIRA, 2002. p. 34.
55. Relatórios de viagem das equipes do IDSM : Paulo Souza, Marise Reis e outros descrevem estas situações em diversos momentos da implantação da RD SMamirauá durante o período.
56. GILLINGHAM, 1999.

indígenas começaram por decorrência deste processo e da falta de políticas adequadas por parte do Estado para atender as condições peculiares da região. Mais recentemente, nas décadas do regime militar de 60 e 70, as ações governamentais desenvolvimentistas tiveram o objetivo de subsidiar as atividades pecuárias a se expandirem para o interior. Os grandes projetos de "colonização" tomaram conta do país, partindo do falso pressuposto ideológico do "vazio populacional" do norte, quando levas de migrantes de outras partes do país foram induzidos a se deslocar para a região.

É interessante notar como o padrão de dominação antigo continua vigorando na economia e nas relações sociais na Amazônia, ancorado no clientelismo e no sistema de aviamento que, diante da dependência e falta de alternativas econômicas das populações menos favorecidas, as submete a uma forma modernizada de mando dos setores economicamente superiores. A cultura local, como componente social dominado diante do modelo de exploração, foi alienada em detrimento da cultura do colonizador. Como bem explora o professor amazonense José Alcimar de Oliveira (2002):

*"O amazonense de ontem e de hoje, com a convivência e, pior, com o patrocínio de boa parte de suas elites, continua submetido à lógica do colonialismo, do neocolonialismo (...) cuja consequência mais perversa é a sedimentação de uma consciência cultural regida pela lei da heteronomia. O amazonense perdeu a posse de si mesmo, internalizou o etnocentrismo da cultura do colonizador europeu de ontem e do neocolonizador estadunidense de hoje. Seu processo de degradação cultural, que toma sempre a cultura exógena como referência obrigatória, é o resultado do alto investimento social na ignorância promovido pelas elites dirigentes de ontem e de hoje".<sup>54</sup>*

Relatos de trabalho e de viagem dos membros das equipes de Mamirauá, registram como a situação de isolamento e a submissão dos moradores do interior aos comerciantes e patrões, os mantém presos às relações de comércio desfavoráveis, à dependência política e à categorização social subalterna<sup>55</sup>. A situação de dependência destes segmentos é diretamente proporcional à distância geográfica dos seus povoados, e está associada a fatores como a disponibilidade de capital social, humano e físico, que influenciam no padrão de uso, no manejo dos recursos naturais e no desempenho econômico dos grupamentos estudados por Gillingham (1999)<sup>56</sup> em Mamirauá. Afeta

também, como discutirei adiante, na disposição de aceitação ou na resistência das comunidades ribeirinhas às novas propostas de preservação.

Ao analisar a herança política da sociedade brasileira, cujas necessidades e caminhos sempre foram impostos pelas oligarquias dominantes, Martins (1994)<sup>57</sup> identifica as estratégias governamentais de perpetuação do poder (que criam novas fachadas para velhas políticas, mantendo a sociedade a mercê do atraso e do mando) e fornece um aparato para a compreensão da realidade vivida na região. No médio Solimões e na Amazônia em geral, esta situação se expressa também na pressão que determinados segmentos exercem sobre outros para que rejeitem propostas e/ou iniciativas (como é o caso de Mamirauá) que, conforme avaliam, se chocam com seus interesses e ameaçam seu *status*. Prevalecem ainda, muito da postura de medo e receio da população frente às novas experiências, incentivados por estes segmentos sociais ao se sentirem contrariados.

Reafirmando esta relação de dominação social e econômica, são comuns no interior da região, relatos e estudos sobre o trabalho escravo e violência dos mega-projetos agropecuários implantados nas décadas de 70 e 80 para “modernizar” a Amazônia e que mostram números impressionantes. As políticas desenvolvimentistas projetadas para a Região Norte nestas décadas, muitas vezes, sob a égide de promover o desenvolvimento e o progresso no interior, se instalaram de maneira equivocada, sem as devidas considerações com as populações locais de índios e camponeses pobres, que permaneceram à margem de tais processos, tendendo cada vez mais à marginalização ou, até mesmo, à escravização.

Segundo informações prestadas ao Jornal “O Globo”<sup>58</sup> por fiscais do grupo móvel do Ministério do Trabalho que atuam em áreas de Mato Grosso, Maranhão e Pará combatendo o trabalho escravo, somente em 2001 foram libertos dois mil trabalhadores mantidos sem receber salários. O trabalho escravo também é enfocado nos estudos feitos por Esterci (1987)<sup>59</sup> e Rezende (2000)<sup>60</sup> nas regiões Centro Oeste e Norte. Foi matéria de noticiário do Jornal Nacional do dia 24 de outubro de 2002, a indenização que empresas do Pará foram obrigadas a pagar aos trabalhadores endividados pelo regime de escravidão ao qual estavam submetidos.

A herança de muitos comportamentos políticos e fenômenos sociais brasileiros, a submissão das camadas populares e a dependência social, econômica e política

57. MARTINS, 1994.

58. OSWALD, 2002, p. 5.

59. ESTERCI, 1987.

60. REZENDE, 2000.

61. PRADO JUNIOR, 1961.

aos interesses dominantes, inicialmente ditados pelo reino português, e depois pelas oligarquias submetidas ao capital ou ao poder externo, são explicados por autores brasileiros como Caio Prado (1961)<sup>61</sup>. Estas abordagens ajudam a compreender a realidade política local, na qual o processo de Mamirauá e as reações populares se dão.

## OS HABITANTES E AS CATEGORIAS SOCIAIS

Historicamente, descendentes ameríndios habitavam as margens dos grandes rios e paranás que percorrem a região do médio Solimões, e alguns resquícios desta presença são marcantes ainda hoje. Apesar do processo de aculturação e miscigenação ocorrido desde os tempos coloniais ter descaracterizado em muito, social e culturalmente estes povos, e exterminado alguns contingentes nativos, seus remanescentes, ainda hoje, preservam os traços físicos e o estilo de vida que, em muitos aspectos, remetem a estes povos. Alguns grupos que vivem na RDSMamirauá e na região reivindicam as etnias Cambewa, Miranha e Tikuna/Tukuna, que foram descritas, nos séculos que se seguiram ao descobrimento, pelos viajantes que percorreram o Amazonas com fins de ocupação e exploração. Atualmente, alguns descendentes destes povos habitam terras em processo de reconhecimento, com o apoio recebido de instituições missionárias, governamentais ou não, o que, em muito, favorece sua auto-afirmação.

Apesar das classificações indígena e cabocla se dirigirem à maioria da população regional e serem corriqueiramente utilizadas, elas são, freqüentemente, recusadas, pois têm sentido pejorativo e discriminatório. O processo de construção da identidade destes segmentos da população têm merecido a atenção de autores que, no âmbito dos novos movimentos socioambientais se dedicam ao tema das populações tradicionais (Lima, Esterici, Léna). As populações regionais, descendentes dos grupos nativos, na sua maioria, são designadas por categorias construídas a partir da ótica dos colonizadores de fora e por isto são artificiais e constrangedoras. Embora, ao longo do processo de dominação branca/ocidental estas populações tenham absorvido e reproduzido grande parte da carga de preconceitos e discriminação contra si próprias e seus semelhantes, este tipo de denominação ainda é motivo de embaraço para os que os portam.

A categoria "índio" por exemplo, engloba, de maneira indiscriminada e negativa, etnias que se consideram distintas entre si. Apesar de ainda ser recusada, vem sendo

reassumida por alguns dos habitantes locais, com o apoio de agências missionárias como o CIMI, governamentais como a FUNAI, além de outras que incentivam estes grupos à auto-afirmação, seja a partir da regularização de suas terras e/ou da captação de recursos para promover seus interesses. A questão tem assumido dimensão distinta na região, em muito associada à preocupação dos movimentos indigenistas com a valorização destas etnias e com a demarcação das suas terras. Quando assumida nestes novos processos de afirmação, muitas vezes, a categoria indígena passa a referir-se a grupos que querem ser diferenciados, separados dos demais segmentos da população regional, reivindicando direitos sobre os demais, e se tornando bastante excludente.

O termo ribeirinho, da forma inversa, surge com o trabalho missionário desenvolvido pela Prelazia de Tefé, sendo assimilado de uma forma positiva pela população, na convivência com os movimentos sociais católicos. Entretanto, categorias contrastivas acabam se estabelecendo também em função deste processo, como discute Esterici (2002) ao analisar os conflitos de pescadores e ribeirinhos frente à implantação da RDS Mamirauá/AM. A categoria "usuários", foi introduzida com a criação da Reserva Mamirauá para identificar os habitantes que, residindo dentro ou fora dos limites da área, utilizam-se dos seus recursos para viver. Entretanto, as equipes executoras da proposta da Reserva procuraram não valorizar nem endossar as divisões antes existentes, tentando não privilegiar, nas suas decisões e iniciativas de operacionalização da área, certos grupos em detrimento de outros e reunindo segmentos antes dispersos e antagônicos, como índios e brancos, católicos e crentes.

A figura do caboclo está originalmente associada à do indígena, homem do interior, habitante do mato. Reconhecida pela população local de forma valorativa, não confere identidade própria, sendo sempre transferida para os segmentos considerados inferiores na escala social local (Lima, 1992)<sup>62</sup>. Segundo analisou pormenorizadamente a autora, a identidade, quando consentida, acontece de forma desconfortável, causando embaraço daqueles que a portam. O capítulo "Os habitantes" de "Bases Científicas do Plano de Manejo de Mamirauá" (Lima *et al*, 1996) reedita a noção de identidade de "pobre" assumida pela população em função do modelo de dominação racial e econômico que perdura na região, sendo confirmada pelas descrições de equipes que trabalham na Reserva:

63. LIMA, 1996, p.2.

64. Idem.

*"A identidade difusa de "pobres" é a que mais se reflete na maneira como os moradores da região de Mamirauá se relacionam com outras categorias e classes sociais que ocupam posições políticas e econômicas superiores a sua. De certo modo, incorporam, embora de forma invertida, o estereótipo que lhes é atribuído, já que sua condição estruturalmente desprivilegiada lhes oferece a possibilidade de negar qualquer responsabilidade por sua sorte e de se posicionar como merecedores "naturais" de auxílio. Enquanto o estereótipo atribui a causa de sua pobreza à indolência natural de sua "raça", sua própria interpretação é de que, como não são responsáveis por sua condição social são obrigatoriamente merecedores (carentes) de ajuda. Essa auto-imagem, reforçada e manipulada por patrões e políticos, principalmente em época de eleição, é de baixa auto-estima, o que dificulta mais ainda alcançar as poucas chances disponíveis de ascensão social."* <sup>63</sup>

E conclui que o sistema tradicional e economicamente estruturado cria a dependência social e financeira do pobre com relação ao rico, reproduzindo relações sociais paternalistas. O pobre, para poder trabalhar em alguma empreitada, deve ter financiada as condições de trabalho - como o rancho (alimentação), combustível e adiantamento em termos do sustento do domicílio, do qual ele se afasta provisoriamente nos períodos das safras de produtos - por um patrão e, para tanto, acaba se endividando e necessitando deste crédito indefinidamente. Esta dívida, quando é saldada, ocorre num futuro distante, de forma duvidosa e desfavorável para os trabalhadores:

*"Como conceito de classe social, a pobreza é associada historicamente ao sistema de aviamento e à patronagem. Há um dizer local que especifica este entendimento de noção de classe ligada à dominação mercantil característica das primeiras décadas do século: "só tem o rico porque tem o pobre para comprar"."* <sup>64</sup>

Portanto, a identidade associada a idéia de "pobre" é a mais referida pela população, sendo a mais abrangente e aceita como auto-definição social, alternativa aos empregos usual e acadêmico do termo *caboclo*. A dependência de terceiros para sobreviver, ainda segundo a mesma autora, justifica a impotência para resolver seus problemas e a falta de autonomia com relação ao seu próprio destino. Isto explica as redes e relações de submissão do morador local às parcelas consideradas socialmente



superiores, a falta de auto-estima e a necessidade de ter alguém que se responsabilize por ele. (Lima, 1996 e 1999)<sup>65</sup>.

Os estereótipos relacionados às categorias nativas, como índio e caboclo, herdados inicialmente das políticas coloniais voltadas para o extrativismo e jugo dos habitantes locais, permanecem vivos. A imagem de inferioridade destes grupos está associada a fatores econômicos/sociais e raciais, refletindo as filosofias racistas e evolucionistas de cada tempo (Gilberto Freyre, 1992). Este autor, entretanto, ressalta que entre os brasileiros, o termo caboclo (índios e mestiços resultantes do cruzamento destes com brancos), apesar da controvérsia quanto à presença ou não do elemento negro nesta mistura, costumava representar capacidade, resistência moral e física:

*"A exaltação lírica que se faz entre nós do caboclo, isto é, do indígena tanto quanto do índio civilizado ou do mestiço de índio com branco, no qual alguns querem enxergar o expoente mais puro da capacidade física, da beleza e até da resistência moral da sub-raça brasileira (...) e chamar-se alguém de "caboclo" no Brasil quase que é sempre elogio do seu caráter ou da sua capacidade de resistência moral e física. Em contraste com "mulato", "negro", "muleque", "crioulo", "pardo".... que em geral envolvem intenção depreciativa da moral, da cultura ou da situação social do indivíduo".<sup>66</sup>*

As categorias sociais associadas às profissões ou à filiação religiosa traduzem as imagens que estes grupos constroem de si. As classificações próprias da região, tem por critérios mais comuns as características ocupacionais, ambientais, familiares ou religiosas da população local. Assim, os habitantes tradicionais se referem à família tal ou ao "vargeiro" (morador da várzea), "terra firmeiro" (morador da terra firme), "agricultor", "criador de gado" ou "pescador". Mais recentemente, referem-se a "católicos" e "crentes" por oposição. Quaisquer que sejam, estas divisões comportam a idéia de representação social ou de categorias classificatórias estudadas por Durkheim (2000)<sup>67</sup>, que além de indicarem e determinarem os segmentos sociais, refletem a maneira socialmente estabelecida de interação entre eles. Existem também, entre estes segmentos, distinções locais de valor, como foi observado muitas vezes, através de expressões e comparações de tratamento entre eles. Por exemplo, os pescadores são considerados trabalhadores mais ocasionais, de moradia mais instável, cuja vida se

65. Bases Científicas do Plano de Manejo. Projeto Mamirauá e Sociedade Civil Mamirauá. Versão preliminar. 1996.

66. FREYRE, 1992, p. 116.

67. DURKHEIM, 2000.

orienta pela safra e produção do pescado. O "vargeiro" (morador da várzea) é aquele cujo ritmo de vida, em muito, segue a variação das águas; ele é mais móvel, mais oportunista por oposição ao habitante da "terra firme", o agricultor, apegado à terra e portador de um espírito mais empreendedor, que segue um processo de produção relativamente regular envolvendo os ciclos de limpeza, semeadura, colheita e fases distintas de plantio. Da mesma forma, os evangélicos, indígenas e até alguns moradores isolados, são mencionados pelos demais como "incompreensíveis" (ignorantes), mais fechados e de difícil interação coletiva. Os índios são vistos como gente de "fala enrolada", da "venta furada", que usa a "gíria" e gosta de assustar as crianças. Aos olhos dos evangélicos, os católicos e a "ecologia" estão associados aos conflitos e brigas, assim como os seguidores de Mamirauá.

Os habitantes da região são, em sua maioria, de religião católica, mas os grupamentos de filiação protestante expandiram-se nas últimas décadas. Na primeira fase de implementação de Mamirauá, os evangélicos estavam entre os setores mais céticos, por associarem a preservação às discórdias e brigas. Por outro lado, o apoio dado pela Prelazia de Tefé e suas paróquia ao movimento de preservação de lagos nos anos 80, selou o vínculo entre as comunidades e a igreja católica e, de certa forma, afastou os protestantes. Neste aspecto, o mesmo tipo de associação foi feito inicialmente com relação a Mamirauá. A persistência dos membros das equipes executoras no sentido de envolver as diversas filiações religiosas e étnicas na implementação da Reserva e de valorizar suas manifestações, foi desfazendo estas impressões.

### POPULAÇÕES TRADICIONAIS?

A expressão "populações tradicionais" é tão recente quanto polêmica, a começar pela questão de sua propriedade e significação, questionadas por vários autores. A idéia de arcaísmo e imobilidade sócio-cultural e econômica que o termo transmite é rebatida pelas abordagens de que as sociedades humanas, quaisquer que sejam seus estágios culturais, estão em constante interação e transformação.

No Brasil, nos anos 80, ao ambientalismo de denúncia da destruição ambiental da década anterior, causada pelo modelo econômico desenvolvimentista adotado no período militar, contrapõem-se os movimentos voltados para as questões sociais.

As “populações tradicionais” deixam de ser vistas simplesmente como entraves ao progresso ou “caso de polícia” (Diegues, 2001)<sup>68</sup> e passam a ser reconhecidas por projetos com uma nova concepção ambiental, pela qual o homem é parte da natureza. Neste momento, o termo passa a designar aqueles grupos que, tendo uma relação direta com os ambientes a serem protegidos, explorando os recursos da floresta com a finalidade principal de garantir a sua subsistência material e social, não comprometem, pressupostamente, o meio natural. De alguma forma, estes segmentos sociais servem de sustentação para as propostas que unificam a preocupação ambiental à social, defendendo as comunidades locais da expulsão de seus territórios e da exclusão. Na sua relação com a natureza, os segmentos tradicionais produzem uma série de saberes e uma cultura transmitidos de geração em geração, patrimônio este, que merece ser conservado tanto quanto o meio ambiente.

É importante rever o aspecto descrito por Deborah Lima (2002) acerca do termo, que busca criar uma identidade ecológica. Além de tratar a complexidade de nomeação destes setores, a autora refere-se ao contexto onde se estabelece a RDS Mamirauá :

*“Associado a este modelo de unidade de conservação é introduzido o conceito de ‘populações tradicionais’ para identificar um segmento populacional que necessita de reconhecimento político. Para isto e, seguindo uma terminologia internacional se decide inventar uma tradição com identidade ecológica, de modo a reconhecer uma população camponesa cuja nomenclatura é difícil. Trata-se de uma minoria não reconhecida, principalmente pelo fato de não possuir uma identidade étnica distinta da população dominante. Embora a maioria dos indivíduos para os quais a categoria “população tradicional” se aplica sejam descendentes de índios e negros, ou a memória dessa descendência foi perdida ao longo das gerações, ou não querem assumir uma identidade étnica que os diferencie do padrão dominante do que seja o ‘brasileiro’. Por outro lado, o estereótipo racial atribuído a essa mesma população enfatiza sua descendência de índios e negros. A um só tempo o estereótipo os aproxima e os distingue dos tipos considerados ‘puros’, ao lhes conferir o status ambíguo e pouco valorizado de população ‘misturada’, além de pobre.”*<sup>69</sup>

A classificação de “populações tradicionais” suscita dúvidas e questionamentos. Carneiro & Almeida (2001) contribuem para pensar a questão, levantando o histórico

68. DIEGUES, 2001.

69. LIMA, 2002, p. 40.

70. CUNHA, 2001.

71. LÉNA, 2002, p. 18.

de alguns grupos pertencentes a esta categoria no Brasil, e chamam a atenção para as situações de transformação por eles vividas em contato, não só com o mercado, mas também com as agências pró-ambientais e sociais, como é o caso de várias Ong's. Falam de uma definição "em extensão", procurando identificar os elementos que integram estas categorias - "membros" e "candidatos" a membros que "habitam" as classificações construídas nestes movimentos. Segundo os autores, este enfoque *"aponta para a formação de sujeitos por meio de novas práticas"*. Estes grupos têm em comum uma trajetória de baixo impacto ambiental e a disposição de manter um pacto, ou seja, em tese, manifestam a intenção de *"comprometerem-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais"*<sup>70</sup>.

Os consensos alcançados a este respeito, existem por princípio, pelo menos, e o termo continua guardando significados controversos, espelhando realidades complexas que desafiam as reflexões e práticas, gerando uma discussão importante. Os segmentos da população regional podem, de fato, comprometer-se ou não com as novas ideologias ambientais a depender dos seus interesses, de necessidades mais imediatas ou da interação com a sociedade abrangente. Assumir novas propostas ambientais pode significar, para muitos, o sacrifício de restringir comportamentos tradicionais (por exemplo, hábitos alimentares) e que colocam em risco algumas espécies. Mesmo as visões ambientalistas menos radicais, que aceitam a exploração racional do meio para o atendimento das demandas humanas sociais, consideram importante haver o controle quanto ao tipo e intensidade deste uso. E, criar ou re-adotar atitudes sustentáveis e ecológicas de exploração da natureza significa rever o uso de alguns implementos e técnicas introduzidos por influência do mercado ou da modernização tecnológica que, vistos como eficazes para garantir a sobrevivência são, reconhecidamente, nocivos ao ambiente. O embate entre estas novas realidades, vivenciadas pelo socioambientalismo propugnado pelos modelos racionais, como é o caso das RDS, e pelos anteriores, se torna inevitável. E, muitas vezes, torna vulneráveis os compromissos firmados com as parcelas mais frágeis da população, apegadas ao padrão econômico assistencialista e desigual, extremamente individualista e destrutivo, que opera por relações de dominação extensas e articuladas que impedem iniciativas alternativas e democráticas.

Léna (2002)<sup>71</sup> fala das contradições em classificar estas populações da Amazônia. Lembra que as categorias genéricas como "povos da floresta", "populações tradicionais"

e “ribeirinhos” pretendem contemplar remanescentes indígenas, caboclos e grupos que, às vezes, não se consideram desta forma. Estas populações se organizam e se unem em torno de fatores como a necessidade de criar uma imagem aceita e valorizada, ou de garantir um território, justificar projetos em seu benefício, assegurar uma cobertura jurídica, financiamentos e assim, alcançar seus interesses particulares:

*“Estas três categorias (populações indígenas, quilombolas e seringueiros) deixam ainda de lado boa parte das populações da Amazônia, para as quais é difícil usar a palavra “cabocla”, por isso são chamadas “ribeirinhas”, “agro-extrativas”, “pescadores”, etc.”*

*“Esta dificuldade é percebida há muito tempo, daí expressões como “povos da floresta” ou “populações tradicionais”. Estas são mais gerais (apesar de problemáticas também) e podem incluir a totalidade das populações amazônicas chegadas antes do processo de colonização parcelar.”*

*“A categoria ‘populações tradicionais’ permite cobrir as populações que, por um motivo ou outro, não conseguiram vender sua imagem e afirmar politicamente sua identidade. O que se quer dizer através dessas definições, é que se trata de populações que usam o território e os recursos de maneira mais ampla e diferente que os agricultores imigrantes parcelares.”*

Os segmentos das populações tradicionais comportam uma diversidade de interesses e práticas, e podem se aliar e construir identidades a partir de critérios ecológicos ou políticos sugeridos por parceiros dos movimentos sociais e ambientais. Esterici (2002) considera que estas categorias não possuem necessariamente uma identidade a priori, ou uma unidade social predeterminada, sendo flexíveis e políticas e podendo adquirir uma dimensão ecológica por oposição a outras nestes processos.

*“A implementação desses projetos e políticas tem levado à demarcação e redefinição de espaços (reservas extrativistas, reservas ecológicas, reservas de desenvolvimento sustentável, etc.), à redefinição de regras de uso e acesso aos recursos naturais (madeiras que podem ou não*

72. ESTERCI, 2002.

73. Idem, p. 52.

*ser extraídas, épocas e lugares em que as espécies podem ou não ser pescadas ou caçadas) e à reclassificação dos segmentos sociais afetados e de suas práticas ("tradicionais" ou não, de maior ou menor impacto sobre o meio, depredadores ou não)."*<sup>72</sup>

A autora observa que, se de um lado, os processos classificatórios pesam a favor de uns segmentos, acabam valorando outros negativamente. Portanto, é preciso se perguntar como eles contribuem para construir identidades e a representação de si mesmos e dos outros. A mesma autora observa também que a forma de organização influencia no estabelecimento das alianças e na capacidade de cada segmento defender seus interesses (Esterci, 2002).

*"Introduzir na análise desses segmentos e das relações entre eles, os processos sociais através dos quais eles se constituíram, se organizaram e se fazem representar frente ao outro, frente aos demais segmentos sociais e às instituições que interferem na situação significa perguntar, entre outras coisas, como as representações acerca desses trabalhadores e como até mesmo sua identidade e auto-imagem podem ter sido construídas. As unidades básicas de representação dos ribeirinhos são as suas "comunidades" e as entidades de organização e representação dos pescadores são as colônias de pescadores. Pode-se então começar a perguntar o que são essas "comunidades" e o que caracteriza as colônias como forma de organização e representação dos pescadores. Em outras palavras, isto significa perguntar quais foram as condições dentro das quais, a cada um desses dois segmentos, foi dado fazer alianças e defender seus interesses com relação às novas regras de uso dos recursos e acesso às áreas de pesca que vem sendo implantadas na região. Num outro sentido, saber como estão representados, significa perguntar qual o lugar que cada um desses segmentos ocupa nos projetos das instituições que atuam na região."*<sup>73</sup>

Em Mamirauá, "ribeirinhos", "comunitários" e "pescadores artesanais" identificam-se e posicionam-se no novo cenário sócio-ambiental, segundo os projetos de instituições ambientalistas, executoras, interlocutores e políticos, e das expectativas que se criam com relação a estes processos. As parcelas sociais descontentes, que não vêem seus interesses contemplados nos espaços de participação construídos para discutir as propostas, como é o caso de "pescadores profissionais", comerciantes e algumas

etnias indígenas, manifestam sua insatisfação através de mecanismos que envolvem, desde a revolta velada até a resistência aberta. Buscam, para isto, novos aliados, canais diferenciados e mecanismos para expressar sua contrariedade, através dos quais possam afirmar seus interesses e suas identidades e ver respaldadas suas aspirações, como acontece com alguns grupos indígenas emergentes.

A preocupação com o impacto da criação das unidades sustentáveis sobre seus moradores "tradicionais", reconhece estes grupos como portadores de conhecimento sobre seus *habitats* (a biodiversidade cultural), que deve ser preservado. Mantendo sua identidade associada à integridade do meio ambiente e ao uso sustentado dos recursos naturais destinado à subsistência e reprodução social, estas populações se tornaram objeto de reflexão por parte de movimentos sociais contrários às políticas de crescimento econômico excludentes que degradam o ambiente e depauperam as sociedades humanas. À parte as discussões conceituais sobre a ambigüidade do tema das populações tradicionais, nativas, indígenas ou tribais, certo avanço se deu com relação à constatação de sua importância, não somente como detentores de saber para o manejo e reprodução dos ecossistemas, mas também no tocante ao direito político de inserção e participação destas parcelas antes menosprezadas nos processos ambientais.

Neste sentido, pode-se dizer que, se o movimento ambientalista no Brasil, a preocupação com a ecologia, com os povos tradicionais e as conseqüentes polêmicas teóricas e práticas relacionadas a estes temas não derivaram exclusivamente da participação destas populações, acabaram dando respaldo a elas. E propiciaram as condições e as bases para que os projetos democráticos tivessem maior visibilidade. O contexto mundial no qual se insere a Amazônia na contemporaneidade contribui, inegavelmente, para aglutinar expectativas favoráveis e apoio (mesmo que, inicialmente, a proposta represente alguma ameaça para os que exploram indiscriminadamente o meio) que propiciam a operacionalização de Mamirauá.

## ÁREA DE INFLUÊNCIA - OS MUNICÍPIOS

Cinco municípios estão na área de influência de Mamirauá. Tefé, que abriga a segunda maior cidade da região; Uarini, ao qual pertence juridicamente a RDS; Alvarães, Maraã e Fonte Boa. Estes municípios dão nomes as suas respectivas sedes

74. SOUZA, 1984.

75. IBGE, 2001.

urbanas e se localizam nas adjacências da Reserva. A população de Tefé é de 47.698 habitantes na zona urbana e 16.759 na zona rural, somando um total de 64.457 habitantes (IBGE, 2001). Em 1980, sua população total era de pouco mais de 20.000 habitantes, sendo que destes, 14.670 viviam na cidade<sup>74</sup>, o que mostra o crescimento expressivo nos últimos vinte anos. As principais atividades econômicas da cidade são a produção do pescado, o beneficiamento e a comercialização madeireira e um pequeno comércio que atende as principais demandas da região. A cidade é a referência para os moradores dos outros quatro municípios, que buscam os serviços mais estruturados de saúde, os bancos, o porto fluvial e aeroporto, os mercados onde comercializam os produtos locais e visitam os parentes.

Apesar do porte de segunda maior cidade do estado, Tefé enfrenta sérios problemas administrativos, não possui infra-estrutura de abastecimento de água encanada e energia suficientes para atender o crescimento populacional acentuado pelo êxodo da população rural, carente de políticas e subsídios para se fixar no interior e pela chegada de novos empreendimentos à região. A falta de água e de energia se tornaram crônicas. A usina diesel-elétrica (a base de combustível diesel) é obsoleta e precária para atender a demanda urbana. Tefé foi a sede de projetos importantes como o Pólo Petrolífero de Urucu, da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), o Projeto Rondon e permanece, ainda hoje, como a base de atuação da Prelazia de Tefé, da 16a. Brigada de Infantaria de Selva e do Instituto Mamirauá, que em muito contribuem para aumentar a demanda sobre o sistema de abastecimento e serviços.

Dos outros quatro municípios o maior é Fonte Boa, com uma população de 11.633 habitantes na zona urbana e 19.876 no interior. Em seguida está Maraã, com 4.521 habitantes na zona urbana e 12.558 na rural. Ambas tem maior importância para a porção subsidiária da Reserva, à noroeste, e junto às comunidades do rio Japurá que se situam a montante de Tefé. Finalmente, os municípios de Alvarães (5.314 habitantes na zona urbana e 6.836 na zona rural) e Uarini (com uma população urbana de 3.552 e rural de 6.702)<sup>75</sup> são demograficamente menores, atraindo a população localizada naqueles pontos da Reserva mais distanciados de Tefé. Estes municípios, a exemplo de Tefé, vivem também da pesca, da extração de madeiras e de um pequeno comércio local.



## AS "COMUNIDADES" RIBEIRINHAS

As "comunidades" são os maiores grupamentos humanos encontrados no interior da região, seguindo-se às cidades ou sedes municipais. O termo designa núcleos domiciliares de parentelas que compartilham um espaço comum de moradia e desfrutam de áreas de pesca, coleta e de territórios próximos, nem sempre contíguos à comunidade, para o trabalho agrícola. As roças, como são chamados os plantios de mandioca, podem ser feitas em áreas cuja distância das vilas é considerável. Principalmente na várzea os moradores percorrem longos trechos de canoa até os roçados mais distantes. Algumas famílias se especializam mais em determinada atividade produtiva ou na comercialização de certos excedentes. Os habitantes são do próprio local ou procedem de outros pontos mais distantes. Normalmente, os moradores migram no sentido montante-jusante, tendendo à proximidade com os centros urbanos, buscando sempre a aproximação com um parente ou conhecido para iniciar ou manter uma rede de relações e ajudas mútuas. Existem motivos sócio-políticos que justificam o deslocamento para outros lugares, como a carência de políticas e subsídios para se fixar no interior, os desentendimentos familiares, as promessa de ajuda política, etc.

Os grupamentos menores reúnem de duas a quatro famílias e são diferenciados das comunidades, seguindo uma classificação e caracterização relacionadas à organização católica. Os chamados "sítios", ocorrem em menor frequência e são vistos no modelo local como grupos que ainda precisam melhorar sua organização. São considerados, segundo o senso comum, em processo de expansão e estruturação, e sua formalização como comunidade dependerá, em grande parte, do crescimento da localidade e da vontade de integração ao sistema vigente. A ascensão na hierarquia destes povoados não implica necessariamente a mudança de nome. Por exemplo, depois de alcançar a categoria de comunidade, esta pode preservar o título de "sítio" que continua encabeçando seu nome. Mas os "sítios" constituem-se, normalmente, de uma família central, na qual um filho ou filha se casou e estabeleceu moradia próxima à casa dos pais. Algumas vezes, registrei nestas localidades, grupos formados pela família de um agregado, um parente de fora ou mesmo um retirante distante a quem resolveram acolher.

Na maior parte das vezes, os moradores dos sítios alegam motivos de ordem social para se manterem mais afastados. Preferem assim por possuírem uma experiência negativa de convívio com as localidades maiores, seja pelas disputas nas atividades produtivas - como a criação de animais, que requer maior espaço e independência ou a pesca comercial - seja pelas desavenças familiares, etc. No entanto, quando esta decisão não envolve conflitos graves, é costume manterem vínculos com as comunidades vizinhas, visitando parentes, procurando por atendimento de saúde, medicamentos, matriculando os filhos na escola, participando dos momentos de lazer como campeonatos de futebol, freqüentando as celebrações religiosas e as festas. Durante a etapa preliminar de identificação dos usuários da RDSM, os grupos que viviam fora das comunidades ou dos sítios passaram a ser classificados de "isolados". Entretanto, salvo raras exceções, mesmo estes, mantêm algum tipo de relacionamento com as comunidades próximas, fazendo com que o termo guarde uma conotação mais espacial que social.

Embora o termo "comunidade" se aplique hoje, indistintamente, a aglomerados católicos e protestantes, ele encontra suas origens nas ações missionárias encabeçadas pela Prelazia de Tefé e organismos ligados a ela. Com o trabalho de organização católico, iniciado nos anos 60, além da identidade social sustentada pelo nome (normalmente em referência a um santo padroeiro), por uma filiação religiosa, familiar ou étnica, as localidades passaram a ter uma unidade política de referência. O novo modelo político-administrativo se consolidou entre as comunidades efetivamente, nos anos 80, com o "movimento de preservação dos lagos", reforçando os contratos informais de convivência comunitária e fortalecendo a base para discussão e formalização de acordos. É dessa época o surgimento da maioria das comunidades, o que indica a forte relação entre o movimento católico e a estrutura política adotada na região.

A conotação de harmonia e coletividade que a expressão comunidade transmite, resulta assim, da orientação da igreja católica e do trabalho de base. Os aglomerados humanos adotam hoje, uma organização política distinta dos anteriores. Até a década de 50, a autoridade dos grupamentos locais estava centralizada nos "patrões", figuras centrais dos "barracões" onde a produção extraída da floresta pela população do interior era embarcada para as cidades. A partir daí, o colapso deste sistema, ocasionado

pela escassez dos produtos que alimentavam o comércio do interior, deixou as localidades sem uma representação formal, passando a incorporar na década de 60, o padrão de organização católico. No atual modelo, estes chefes foram substituídos por representantes eleitos - normalmente pelo voto - por toda a comunidade, para assumir a responsabilidade política pelos grupamentos. As agências atuantes na região reconhecem e apropriam-se desta estrutura para desenvolver seus contatos e ações junto à população do interior. Entretanto, o que se observa nas comunidades é, de fato, um antagonismo de interesses e conflitos de várias ordens.

### CONFLITO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Apesar da conotação de comunhão que o termo comunidade traz consigo e dos consensos informais ou tácitos que estes grupamentos possam representar, são comuns as divergências internas. Seja se tratando da utilização dos recursos, do uso do território ou da organização social, os povoados são regulados pelas relações de parentesco entre as famílias dominantes (mais antigas, numerosas ou prestigiadas) e as demais (Gillingham, 1999)<sup>76</sup>. Muitas dificuldades referentes à organização de um novo modelo político de caráter institucional, quer no movimento popular católico, quer nos movimentos ambientais mais recentes como o desencadeado com a implantação da RDSM, dizem respeito ao choque entre o padrão tradicional baseado nos laços de parentesco, prestígio e poder e os modelos alternativos que se almeja estabelecer.

Como ocorre muitas vezes, estes choques constituem impasses de difícil solução internamente, para cuja superação autônoma a comunidade se sente pouco apta. Muitos atritos provêm da diferenciação na especialização econômica das famílias residentes, o que faz com que algumas busquem obter maiores lucros com certa atividade, explorando determinado recurso ou território que outras, colocando-se em posições concorrentes. Por exemplo, quando a exploração de um produto para fins comerciais por parte de um indivíduo, ameaça o uso de outro que o utiliza para fins de subsistência. Ou quando um lago escolhido para preservação, restringe a sua utilização por outros grupos. A criação de animais, como gado ou porcos, pode ser considerada indesejável aos plantios e à saúde da comunidade. Também a amizade ou a dependência de comerciantes e intermediários influencia na maneira como estes serão percebidos e terão suas atividades e acesso regulados na comunidade.

76. GILLINGHAM, 1999.

- 77. ALIER, 1996.
- 78. DURKHEIM, 2000
- 79. ESTERCI, 2002.

As disputas religiosas, étnicas, inter-comunitárias e familiares, por vezes, podem ter como vetores interesses antagônicos na utilização de recursos. Conflitos comunitários podem aparentar uma falsa fachada, mascarando as verdadeiras origens ou antecedentes de explicações diversas. Alier (1996)<sup>77</sup> chama atenção para o fato de que nem sempre as reivindicações ambientais conseguem ser expressas ou reconhecidas imediatamente como tal, aparecendo em linguagem de difícil identificação para os padrões ambientalistas gerais. Neste particular, conflitos que tem uma motivação ambiental podem estar camuflados sob uma aparência religiosa ou familiar. Mais facilmente se manifestam como disputas étnicas ou religiosas (católicos/messiânicos; brancos/índios) e de outras ordens (comunidades/isolados; urbanos e rurais).

As percepções distintas que os atores tem de si e dos outros, aqui entendidas da forma como analisou Durkheim (2000)<sup>78</sup>, podem agravar as dimensões e as chances de superação dos conflitos, uma vez que são formas de pensamento coletivo, externas e anteriores que, muitas vezes, determinam as impressões sobre o outro. Cristalizadas sob estas cisões sociais (categorias), as atitudes e reações entre segmentos sociais diferentes acabam sendo pré-condicionadas, dificultando as chances de entendimento entre eles, contribuindo para agravar os impasses na solução das contendas. Dificuldades recorrentes na implantação do projeto de Mamirauá, tiveram como base o fenômeno de categorização. Durante as tentativas de negociação de manejo dos territórios entre as comunidades ribeirinhas e indígenas e entre crentes e católicos; e nas ocasiões em que famílias ou comunidades antagonistas ou com poucas afinidades precisaram conversar, fazer acordos ou discutir qualquer outro assunto de ordem comum, os contatos e interações estiveram prejudicados por causa destas classificações.

O movimento de preservação de lagos e o movimento ambiental, neste contexto, revelam facetas complexas. Com eles começou a ser identificado o segmento chamado de "invasor de lagos" e a diferenciarem-se as categorias denominadas "comunitários", "ribeirinhos", "pescadores artesanais" e "profissionais". Esta questão é bem analisada por Esterci (2002)<sup>79</sup>, ao perceber como estes movimentos e as novas categorias sociais que são construídas com eles, acabam valorando positivamente uns segmentos em detrimento de outros. Apesar de, em tese, a maioria das localidades conciliar a agricultura de caráter familiar com a pesca de subsistência, elas abrigam moradores mais especializados na pesca comercial que outros, cujas características não diferem,

na essência, das atividades praticadas pelos indivíduos de fora, principalmente se os primeiros ignoram os acordos comunitários. Por outro lado, a categoria "invasor", ao referir-se especialmente aos segmentos externos às comunidades, aos pescadores de outras comunidades, mas principalmente de cidades vizinhas, pode perfeitamente ser aplicada àqueles residentes que não respeitam os pactos internos, aproximando-se no sentido conceitual (destarte utilizarem-se de modestas canoas ou "rabetas" - canoa com um motorzinho de popa) aos pescadores profissionais de fora e aos infratores de Manaus e Coari. Existem ainda, casos de pescadores comunitários contratados por barcos peixeiros para ajudar na pesca nos lagos.

Bourdieu (2001)<sup>80</sup> desmistifica, enquanto artefatos teóricos e operacionais, a classificação de grupos ideais por agentes interventores e analistas, e sua análise é importante para avaliar um outro lado da questão das categorizações construídas nestes processos. O autor rompe com as teorias marxistas economicistas sobre os fenômenos sociais, que estabelecem uma classe teórica ideal e irreal, à qual objetiva e racionalmente, está condicionado todo o processo de mobilização e organização. Estas teorias, segundo o autor, reduzem tudo a relações econômicas e, ao privilegiar estes tipos de determinantes na explicação dos fenômenos sociais, menosprezam o potencial das lutas simbólicas. Diferentemente do enfoque clássico, o autor considera o que denomina "espaço multidimensional de posições" e "espaço social", onde ocorre a correlação de forças entre agentes e instituições, e onde as diversas instâncias (familiares, políticas, religiosas) interagem e se influenciam mutuamente, dando sentido ao comportamento dos grupos:

*"A construção de uma teoria do espaço social implica uma série de rupturas com a teoria marxista. Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias - neste caso os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir - em detrimento das "relações" e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado ..." <sup>81</sup>.*

Esta abordagem ajuda a pensar as categorias constituídas com os processos de estruturação comunitária, com o movimento de preservação de lagos e com a implementação da Reserva Mamirauá. "Ribeirinhos", "pescadores", "invasores" e

80. BOURDIEU, 2001.

81. Idem, p. 133.

“comunitários” são termos carregados de significação com relação ao movimento popular católico e à luta de preservação de lagos. Por seu lado, os termos “usuários” e “não usuários” da RDSMamirauá, foram instituídos para distinguir aqueles moradores aos quais as novas regras atribuem ou não direitos à utilização da várzea, e, da mesma forma, são impregnados de sentido. Estas categorias foram construídas em função de tais processos, e provavelmente se impregnaram dos valores e das expectativas atribuídos pelos setores sociais envolvidos. Da mesma forma, estes conceitos foram revistos diante de circunstâncias especiais da interação, da negociação de interesses entre os novos atores. Ou seja, a despeito do sentido social e dos papéis implícitos nestas categorias, elas guardam realidades internamente contraditórias, nas quais sobressaem diferenças que demonstram a fragilidade da unidade política e ideológica que se lhes desejam imputar.

Representantes comunitários e lideranças locais eleitos durante o período de regulamentação da Reserva, tendem, muitas vezes, à condescendência com seus iguais no que diz respeito à aplicação de medidas de punição aos infratores. Estas são dirigidas, via de regra, principalmente às pessoas de fora do círculo comunitário. Nos primeiros encontros de usuários estas questões puderam ser identificadas e discutidas. Especificamente, quero dizer que, antes que as equipes de Mamirauá, no decorrer do processo de discussão da operacionalização da Reserva, identificassem o descumprimento dos acordos de pesca por pessoas do seio comunitário, a figura do “invasor” era, mais freqüentemente, associada aos indivíduos de fora, quer de comunidades vizinhas, quer das cidades. Mesmo que a comunidade surpreenda um associado no desrespeito de uma norma, não é comum acusá-lo de infrator ou “invasor” e expô-lo publicamente, por mais que seus parentes e amigos exerçam alguma função de controle da área. Assim, os “invasores” residentes não estão sujeitos, com o mesmo rigor que os de fora, às pressões coercitivas. Atualmente, com o amadurecimento das discussões, os moradores começam a perceber o embaraço que a parcialidade na regulação das atitudes dos filiados traz para a reputação das comunidades e do movimento ambiental em geral. Mesmo assim, a fiscalização de um parente, amigo ou vizinho infrator ainda é objeto de muito constrangimento interno.

Da mesma forma, a figura do “invasor” está associada, de forma mais freqüente, aos pescadores “profissionais” como são chamados aqueles que vivem mais exclusivamente

da pesca, por distinção aos pescadores artesanais. Entretanto, eles não aceitam este rótulo. Consideram-se injustiçados, excluídos e traídos pelo movimento ambiental comunitário elencando uma série de razões, como a de já utilizar e residir nas áreas hoje preservadas ou possuir parentes nos locais interditados (no caso dos pescadores de fora) entre outras, para rechaçarem esta imagem, justificando suas atitudes e direitos sobre a área.

Nem todos estes conflitos, principalmente os de pesca, puderam ser equacionados pelo movimento de preservação de lagos, nem tampouco pelas equipes do Projeto Mamirauá ao longo do processo. Equipes mediadoras destas experiências concordam quanto ao longo prazo requerido para transformar esta realidade e alcançar o consenso. Os programas de desenvolvimento social de Mamirauá continuam priorizando o preparo das lideranças e agentes locais para dialogar e mediar estes atritos. Cursos de capacitação de lideranças e de agentes sociais comunitários, dos quais participam extensionistas e pesquisadores, fazem parte das agendas das equipes na tentativa de minimizar estas dificuldades, enquanto encontros de negociação são promovidos com pescadores e outros setores que não se acham contemplados, com a finalidade de chegar a um entendimento e de firmar acordos.

Quando as disputas comunitárias dizem respeito às atividades ou a questões nas quais instituições, agentes ou políticos podem ter interesse, os moradores esperam que as "autoridades" de fora resolvam por eles seus problemas. Seja para ocultar suas intenções ou expectativas pessoais, seja para justificar posições ou endossar atitudes que gostariam de tomar, costumam usar o nomes de terceiros para se resguardar. Quando, por exemplo, a simples presença ou opinião de um representante institucional é interpretada como uma decisão definitiva diante de um problema ou em favor de uma ou outra facção do grupo; ou quando uma conversa ou sugestão é tida como palavra final. Presenciei, no período, os moradores ou lideranças comunitárias usando nomes de padres, prefeitos e o meu próprio para legitimar suas decisões ou do grupo representado. Segundo terminantemente afirmavam alguns moradores ao serem procurados pelas equipes executoras dos programas sociais e de pesquisa do Mamirauá, prefeitos e padres os orientavam a "não assinar nada" ou a "não aceitar nada" da parte do Mamirauá. Na realidade, estes argumentos representam a dificuldade dos comunitários de encontrar e assumir suas próprias posições. Foram freqüentes, durante

82. Diretório Pastoral 2000.  
Publicação Coordenação  
de Pastoral da Prelazia de  
Tefé. Tefé. Julho de 2000.

o processo de regulamentação da área, comentários acerca das autorizações dadas pelo IBAMA permitindo a pesca de pescadores de fora e que podiam ser exibidas por estes pescadores; conversas de que certo prefeito permitia a atividade de determinados pescadores ou que tal padre proibia determinada coisa. Em uma certa ocasião, fui responsabilizada por autorizar a despesca de lagos comunitários preservados por moradores, quando, o que de fato ocorreu, foi uma conversa de esclarecimento sobre a despescagem de lagos. O movimento de preservação de lagos e a experiência de Mamirauá são perfilados por uma série de casos que demonstram os desencontros e desafios deste processos. Estes são agravados pela falta de diálogo e pela convivência clientelista, atestando a falta de autoridade que os moradores sentem.

### PRELAZIA DE TEFÉ E O "MOVIMENTO DE PRESERVAÇÃO DE LAGOS"

Como principal promotora da organização social das comunidades do médio Solimões, a Igreja Católica tem um papel proeminente. Através de organismos leigos e pastorais religiosas, a Prelazia de Tefé é, na região, a principal precursora, desde a década de 60, das ações sociais prestadas à população. Através de suas entidades promoveu a organização social e político-religiosa das comunidades, a formação de lideranças e incentivou o movimento de preservação dos lagos. A maioria dos líderes comunitários que dialogam comigo, iniciaram suas trajetórias com o trabalho missionário da Prelazia de Tefé e com o Movimento de Educação de Base (MEB). A maior parte deles, têm suas trajetórias entrelaçadas, de forma marcante, às ações católicas e, mais especificamente, ao "movimento de preservação de lagos".

Entre todos os atores atuantes na região, a Prelazia tem sido o que mais se sobressaiu na promoção da afirmação das comunidades. Desenvolve atividades na área desde 1897. O mais antigo organismo ativo e, certamente, um dos mais influentes, foi criado como Prefeitura Apostólica de Tefé em 1910, pela Bula do Papa Pio X, desmembrada da diocese do Amazonas. Em 1950, foi elevada a Prelazia de Tefé sob orientação da congregação espiritana francesa. Suas atividades abrangem onze municípios, uma área de aproximadamente 265.000 km<sup>2</sup> e uma população de 182.273 habitantes<sup>82</sup>.



Em 1936, a área inicial de atuação foi dividida em três, dando origem a mais duas jurisdições, a do Alto Juruá e Eirunepé. Dez anos depois, em 1946, a congregação implantou as escolas profissionalizantes de orientação evangélica, responsáveis pela formação de marceneiros, mecânicos, padeiros, gráficos, etc, cujas atividades, além de ajudarem na manutenção da entidade, ampliaram o leque de opções de trabalho da população. Ao longo de sua existência, a Prelazia de Tefé tem realizado seus serviços segundo as políticas e princípios religiosos que orientaram a nível macro a instituição. Na década de 60, o Concílio Vaticano II começou a aprovar mudanças que revolucionaram a liturgia e repercutiram, já na década de 70, no Encontro de Pastoral realizado em Santarém. A Igreja no Brasil optou pela participação dos leigos, concretizada nas Comunidades Eclesiais de Base (Cebes), pela promoção do “povo de Deus” e pela realização das assembléias populares, entre outras. Estas iniciativas e ações tinham por orientação o crescimento e a libertação do homem através da união das comunidades e foram importantes, a partir daí, os trabalhos das pastorais católicas de formação de lideranças e representantes comunitários. Em 1972, a entidade incentivou a fundação da Cooperativa Mista de Tefé que presta serviços rurais à população do interior, juntamente com a ACAR, antiga EMATER. Em 1980, o Estado assume a infraestrutura construída pela congregação como o hospital e as escolas. De acordo com relatos do atual bispo sobre os planejamentos da Prelazia, 70% dos fundos arrecadados com os eventos públicos é reinvestido nas comunidades do interior. A entidade passa hoje por uma fase de enxugamento financeiro com a diminuição do quadro de agências mantenedoras, o que afeta conseqüentemente as atividades junto às comunidades<sup>83</sup>.

Sob a orientação e formação da Prelazia, centenas de agentes voluntários - religiosos e leigos - mantêm junto às comunidades ribeirinhas de vários municípios, atividades voltadas para a organização social, saúde e política. Ações desenvolvidas a partir dos anos 60, refletiram não só na orientação de cunho religioso das localidades, mas forneceram as condições para que se realizassem enquanto atores políticos. Alfabetizando a população do interior através das escolas radiofônicas, o MEB e seus “monitores” incentivaram a criação do sistema político que foi reconhecido e adotado por outras agências da região como unidade referencial de trabalho, facilitando a interação das comunidades com a sociedade abrangente. O sistema político consolidado inspiraria, mais tarde, os usuários da Reserva Mamirauá na escolha de seu modelo representativo.

83. Dom Sérgio Eduardo Castriani. Comunicação pessoal. 2002.

A população do interior tem nos organismos e agentes da Prelazia de Tefé, parceiros políticos que apoiam e difundem suas atividades, reivindicações sociais e aspirações comunitárias. Os agentes comunitários são monitores de saúde, homens e mulheres que recebem treinamento periódico para orientar nos cuidados materno-infantis, na alimentação e na higiene das localidades; são catequistas, que realizam as celebrações religiosas na ausência dos padres e os auxiliam em outras missões; são fiscais voluntários ambientais, presidentes comunitários e animadores (coordenadores) de setor. Alguns indivíduos de filiação religiosa protestante, costumam abraçar estas carreiras, assim como o movimento de preservação de lagos.

Na década de 90, agentes voluntários ambientais começaram a ser treinados por iniciativa do Mamirauá, em parcerias que se firmaram entre este, o IBAMA, a Prelazia e as comunidades. Sua missão é realizar a fiscalização das áreas comunitárias e promover a educação ambiental, contando com apoio legal. O Grupo de Preservação e Desenvolvimento, GPD, apoiado pela Prelazia e criado em maio de 1991, reúne 21 comunidades em torno do trabalho de preservação, elaborando projetos para requisitar suporte para estas atividades. Outras instituições de orientação religiosa atuam hoje na região com seu apoio: o Centro Adonai, na área de saúde materno infantil principalmente; a Comissão Pastoral da Terra (CPT); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que assessora os grupos indígenas e uma recém-extinta assessoria jurídica que prestava atendimento as comunidades do interior. O trabalho inicial de orientação e formação destes grupos, abrange assim, as comunidades situadas onde hoje é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

O movimento de preservação de lagos, à parte as iniciativas particulares e isoladas de proteção de determinadas áreas de pesca que pudessem haver em diferentes pontos ou momentos anteriores, se inicia e praticamente se consolida, nos anos 80, animado pela CPT e pelo entusiasmo do Irmão Falco Michiels, padre holandês filiado à Prelazia de Tefé. Em 1981, o Bispo mineiro Dom Mário Clemente Neto assume a Prelazia, respaldando em nome da instituição os movimentos populares e incentivando a preservação. Em 1984, o fechamento do lago Mamirauá, atendendo a iniciativa do biólogo José Márcio Ayres, dá fôlego novo ao movimento, com a perspectiva de conquistar a legalidade para um esforço eminentemente comunitário. Segundo comunicação pessoal do pesquisador, o movimento como tal deflagrou-se, de fato, a partir desta medida de proteção do lago.

A principal motivação do movimento de preservação de lagos é a preocupação das comunidades ribeirinhas com os estoques pesqueiros, ameaçados pela atividade predatória. Esta foi intensificada nos anos 80, pela incursão de grandes barcos procedentes dos centros urbanos, como Manaus e pelo incremento de técnicas modernas nos anos do pós-guerra, ocasionando a sobre-exploração de algumas espécies de pescado. Neste sentido, o movimento visava proteger, em primeiro lugar, o sustento da população, que dependia basicamente da agricultura e da pesca. No interior, o trabalho de preservação de lagos consistia no incentivo para que os moradores protegessem suas fontes de subsistência, identificando os lagos de manutenção e procriação, "conscientizando" as comunidades para a proteção e fiscalização de seus territórios. As comunidades foram orientadas a cadastrar os lagos preservados, a registrar suas dimensões e a distância com relação às vilas, informando o número de moradores interessados em participar da vigilância e das reuniões organizatórias. Alguns documentos contendo sugestões para regulamentar a pesca, anexados a estes registros e reforçados com os relatórios, atas e listas de presenças das reuniões comunitárias, foram encaminhados à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE/AM) na tentativa de que a política pesqueira local contemplasse as necessidades do interior. Nestes documentos, os representantes comunitários reivindicavam medidas legais para proteger suas áreas das incursões externas, firmavam seu comprometimento com a preservação de lagos, da flora, fauna e com a fiscalização. Com a demora da resposta das entidades governamentais, as organizações signatárias consideravam as sugestões acatadas e "fechavam" os lagos. Duas reuniões intermunicipais chegaram a ser realizadas em 1988, ano da reunião da Assembléia Nacional Constituinte, contando com a participação de algumas administrações municipais, do MEB, da Capitania dos Portos de Tefé, EMATER, Polícia Militar, Câmara de Vereadores e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Delas surgiram todo o tipo de propostas para o ordenamento da atividade pesqueira, tais como medidas para o transporte e a venda do produto, a identificação de diferentes áreas de acordo com as categorias de pescadores e sua procedência, épocas de defeso, multas e penalidades às infrações, além de outras. O movimento chegou a propor a criação de uma comissão municipal e um comitê comunitário de pesca, tendo por objetivo principal a "conscientização" da população, além do papel regulador, legislador e fiscalizador<sup>84</sup>.

84. Documentos encaminhados à Sudepe pela CPT, Emater e Colônia de Pescadores em nome de 56 comunidades do Médio Solimões. Set/out. 1996. Arquivo da Prelazia de Tefé/AM.

Registrei, em diversas ocasiões, comunitários fazendo referências a esta fase preparatória de esclarecimento das comunidades como o estágio de "educação", "reunião" e "conscientização do povo", tarefa creditada principalmente ao Irmão Falco, que promoveu encontros e assembléias periódicas para mobilizar a população e discutir a questão. Enquanto o movimento agregava os ribeirinhos em torno da preservação de lagos, fortalecia, conseqüentemente, o modelo comunitário criado nos anos anteriores.

## SEGMENTOS SOCIAIS DOMINANTES

A influência dos segmentos sociais dominantes, sobretudo aqueles de maior poder econômico e político, sobre as reações dos usuários da RDSM foi decisiva. Visível na formação da opinião pública de um modo geral, esteve particularmente presente nas manifestações negativas da população interiorana.

Outros setores influentes diferenciam-se destes primeiros, entretanto, por não possuírem a mesma relação e forma de dominação junto a população usuária da Reserva Mamirauá que os primeiros. Entre eles, pode-se mencionar a Prelazia de Tefé (e suas entidades filiadas) à qual destaquei um capítulo separado. Em geral, e apesar da atitude crítica, tanto estas, quanto as agências estaduais ou federais com representação local, mostraram-se mais positivas. Dispuseram-se ao diálogo com os moradores sem manipular o poder que possuíam - embora pudessem ser referidas pelas comunidades algumas estórias de rejeição e coerção. Seja pela afinidade do movimento católico de preservação de lagos com as propostas ambientais do Projeto Mamirauá, seja através das ações de apoio às comunidades, se interessaram em incentivar as discussões do novo modelo ambiental.

Na região, os setores dominantes estão constituídos principalmente pelos detentores de bens, propriedades e poder político, aos quais, parte da população urbana e do interior, pelo menos a mais economicamente desfavorecida, recorre nas horas de aperto, passando a dever-lhes favor e obediência. São eles, geralmente, os comerciantes de peixe, madeira e outros produtos do interior - as vezes ilegais - donos de supermercados, hotéis, armazéns, postos de combustível, barcos de pesca e passageiros, além das autoridades, os políticos locais e os representantes de agências diversas. Não é raro concentrarem várias destas funções. São proprietários

dos comércios e estabelecimentos locais, empresários, prefeitos, vereadores, chefes de postos e colocações importantes no município, representantes das instituições locais, chefes de gabinetes e secretários com condições de bancar as campanhas eleitorais, ou com vínculos influentes a nível estadual e que apoiam candidaturas de fora na cidade. Portanto, são os que representam as maiores posses, patrimônio e prestígio local. Estes grupos ou famílias dominantes são conhecidos em toda a região, podendo se aliar ou disputar os pleitos políticos e administrativos entre si.

Destes setores, normalmente, são dependentes as parcelas mais pobres da população da cidade e do interior que formam uma grande clientela, oferecem seus votos em troca de favores, buscam ajuda para conseguir acesso aos serviços públicos, apelam nas situações de crise e para resolver toda a sorte de problemas pessoais, para os quais não se sentem capazes. Os vínculos sociais no interior costumam ser emaranhados e as relações de compadrio se misturam às profissionais. Frequentemente a população recorre aos "patrões", aos quais serviram um dia, ou às autoridades e políticos em que votaram para se ampararem num caso de doença, nas enchentes ou numa crise familiar. Nas campanhas eleitorais os candidatos aos cargos públicos fretam barcos para recolher familiares e outros moradores que migraram do interior para as cidades grandes, garantindo assim, a votação em suas candidaturas. No interior, e mesmo entre a população mais pobre das cidades, se recorre à mediação destes poderosos para solucionar problemas familiares e comunitários. É natural, portanto, para estes moradores, acatar as decisões tomadas em seu nome pelos segmentos "superiores".

Não tão bem situados financeiramente, mas reproduzindo o mesmo tipo de relação de dominação e de troca, estão os intermediários - "regatões", "marreteiros" (pequenos comerciantes) e "patrões" que trafegam o interior em suas embarcações. Trocando os artigos da cidade pelo produto do ribeirão, estes se prevalecem das dificuldades financeiras, do isolamento e das limitações de locomoção do morador do interior para procurar preços mais favoráveis na cidade, para extorquir seus produtos a preços baixos, enquanto o artigo manufaturado é oferecido por valores desproporcionais. Pode acontecer de possuírem um parente na comunidade, o que facilita o seu acesso e o estabelecimento das redes de troca e comércio, embora eles não dependam unicamente deste fator. Os produtos do interior mais procurados pelos comerciantes são o peixe, a farinha, a banana e as madeiras.

85. FREYRE, 1992.  
86. HOLANDA, 2001.

O aviamento é o costume local mais empregado nas transações comerciais especializadas, na extração de peixe e madeira, principalmente. Como foi mencionado anteriormente, este sistema consiste no financiamento das atividades produtivas do ribeirinho - como fornecimento de combustível, equipamento e "rancho" (alimentação) para as pescarias e para a temporada de extração de madeira - em troca da obrigação de vender a produção a preços e condições ditadas pelo patrão, criando uma situação de dependência que pode perdurar anos sem que o produtor consiga se desvencilhar da dívida e, portanto, da obrigação de continuar trabalhando para este mesmo comerciante.

Apesar da relação do ribeirinho com estes pequenos comerciantes e patrões ser vista pelas pessoas de fora como desigual e injusta, ela não é assim percebida pelo morador do interior, que depende destes setores com os quais se ampara e se socorre durante os períodos difíceis. Estes segmentos mercantis se prevalecem da dependência do ribeirinho e, ao mesmo tempo, são vítimas também das cadeias de dominação e exploração hierarquicamente superiores. Influenciam nas necessidades do interior e nas práticas de utilização dos recursos naturais, o que afeta não só a qualidade de vida dos moradores, mas, muito frequentemente, as formas de manejo e o equilíbrio dos ecossistemas, além da sua disposição de participação em projetos de nova ordem. Muitas vezes, passam a impressão de beneficiar os moradores, apesar da exploração ilícita e predatória da natureza. Assim como a relação com as autoridades, políticos e "patrões", os vínculos mantidos com os regatões são considerados benéficos do ponto de vista dos "pobres". Pois é com estes segmentos que conseguem ajuda, seja na forma de adiantamento de dinheiro, remédios e toda sorte de produtos e favores que venham a precisar cotidianamente para suas tarefas ou nas emergências. Desta forma, a ascendência e dominação destes setores sobre a população do interior são histórica e politicamente fortes.

Análises sustentadas por Gilberto Freyre (1992)<sup>85</sup> e Sérgio Buarque de Holanda (2001)<sup>86</sup> explicam porque os segmentos da sociedade brasileira, ainda hoje, moldada pelo tipo de formação heteronômica, tem uma participação apagada nos acontecimentos de vulto do país. Na região de Mamirauá, de modo especial, onde parte do passado permanece ainda vivo, esta situação adquire contornos marcantes. A população ainda é submetida ao jugo dos "patrões" e comerciantes que manobram a vida pública e privada e as políticas locais, exploram os serviços e ditam as regras. Isto explica,

em grande parte, as dificuldades para que os moradores revertam a situação de dominação, gerenciando de forma autônoma seus problemas e desvencilhando-se das amarras que impedem sua independência. Durante os trabalhos de implantação da Reserva, as camadas dominantes foram as mais céticas - já que se viam ameaçadas pelo ordenamento do uso dos recursos - e as que mais difundiram as informações desagregadoras e de desestímulo ao envolvimento das comunidades nas novas iniciativas de preservação.

As desavenças e atritos se deram, mais intensamente, com os pescadores e comerciantes de Tefé, Alvarães e Manaus. Foi difícil para estes segmentos a aceitação das restrições e do controle antes inexistentes, isto é evidente, e, muitos deles se sentiram prejudicados. Entretanto, para que a Reserva fosse concretizada foi necessário um ordenamento com pressupostos e critérios mínimos de uso. Garantias e compensações precisam ser, por outro lado, contempladas tendo em vista viabilizar politicamente a Reserva. Nas etapas preliminares foram feitas várias tentativas de diálogo com as entidades representativas destas classes nas cidades. Foi solicitada a participação dos grupos supostamente mais organizados, como as associações de moradores e produtores rurais, pescadores etc., para que o funcionamento da área atendesse também as suas demandas, não provocando o desabastecimento das sedes urbanas. Um dos grandes obstáculos no envolvimento destes setores foi a inexistência de associações mais organizadas e representativas. Mesmo madeireiros e peixeiros de prestígio não estavam organizados enquanto classe, e as reivindicações ocorriam de forma particularizada. Somente com a Colônia de Pescadores foi possível estabelecer um diálogo, embora que parcial e tenso. Com muitas limitações e não respondendo, de fato, pelo conjunto dos pescadores, a Colônia enfrentou sérios problemas para regular as atitudes dos filiados no tocante ao cumprimento dos acordos firmados com as comunidades e para impor as medidas coercitivas. Este desafio permanece ainda hoje, mas acredito que o interesse em continuar a explorar a pesca na várzea e a necessidade de operacionalizar um contrato neste sentido, está estimulando a articulação dos pescadores. Muitos problemas que dizem respeito ao sistema representativo da categoria são similares aos das comunidades. Diferentemente dos pescadores, entretanto, os moradores de Mamirauá, contam com a mediação e o apoio regulares das equipes interventoras e lideranças.

Esta questão é complexa e envolve fatores conjunturais e políticos. Não iremos nos estender nesta análise, tratada com mais detalhes no próximo capítulo, bastando salientar por hora que os fatores como o desemprego nas cidades, o acirramento dos conflitos de interesses envolvendo Projeto/ribeirinhos/pescadores/políticos, fizeram com que a invasão de lagos – principal forma de resistência aberta - se tornasse, por muitas vezes, uma questão de honra para os que, por razões diversas, desafiam as medidas legais e o modelo de desenvolvimento sustentável em curso com a implantação de Mamirauá. A prática de “invadir os lagos”, em muitas ocasiões, extrapolou as motivações de natureza puramente econômica, assumindo a dimensão política de oposição e desafio à discussão de uma nova proposta de exploração dos recursos da várzea da região.



*Até que ponto resistem a lógica e a razão  
Já que nas coisas, existem coisas que existem e não?  
O que dizer do indizível, se é preciso precisão  
pra quem crê no que é incrível não devanear em vão?*

Chico César & Carlos Rennó

# REAÇÕES SOCIAIS, IMAGINAÇÃO POPULAR E ATUAÇÃO DOS SETORES INFLUENTES - A VISÃO DAS LIDERANÇAS

## A "PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA" E PRIMEIROS DESAFIOS

Com a assinatura do decreto da Estação Ecológica Mamirauá em março de 1990, as atividades preliminares de investigação científica e social começaram a ser desenvolvidas para direcionar as ações e abordagens que as equipes de campo implementariam. Em novembro de 1991 integrei o grupo que teve por principal objetivo divulgar as idéias da Reserva e consultar os moradores a respeito, esclarecendo dúvidas e realizando, paralelamente, os primeiros diagnósticos sociais da área. Estas atividades subsidiaram as ações de promoção social, a mediação dos interesses dos segmentos interessados e a elaboração do plano de manejo que aconteceram em seguida. Durante dez anos fiz parte destas equipes, dedicando-me, mais especificamente, aos programas que visavam o envolvimento, o diálogo e a organização das comunidades.

Nas primeiras viagens estabeleceram-se, então, os contatos com os moradores e os primeiros levantamentos sociais e ambientais. Em 1991, uma equipe multidisciplinar de investigadores sociais e especialistas em biologia e ecologia desenvolveu, simultaneamente com as atividades de consulta e divulgação, os levantamentos científicos visando elaborar futuramente a proposta de manejo. Integrei a equipe que percorreu a área para aprofundar o diagnóstico social feito preliminarmente, realizando o cadastro censitário das comunidades e os levantamentos sócio-econômicos mais detalhados, identificando os usuários e mapeando suas áreas de uso. Nesta fase, o time foi constituído por mim, como socióloga e por uma bióloga, auxiliadas por duas estudantes locais selecionadas e treinadas em Tefé. Durante esta etapa, foi essencial

continuar o trabalho de sensibilização das comunidades e dos poderes públicos municipais quanto à proposta de criação da Reserva.

O envolvimento das comunidades foi fundamental. Fazia parte dos propósitos do Projeto Mamirauá a criação de uma unidade ambiental efetivamente participativa. Nesta fase, a consulta e o diálogo com as comunidades teve lugar privilegiado nos programas, planejamentos e cronogramas. Foram idealizadas atividades especiais para apoiar as comunidades na organização social e política, nas atividades de educação, saúde e produção. Paralelamente aos primeiros levantamentos científicos, incentivou-se aos moradores a eleição de um modelo político através do qual eles participariam na discussão sobre a regulamentação da Reserva. Enquanto isto, a cada encontro, foram reafirmados coletivamente os usuários recentemente identificados. Na área de ecologia e biodiversidade, várias pesquisas foram direcionadas para fundamentar o manejo sustentável das espécies-chave. A estas atividades principais se somaram as tarefas de estruturação do escritório base em Tefé, das quais participei, sendo uma das responsáveis pela apresentação das novas equipes que ingressaram na área.

Ainda na primeira fase do Projeto Mamirauá (1991-1995) articulei, em Tefé, as atividades dos grupos de educação ambiental, organização comunitária, comunicação e saúde. Coordenei o "Núcleo de Participação Comunitária", sendo responsável pela contratação, treinamento e supervisão dos assistentes comunitários cuja função principal era fazer a interlocução entre as equipes e as comunidades. Além de incentivar e promover a eleição dos canais de discussão da população – encontros e assembléias gerais – e a organização das comunidades, realizei o monitoramento de preços no mercado da cidade, participei da elaboração e execução do programa de rádio "Ligado no Mamirauá" e de outras atividades subsidiárias da administração do Projeto em Tefé. A partir de 1995, no início da segunda fase, assumi a responsabilidade pela formação, credenciamento e acompanhamento de fiscais comunitários voluntários em parceria com o IBAMA de Manaus e a Prelazia de Tefé, supervisionando as ações conjuntas de vigilância dos "agentes ambientais voluntários" com o IBAMA.

Participei, no período 95/96, da equipe responsável pela elaboração do Plano de Manejo, ajustando as demandas sociais aos propósitos de preservação. Coordenei, juntamente a uma extensa equipe, o processo de discussão e aprovação da proposta de manejo com sessenta comunidades da área focal, que durou dois anos. Na segunda fase,

a partir de 1996, continuei com as atividades anteriores, coordenando localmente com mais dois colegas o grupo de “extensão ecológica”, que reunia interventores sociais e pesquisadores. Nesta época foi criado o “Grupo de Articulação e Divulgação” com o objetivo de integrar e avaliar a atuação das diversas equipes, o que requeria reuniões periódicas de planejamento, avaliação e sistematização de informações. Desta atividade participaram todos os assistentes comunitários dos vários programas de atuação. Neste período, as discussões internas foram essenciais para nivelar as informações sobre as atividades e pesquisas desenvolvidas, para definir os conceitos utilizados e os objetivos dos núcleos de trabalho (compostos de muitos membros novatos com culturas acadêmicas distintas, atuando em diferentes pontos da Reserva), aprofundando as discussões teóricas, as diferenças e as experiências reais vivenciadas. Neste período, foram importantes os cursos de qualificação que reuniram lideranças, representantes comunitários e membros das equipes, fornecendo instrumentos às atividades de campo e à mediação de conflitos, identificando as expectativas das lideranças, extensionistas e pesquisadores na tentativa de avançar com o processo participativo e melhorar a representatividade comunitária.

A questão da representatividade foi um dos grandes desafios relacionados a este processo. Nem sempre os representantes escolhidos pelas comunidades estavam cientes de seu papel de “mandatários” (Bourdieu, 1990)<sup>87</sup> que precisam esquecer seus interesses em favor da comunidade ou da maioria que os nomeia. À época, as motivações que os levaram a aceitar estes cargos eram, muitas vezes, de caráter pessoal: viajar, conhecer outros lugares, contar com o reconhecimento das instituições, além de outras. Estes representantes eleitos, na verdade, não tinham idéia de que precisavam abrir mão de seus interesses mais pessoais em favor do conjunto dos moradores, e não era claro para eles os sacrifícios e a sobrecarga de trabalho a enfrentar. Os sinais de desencanto ficaram visíveis nos primeiros encontros do processo eletivo.

Em 1994, um ano após definida a estrutura participativa pelas comunidades, a III Assembléia Geral escolheu como tema de pauta o papel da participação comunitária. Os moradores identificaram as principais dificuldades: os representantes não correspondiam aos interesses das comunidades; alguns sequer compareciam às reuniões; as medidas aprovadas nas reuniões não eram respeitadas pelos moradores e representantes; não havia comunicação entre estes e suas comunidades, nem

88. Ata da III Assembléia Geral de moradores e usuários de Mamirauá. Manuscrito. Projeto Mamirauá. 1994.

tampouco estas cobravam os compromissos assumidos pelos primeiros. Os problemas freqüentemente enfrentados pelas lideranças eram a falta de preparo e de tempo, as deficiências de transporte, as doenças e a falta de condições financeiras. Em resumo, houve um grande desencontro de informações entre as comunidades e seus líderes, principalmente os mais jovens, que aceitavam o cargo na indisponibilidade de pessoas mais experientes. Um trecho da ata da III Assembléia Geral de 1994, registrada pelos moradores, aponta uma dentre as outras tantas limitações existentes, sintetizando bem a questão:

*"Cada setor informou a situação referente a sua área, sendo que, de modo geral, as maiores dificuldades sentidas no trabalho de mobilização, dizem respeito, segundo apresentado, à falta de motivação e de interesse em participar, ocasionados muitas vezes pela falta de informação, falta de organização, de entrosamento, pouca disponibilidade de tempo, grandes distâncias, dificuldades de transporte e de condições financeiras. Segundo os resultados, deveria haver maior insistência por parte dos representantes e empenho da parte dos comunitários. Outra falta apontada é a de apoio de órgãos competentes. As sugestões de providências para os comunitários apontaram para necessidade de maior união e realização de mais debates e reuniões de conscientização (...)"<sup>88</sup>.*

Nas agendas posteriores dos programas sociais, a discussão destes problemas foi priorizada, passando a fazer parte da pauta nas reuniões internas das equipes e dos encontros de comunitários. Cursos de formação de lideranças foram dedicados às equipes e moradores, capacitando-os para o uso de técnicas e instrumentos de comunicação e resolução de conflitos, tentando, desta forma, melhorar o diálogo com as comunidades e a qualidade de participação dos moradores.

Outro desafio presente a todo momento nas tentativas de envolvimento popular foi convencer os moradores e usuários das implicações positivas, para a sua vida cotidiana, das ações sociais e das pesquisas que as equipes do Projeto realizavam. Muitas vezes, estas foram vistas de forma vaga, apesar do esforço de adaptação das metodologias adotadas. A organização, o aprendizado político e a formação de lideranças, principalmente, são processos considerados lentos e custosos, que nem sempre se refletem imediatamente no bem estar social e no poder aquisitivo da população.

Francisco Andrade, liderança evangélica, comenta a dificuldade inicial dos moradores de associar as atividades científicas e a organização comunitária à melhoria da sua condição de vida. Refere-se, por exemplo, à aplicação dos primeiros formulários censitários e econômicos, vistos como atividades sem sentido e até suspeitas, relacionados, muitas vezes, ao despejo da população, à proibição de suas tarefas cotidianas ou restrição de uso dos equipamentos de trabalho:

*“É porque eles pensavam assim, que eles não dando informação para as pessoas, não dando nenhuma assinatura, não é? - tinha muitas perguntas para eles, para que usavam, quanto que uma família gastava num mês - então tinha todas estas perguntas e eles achavam que não tinha nenhum significado para eles. E eles tinha medo de dar essa informação e depois ser uma coisa ruim não é? de empatar eles de pescar, de plantar, de roçar, de utilizar as áreas de lago.(...) E eles pensaram que seria um problema que ia empatar eles de fazer tudo, não é?. E agora, eles mesmos viram que já tem muita alternativa lá no setor Tijuaca, como o manejo florestal, PCP<sup>89</sup> (...)”<sup>90</sup>.*

Nas consultas feitas às comunidades identificaram-se os grupos considerados usuários tradicionais da área, incluindo-se aqueles pertencentes aos municípios adjacentes. Para isto levaram-se em conta critérios de antiguidade do uso, pertencimento ao local e dependência com relação aos recursos naturais. O conjunto de usuários reunidos nas assembléias gerais realizadas, aos poucos, reconheciam as informações levantadas pelas equipes. Os primeiros contatos estabelecidos com as agências locais (Colônia de Pescadores, prefeituras, igrejas, Capitania dos Portos, Emater, etc.) ocorreram nas cidades de Tefé, Uarini e Alvarães. Principalmente os moradores das sedes dos municípios, bastante apreensivos quanto a possibilidade de continuar usufruindo da várzea, tiveram o seu direito de exploração assegurado elaborando uma proposta de uso da Reserva com a participação das instituições municipais e com a disposição de acatar a preservação. Este acordo foi discutido já na primeira assembléia de 1993. Foram informadas e consultadas no período todas as entidades cujo envolvimento foi considerado importante, fossem elas favoráveis ou não ao ordenamento da área.

- 89. Projeto de comercialização de pescado.
- 90. Francisco Andrade. Entrevista 2002.





FOTO 03:  
Francisco Andrade, Afonso  
Carvalho e outras lideranças  
comunitárias.

Os setores mais simpáticos à preservação também fizeram seus questionamentos iniciais às propostas da Reserva, à procedência dos mentores, às fontes de financiamento do Projeto, à credibilidade das equipes e ao tipo de controle a que estariam sujeitos no seu dia a dia de exploração da área. Apesar da identificação com a preservação, os setores da Igreja Católica apresentaram inicialmente uma posição de cautela, que só se amenizou na medida em que o Projeto realizou ações sociais que reforçaram as atividades desenvolvidas pelos missionários nas comunidades. Na medida também em que intensificaram-se os contatos com os atores locais e conquistou-se a confiança dos moradores. Os programas sociais do Mamirauá adotaram estratégias especiais como forma de vencer a resistência, integrando em suas equipes pessoas conhecidas pela população e familiarizadas com a realidade local; recompensando as comunidades que aderiram ao Projeto com ações de saúde (vacinação, consultas) ou com doação de material escolar, instalação de placas solares nas escolas ou casas comunitárias e outros implementos que favoreciam a vida comunitária. Por causa do movimento de preservação de lagos e da filosofia de afirmação das comunidades entretanto, a Prelazia de Tefé e as instituições por ela apoiadas, como CIMI, MEB, CPT, GPD etc. estiveram mais propensas à aproximação do que outras em geral.

A posição contrária de alguns segmentos da população explicava-se, principalmente, pelo tipo de exploração que mantinham na várzea. A utilização de caráter intensivo por parte de alguns grupos, gerou uma indisposição de envolvimento. Acreditando que os espaços de participação abertos pelas comunidades eram desfavoráveis para si, recusaram-se a discutir seus interesses, sustentando, desde o início, expectativas negativas de negociação. Pescadores, madeireiros e comerciantes interessados na exploração e comércio dos recursos, tenderam a rejeitar as propostas em jogo com a criação da Reserva. E, apostando que uma situação de inquietação entre os moradores pudesse reverter o decreto da Unidade, divulgavam notícias que reforçavam a descrença e desmobilizavam as comunidades, convertendo-as contra o Projeto.

Por receio de assumir posições publicamente e de se comprometer de forma desfavorável, ou por não estarem acostumados a se manifestar em fóruns abertos, estes segmentos não aceitaram os espaços de manifestação criados. Posturas semelhantes foram estudadas por Scott (1985)<sup>91</sup> ao abordar a resistência cotidiana em uma vila na Malásia, sudeste da Ásia, quando foram registradas tentativas do governo de introduzir mudanças na produção de arroz. Trata-se de um tipo de reação velada, indireta, que aparece em momentos de menor visibilidade do que nas manifestações abertas. O estudo é um ótimo referencial para a compreensão das atitudes dos setores insatisfeitos com a implantação da Reserva. Para o autor, o poder e eficácia destes mecanismos não devem ser descartados, pois sendo mais sutis que as demonstrações contrárias diretas, não indispõem o grupo com os seus antagonistas e, portanto, não oferecem risco de represálias. Em Mamirauá, estes recursos despontaram no dia a dia de contato das equipes com as parcelas descontentes que, principalmente diante da hesitação inicial ou de atores e forças desconhecidas, preferiram não externar suas posições, transferindo para ocasiões mais seguras as manifestações de oposição. As reações neste sentido só se tornaram mais naturais à medida que os interventores sociais do Mamirauá persistiram no entendimento, na expressão aberta das opiniões como forma de melhor atender as demandas da população, e na medida em que a manifestação contrária não acarretou, quando externada, consequências negativas esperadas.

Segmentos "intermediários", comerciantes de peixe e madeira não desejavam o controle da área, pois se beneficiavam com a sua livre exploração. Muitos destes segmentos fazem uso indiscriminado e até ilegal dos recursos, mantendo vínculos econômicos e políticos com pessoas de nome e prestígio nas cidades maiores. Nos municípios, alguns prefeitos e autoridades, também eles, muitas vezes comerciantes, se mostraram mais hostis à criação da Reserva por considerá-la incompatível com a produção econômica, com os "títulos de propriedade"<sup>92</sup> da várzea e com outros interesses. Com a proposta de criação da Reserva passaram a sustentar uma série de ressentimentos, como ciúme pelo fato de seu município não sediar o "Projeto" (escritório) ou não ser mencionado nos documentos e fontes cartográficas utilizados, ou por não receberem recursos. Estes segmentos foram, nestes casos, responsáveis pelo agravamento da descrença que gerou reações em cadeia nas comunidades, de setor em setor, cidade em cidade. Propagou-se uma fobia contra a preservação, contra os

91. SCOTT, 1985.

92. Estes títulos, embora sem sustentação legal, pois incidem em áreas da União, são muito referidos.



93. Termo emprestado do vocabulário local, designa o fenômeno de agitação das águas dos grandes rios ocasionado pelos ventos fortes que precedem as tempestades; também designa as ondas que se formam nas águas durante a passagem dos barcos grandes ou muito velozes. Usado aqui no sentido figurado de agitação, confusão.

estrangeiros e pesquisadores, contra as equipes de campo e o Mamirauá de modo geral. Esta forma de resistência se disseminou facilmente entre a população e desmobilizou até os mais firmes adeptos da preservação. Neste início, principalmente, a persistência das equipes foi fundamental para dar continuidade à implementação das propostas. As dúvidas e questionamentos destes setores foram discutidos incessantemente nos primeiros anos, de forma exaustiva, a cada novo pleito político e a cada reunião com prefeitos, vereadores, colônias de pescadores e com outros representantes de classe mais céticos.

#### A IMAGINAÇÃO DOS MORADORES E O "BANZEIRO"<sup>93</sup> COMUNITÁRIO.

A população recebeu de modo bastante peculiar as notícias sobre a criação da Reserva que começaram a ser transmitidas pelo grupo de consultores, especialistas e cientistas que começaram a percorrer a área em 1991. Também as atividades que se desenvolveram a partir daí, levantaram expectativas que, embora compreensíveis neste contexto, não correspondiam às intenções dos idealizadores. As primeiras reações, mesmo daqueles favoráveis à preservação, foram de apreensão com o que representaria a regulamentação da área para sua vida pessoal e cotidiana. Por puro desconhecimento, pela manipulação dos segmentos oponentes ou pela impossibilidade das equipes de permanecerem mais tempo nas comunidades, esclarecendo as questões e estabelecendo um contato mais estreito com os moradores, uma série de repercussões foram sentidas. Algumas, fruto da estratégia de determinados opositores para desarticular e enfraquecer a iniciativa do Projeto; e outras, da relutância, da imaginação popular e de fatores imprevisíveis.

Estórias das mais variadas apareceram, principalmente, após as duas primeiras viagens realizadas à Reserva pelas equipes do Projeto. A partir da segunda viagem, a equipe registrou conversas e boatos de que a população seria prejudicada, expulsa de suas terras; que seriam proibidas as atividades econômicas e até casos em que isto já era fato. As expressões e queixas mais frequentes foram: de que os moradores "*não vão poder tirar uma vara*" ou que a "*ecologia*" e os "*estrangeiros*", iriam "*tomar conta de tudo*" ou "*empatar as atividades*" das comunidades, que os moradores seriam obrigados a repartir

até “um ruelo”<sup>94</sup> para sobreviver. Referiram-se ao Projeto Mamirauá, mas também à FUNAI, pelo fato de ser tutora de áreas protegidas.

O medo dos “estrangeiros” se tornou significativo e muito recorrente entre a população local. A integração de pesquisadores de outras nacionalidades às equipes significou, no imaginário popular, o predomínio estrangeiro, a ameaça de interesses espúrios, dos empreendimentos desconhecidos que despertam suspeita e lesam a população. Desta forma, os moradores passaram a associar os membros das equipes de Mamirauá à imagem do “estrangeiro” ou do “macaqueiro”, esta última relacionada à pesquisa com primatas que deflagrou o processo de criação da Reserva. Neste aspecto, pode ser traçado um paralelo entre esta experiência e aquela observada na comunidade de Winston Parva por Elias & Scotson (2000)<sup>95</sup>. Os grupos tradicionais, chamados de “estabelecidos” por oposição aos recém-chegados ou “outsiders”, construíram um estereótipo negativo, depreciativo dos novos habitantes que, ao mesmo tempo em que abatia o seu moral, fortalecia a coesão dos segmentos residentes, embora estes em nada diferissem dos primeiros. Sinais visíveis descritos pelos citados autores marcam estes grupos, facilmente os destacando dos demais.

Em Mamirauá, os indivíduos recém-chegados receberam os apelidos de “estrangeiro” ou “macaqueiro”. Os membros brasileiros das equipes também eram vistos como estrangeiros por portarem características físicas diferentes, como o sotaque, cor da pele, ou por se vestirem de forma incomum. De maneira ambígua entretanto, a relação com o “estrangeiro”, como qualquer forasteiro de modo geral, representa a ilusão de uma vida melhor, através do estabelecimento de vínculos que propiciam ascensão social, um suporte ou mesmo o casamento – no caso das jovens do interior que almejam uma vida melhor unindo-se aos de fora. No caso de Mamirauá, de forma ambivalente, os “estrangeiros”, ao mesmo tempo que representavam um perigo para a soberania do território, concorrendo com a economia local e expulsando os moradores, exerciam um certo fascínio. Para uma população quase sem perspectivas os de fora, em geral, representavam um pouco de cada coisa.

Um partido de esquerda com atuação na região, cujo programa político levantava a bandeira de luta contra a internacionalização da Amazônia, insinuava a ligação do Mamirauá com os interesses estrangeiros. Presenciei, em reuniões nas sedes dos municípios regionais e em outros momentos, depoimentos de representantes locais

94. Peixe miúdo, desvalorizado.

95. ELIAS & SCOTSON, 2000.

96. Antonio Martins. Entrevista 2002.

e políticos que denunciavam o Projeto Mamirauá e os macaqueiros de praticarem a biopirataria e de servirem de fachada para a internacionalização do território. No depoimento a seguir, uma das lideranças relembra a opinião das autoridades sobre a questão:

*"Mas quando a gente falava que Mamirauá estava fazendo proposta, não é? Que foi criado até uma Reserva que trabalhava com as comunidades, eles falavam que não havia motivo, que não conhecia esse pessoal, que era estrangeiro. Que estrangeiro vinha para cá para o Brasil para quê? Estrangeiro não vinha para cá para dar dinheiro para ninguém não. Eles vinham para cá para tomar o que é da gente, para se beneficiar"*<sup>96</sup>.

Nas comunidades de filiação protestante, por sua vez, os membros do Projeto Mamirauá foram associados ao "anticristo" (a figura que mais incute medo), estigmatizando os visitantes. A preservação foi duramente menosprezada, afirmando-se que "o que Deus põe no mundo não acaba" e, que "se acaba, é por que Deus quer". Muitas destas histórias, eram inconcebíveis e fantásticas para nós equipes e, certamente, exprimiram a ansiedade, a estranheza das comunidades diante do desconhecido e da expectativa de estabelecimento de uma nova ordem. Muitos dos moradores acreditaram sinceramente em casos surpreendentes envolvendo o nome de Mamirauá e de membros das equipes. No início, principalmente, as informações foram muitas, os fatos novos e as condições para manter esclarecida uma população de mais de cinco mil habitantes - para falar somente dos residentes e usuários da área focal - não foram favoráveis. Estas circunstâncias foram referidas detalhadamente nos registros das lideranças e membros das equipes de campo, nos relatórios de reuniões, assembléias, diários das viagens à campo e outros eventos. Episódios comuns foram transformados em casos dantescos, expressando a apreensão dos moradores frente a um universo de pesquisas, profissionais e técnicas que não fazia parte do seu cotidiano. As histórias mais comuns, foram aquelas que relacionaram qualquer apoio ou tipo de colaboração dos moradores com as atividades para concretização da área, com alguma implicação negativa. Por exemplo, os levantamentos demográficos, segundo a expectativa local, resultariam na expulsão dos moradores da Reserva; as famílias que colaboravam com o preenchimento dos questionários sócio-econômicos e com outras investigações

científicas seriam desapropriadas; os estudos antropomórficos na área de saúde, que tomavam as medidas das crianças visavam tirá-las das comunidades, enviando-as em caixas para o exterior; que a marcação de árvores, que fazia parte dos levantamentos florestais, indicava as espécies que seriam confiscadas pelas equipes do Projeto. Numa certa ocasião, a realização de uma exposição de fotografias da várzea foi vista com suspeita pelo público. Entre curiosos e embaraçados, os moradores imaginaram que uma simples assinatura no livro de visitantes permitiria aos coordenadores do Projeto tomar-lhes as terras e outros desmandos. Da mesma forma, as listas de presença nas primeiras reuniões e encontros realizados com as comunidades, foi vista como uma forma de repassar poderes aos “macaqueiros”, sendo motivo de preocupação. As principais reações contrárias da população, relacionadas à criação da Reserva de modo geral, vieram do medo de que os usuários fossem desalojados de seus sítios tradicionais e proibidos de explorar os recursos habituais.

Outras histórias registradas pessoalmente, descreviam o comportamento de comerciantes ou patrões que tinham por costume se apossar dos bens da clientela que não saldava suas dívidas. Segundo um representante comunitário do rio Solimões, um “regatão” que amedrontava a população do interior dizendo que os “macaqueiros” apreendiam os pertences dos ribeirinhos, agia, ele próprio desta forma com sua clientela inadimplente. Segundo me contou à época o representante, este regatão ameaçava aqueles que colaboravam (ou “assinavam”, como se dizia) com o preenchimento dos formulários de pesquisa, dizendo que seus equipamentos de trabalho e outros bens seriam tomados pelos macaqueiros. Vários comunitários acreditavam nestes casos e chegavam mesmo a esconder seus utensílios e equipamentos com a chegada das equipes nas comunidades. Comportamentos extremos como estes passaram a servir de enredo para a elaboração de muitas outras histórias.

No período inicial de implantação da Reserva, uma liderança do setor Mamirauá, Afonso Carvalho, conta ter presenciado, em uma oficina de reparação de barcos localizada na beira de Tefé, a história de um viajante que o surpreendeu, expressando bem as primeiras atitudes dos setores incomodados com a criação da Unidade e ilustrando a imaginação da população. Este viajante estaria penalizado com a situação que ele supunha que os moradores enfrentavam na comunidade desta liderança:

97. Afonso Carvalho. Entrevista 2002.  
98. Oscarina Martins. Entrevista 2002.

*"Bom, sobre esta reação que nós tivemos, não é? Uma vez eu estava mandando endireitar um Honda aqui na oficina do Sr. Aquino, aqui no Santo Antônio, em Tefé e tinha um viajante que ele perguntou onde que eu morava. Eu disse que eu morava lá no Mamirauá, na Reserva. Estava começando a Reserva, isso foi em 92, de 91 para 92. Aí, ele disse: 'Ah! rapaz, você mora lá no Mamirauá' Aí eu disse: 'Eu moro'. Ele disse: 'É uma coisa triste ah! Porque esse pessoal que está trabalhando lá, eles vão começar assim devagar, daqui uns tempos vai entrar mais turista lá, aí quando o turista entrar lá, aí vocês vão ficar sem direito de tirar uma vara de lá, vocês não vão ter direito de tirar nada de lá' "*<sup>97</sup>.

No primeiro grande encontro de rios realizado em uma comunidade do Solimões, já no final de 1993, os participantes puderam também ouvir surpresas a estória de um vereador da pequena cidade de Uarini. Ele narrou que, ao voltar de uma viagem de Tefé para a comunidade, sua mãe contou um caso muito parecido com o do viajante que Sr. Afonso encontrou na oficina de barcos em Tefé. Outra liderança entrevistada descreve como a imaginação dos moradores funcionava na criação e divulgação destas notícias que se alastravam junto à população das localidades e das sedes dos municípios. Segundo acredita, mesmo os moradores que não presenciaram pessoalmente estas situações, agiram como se assim fosse:

*"Lá no setor Horizonte tinha um senhor chamado...No momento não estou conseguindo lembrar o nome, mas ele inventava estória, ele mesmo inventava a estória, ele era o pivô, tinha só o prazer de levantar....ele dormia, fazia as estórias durante a noite, e de manhã ele ia para baixo e começava, de baixo par cima, contando que eram pegos os macacos, (...) davam uma injeção, tiravam o sangue do macaco, colocavam numa caixinha de gelo e levavam para São Paulo, ia não sei para onde - ele contava isso tão bem!. Aí, a gente perguntava, não é?Porque Porto Braga era uma comunidade que todos os meses eu ia fazer o trabalho pastoral, e eu perguntava para ele: "O senhor viu? Onde estava o macaco?" Que esse (...), que ele falava que tirava o sangue do macaco... Mas o senhor viu ele, o senhor viu fazer isto? E a gente via que a resposta dele não tinha sido, ele não tinha visto nada, era mentira mesmo, mas ele inventava isto assim... ele criava. Eu acho que ele criava. Ele nunca viu nada!"*<sup>98</sup>.

*"Uma outra estória de pessoas das comunidades que inventam, não é? Porque tem fantasioso. Acho que ele chamava... a esposa dele, sabe? ela inventa cada estória, uma atriz a mulher, sabe? (...) Agora dessa vez ela veio para Uarini dizendo que foi o Mamirauá (Projeto) que jogou ela, que não sei o quê, tudo mentira, sabe? Aí ela conta na cidade que meia noite, não sei que hora do dia, chega um aviãozinho, desce lá, enche de ovos todinho, os bicho de casco, sabe? Ela continua contando isso!. Ela continua contando isso na cidade, mas estão bem assim.... No primeiro momento eu me preocupei muito com isso, não é? Mas agora não. Sei que todo mundo consegue olhar para ela e ver que isso aí não tem uma verdade. Mas ela continua contando."*<sup>99</sup>.

A mesma liderança se deixa impressionar pelo fato de ainda hoje existirem pessoas esperando o pior, convencidas de que estes boatos se concretizarão um dia:

*"Por exemplo, Porto Braga tem uma senhora - que eu estou lá há sete anos - e todas as vezes que eu chego no Porto Braga eu vou tomar o cafezinho dela. Depois do primeiro gole do café ela diz: 'minha filha, mas não vão jogar nós?' Isso é todas as vezes, eu já não respondo mais nada: 'Arrume a sua bolsa que já vem lhe levar. A senhora quer sair, a senhora quer...' eu acho que é já de chacota que ela faz, sabe?"*<sup>100</sup>.

As equipes ficavam sabendo do teor destas estórias em ocasiões nas quais os moradores se consideravam menos expostos do que nos contatos mais abertos e formais. Por exemplo, nos encontros de trabalho ou de consulta aos moradores, após a apresentação das equipes e a exposição dos objetivos da visita, quando praticamente terminavam as atividades, é que os moradores, aliviados com as explicações recebidas, se tornavam mais espontâneos, passando a externar mais francamente as dúvidas guardadas no início. As estórias eram reveladas de forma mais reservada para os membros mais conhecidos das equipes, que permaneciam mais tempo nas comunidades. Nas reuniões, era comum um participante dirigir questionamentos e críticas às equipes, dizendo fazê-los em nome de vizinhos, parentes ou de pessoas de fora, que não estavam acostumadas com os espaços de conversação comunitários. Acredito, que a pretexto de tirar as dúvidas destes indivíduos que não compareciam às reuniões estes porta-vozes, de forma sutil, acabavam transmitindo suas críticas e, ao mesmo tempo, atenuando suas próprias inquietações.

99. Idem

100. Oscarina Martins. Entrevista citada.

101. BARREMAN, 1990.

102. GOFFMAN, 2001.

Barreman (1990)<sup>101</sup> descreve em estudo feito na localidade de nome fictício de Sirkanda, no Himalaia, como a interação entre pesquisadores/visitantes e os habitantes locais envolve o controle e a interpretação de impressões mútuas. Estas dependem dos espaços sociais onde se desenrolam, das expectativas levantadas pelas partes, envolvendo estratégias de convencimento de ambos os lados que estão em interação para alcançar suas intenções e objetivos, seja escondendo ou desvendando informações para passar a imagem pretendida. De forma parecida, Goffman (2001)<sup>102</sup> analisou, através de noções abstraídas da arte teatral, a representação que as pessoas fazem em suas vidas cotidianas para criarem as imagens que querem de si e do que vivenciam, dependendo dos grupos com os quais interagem, das funções que desempenham na ocasião e dos objetivos que tem em mente. Neste sentido, as contribuições destes autores, podem ajudar a pensar como a relação entre os agentes diferentes se processa no desenrolar da implementação da Reserva, dependendo das atividades que os moradores e as equipes tem, dos vínculos mantidos com outros setores, dos que estão presentes nestes contatos, ou dos objetivos que pretendem alcançar com a interação e que os levam a tentar transmitir uma certa imagem de si e a capturar determinada impressão dos outros, a depender de uma série de fatores sociais, particulares, conscientes ou não.

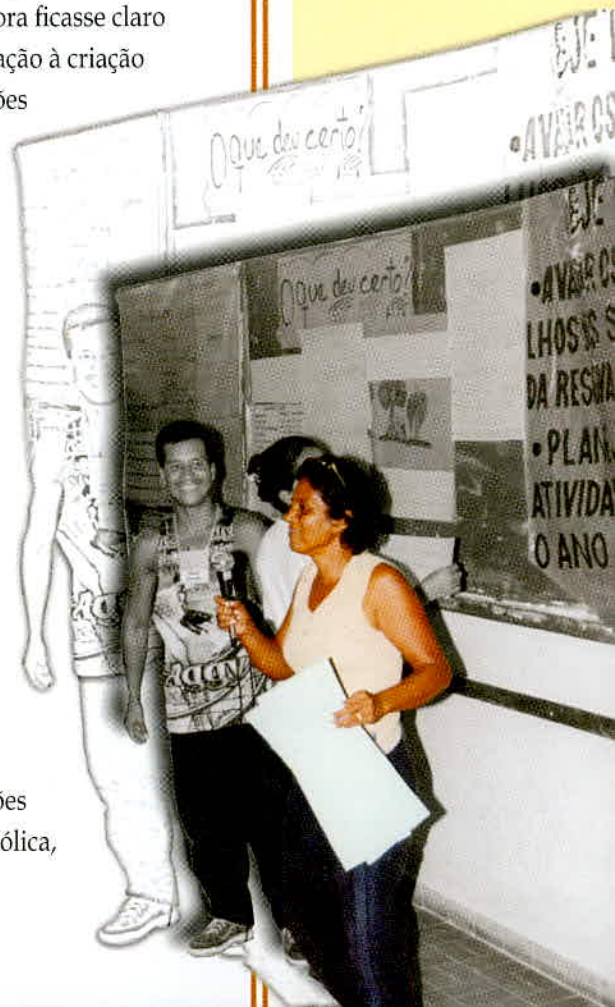
De um modo geral, os moradores da região não tem o costume de contrariar os visitantes, preferindo optar pelo silêncio, por uma localização menos visível nos recintos de trabalho ou simplesmente por não comparecer às reuniões. Geralmente, justificam a ausência com uma desculpa de trabalho, doença ou dificuldade financeira. Muitos motivos alegados pelos moradores para justificar a ausência, não passavam de uma forma de escapar do envolvimento, às vezes incômodo, que as equipes do Projeto Mamirauá provocavam. Desta maneira, livravam-se das atividades propostas, de dar entrevistas, ou do constrangimento de assumir publicamente opiniões que, supunham, iriam desagradar os de fora. Muitas vezes, os moradores diziam aquilo que imaginavam que os visitantes queriam ouvir, assentindo e concordando. Quando as reuniões terminavam e o clima se descontraía, as dúvidas e as discordâncias começavam a ser colocadas. Abertamente, foram raras as recusas de participação e as reações contrárias e, raramente os moradores hostilizaram ou receberam mal os visitantes. Ainda que o clima fosse tenso em alguns momentos, poucas vezes registrei desavenças abertas, atitudes

diretas mais agressivas ou disputas verbais mais acirradas por parte dos moradores. Os desafios ou ameaças que puderam ser esboçados de forma mais direta não chegaram a se concretizar de fato. O acanhamento, no entanto, ficava claro nas entrelinhas.

Outra forma de intimidação utilizada por aqueles contrariados com a criação da Reserva foram os recados. Estes eram dados sempre por terceiros e desacatavam membros das equipes, ameaçavam tocar fogo nos flutuantes, desatracar os barcos parados nas comunidades no meio da noite ou baleiar integrantes do Projeto. No início, uma estratégia comum utilizada para desestimular o trabalho de campo era relatar ameaças que os prefeitos (e até padres), supostamente, faziam às comunidades de deixar de assisti-las caso aderissem às propostas. Nos casos em que as equipes procuraram confirmar estas atitudes com seus próprios autores eles negaram, embora ficasse claro o incômodo que alguns dos políticos, principalmente, sentiam com relação à criação da Reserva. Nas vezes em que foram convidados a participar de reuniões e assembléias, com raras exceções, os políticos demonstraram desinteresse como forma de desmerecer os recém-chegados e suas missões, ou por receio de comprometerem-se com idéias desconhecidas. A notícia da articulação entre as prefeituras regionais e o Estado para tratar o tema da criação da Reserva foi muito especulada e, certamente, este assunto foi freqüente nas pautas dos encontros realizados no período. Entretanto, nenhum efeito concreto foi sentido com estas possíveis tentativas de reverter o processo de criação da Unidade chegou a ser, de fato, obtido.

As lideranças que se pronunciavam neste estudo, relembram o princípio tempestuoso nas comunidades e confessam, elas mesmas, o quanto foi difícil situar-se no turbilhão de informações e boatos. Avaliam que se não fosse a formação católica e a experiência anterior de preservação, o posicionamento da Igreja e o apoio das paróquias, mesmo elas estariam confusas e divididas. Estas lideranças, uma vez decididas, tiveram um papel importante na intermediação dos propósitos e demandas entre os interessados, na organização de reuniões e na realização de atividades nas comunidades. Oscarina, liderança católica, ativista do movimento de preservação de lagos e membro de grupos

FOTO 04:  
Oscarina Martins,  
liderança feminina em  
atuação.





103. Oscarina Martins. Entrevista citada.  
104. Afonso Carvalho. Entrevista citada

populares da pequena sede de Uarini, assistente comunitária do Mamirauá, esboça toda a sua expectativa diante das primeiras informações recebidas. A partir daí, revela como foi decisivo o incentivo recebido por parte das Paróquias, na figura dos párocos, para que os moradores discutissem as novas propostas:

*“Tinha hora que eu me balançava. A comunidade dizia: “Não, é uma coisa que vai acabar, que vai proibir, sabe? Mas também, nas comunidades tinha outras pessoas que diziam que não era assim, não foi dessa forma que foi dito, tinha assim aquele banzeiro, não é? Aí, a gente olhava para um, olhava para outro, ninguém acreditava. Mas, da nossa equipe mesmo, quem vestiu a camisa foi o Vicente (vigário). Quando ele vestiu a camisa assim, dizendo não isso aqui não é isso, a verdade é essa, vai ajudar nesse ponto, aí ninguém teve dúvida mais”<sup>103</sup>.*

Afonso Carvalho, liderança de um setor-chave na implantação da Reserva, estrategicamente importante na consolidação dos resultados obtidos à época, descreve como ele mesmo percebeu este início, e como o envolvimento com o movimento de preservação de lagos contribuiu positivamente para a definição dos moradores. Diferencia hoje, através de vários depoimentos, a reação dos diversos segmentos sociais da comunidade: os mais adultos e experientes, envolvidos com atividades sociais na comunidade, e que não se deixavam abalar pelo medo difundido pelos viajantes e comerciantes; os jovens, mais abertos e por isto mais vulneráveis, expostos às influências externas, e os idosos, mais reticentes. Esclarece como o convívio com determinados setores da região, fosse com os movimentos populares ou com os setores comerciantes, interferiu no discernimento e nas reações dos moradores:

*“Que a gente totalmente, a gente não conhecia Mamirauá. A gente não sabia o que iam fazer com a gente, não é? Que sobre estas informações, a gente pensava até que eles iam mandar a gente embora mesmo”<sup>104</sup>.*

*“Mas também aí, eu ouvi outra informação, não é? Eu ouvi dizer também que esse trabalho dessa Reserva já ia ser um trabalho de meio ambiente, sobre assim a preservação. Aí, também eu fiquei mais entendendo, porque também nós já tínhamos começado a trabalhar com o Irmão Falco na organização dos lagos sobre a preservação. Aí, eu conversando assim lá na comunidade, nós ficamos conversando, não é? Quem sabe que isso não vai ser assim*

*alguma coisa boa? Em termos de organizar as áreas de lago, as áreas das comunidades, as associações das comunidades. Mas isso era uma parte, não é? Que a outra parte, nós estávamos com medo. Essa parte, que nós não tínhamos medo, era parte que nem eu que era professor, que nem o Clarindo, que era catequista, eu estava ainda estudando a formação de animador de setor. Aí, outro, era meu cunhado, que era professor também. A maioria mais idoso, não é? Agora, a juventude, sempre quando eles chegavam num canto, eles diziam: 'o Mamirauá diz que vem mas a gente vai ficar sem direito a nada' "*<sup>105</sup>.

*"Lá na Vila então nos fizemos uma reunião e aí tem uma senhora que ela se chama Dona Geralda. Ela tem mais ou menos, na época ela tinha mais ou menos uns setenta anos e ela falou sobre isso. Que quando aparecesse o pessoal não era bom nos assinarmos os papéis<sup>106</sup>, que podia ser uma coisa que fosse mal, não é? assim, para nós da comunidade. E também houve uma discussão na reunião que também eu aproveitei e falei que sem assinatura a gente não podia encaminhar nada, não é? Quem sabe se tivesse assinatura de alguma coisa, quem sabe que não era para fazer algum declaramento, um documento desse trabalho..."*<sup>107</sup>.

Sr. Afonso ainda narra como os primeiros pesquisadores em atividade na área contribuíram para familiarizar os moradores com a idéia da Reserva e com a pesquisa. Esta interação entretanto, não foi suficiente para evitar a incerteza:

*"Primeiro a gente teve mais um pouco de ação, não é? Por causa que a gente sabia que ia existir um trabalho no setor Mamirauá, por motivo que primeiro apareceu o Dr. Márcio, fazendo aquela pesquisa do macaco uacari, e aí as pessoas que trabalhavam com ele deram informação para a gente, na comunidade, que se desse certo aquela pesquisa, o Mamirauá, aquela área, ia ser uma Reserva. Agora, a gente não sabia como que ia ser essa Reserva. Aí, a gente teve uma reação assim de 'será que ia dar certo para nós que morava lá? Ou se não ia dar certo?' "*<sup>108</sup>.

Afonso resume ainda, no depoimento abaixo, várias questões, como a reação inicial das comunidades e a sua própria expectativa, a influência dos setores externos na formação de opinião dos moradores e a associação da Reserva com outras experiências da região:

105. idem.

106. Os papéis e assinatura a que várias lideranças e os moradores se referiam eram o censo demográfico que anotava o nome das pessoas e os formulários e questionários sócio econômicos

107. Afonso Carvalho. Entrevista citada

108. Idem.



109. Companhia Paulista de Estamparia, que mantinha um terreno na região do lago Tefé para criação de animais de várias espécies.
110. Afonso Carvalho. Entrevista citada.
111. Antonio Martins. Entrevista citada.

FOTO 05:  
Francisco Andrade e  
Oscarina Martins.

*"Mas eu pensava que se fosse a CIANÊ<sup>109</sup>, a gente só ia ser algum trabalhador da firma. Assim que eu pensei. E aí nós sentamos na comunidade e nós pensamos de ficar ouvindo essa conversa para ver como é que ia ser. A gente tinha assim umas pessoas que falavam outra coisa através da política dos comerciantes, dos madeireiros. Aí, eles já traziam uma outra informação, não é? Que aí a gente não ia ter mais direito, que nada aqui era da gente, o local que a gente morava. Mas, eu totalmente, eu tinha conversado com muita gente, já tinha tido várias experiências, não é? De base, de comunidade, sempre falei para o pessoal que era bom nós ouvirmos como ia ser. Assim que eu pensei. Mas tinha muita gente nervoso. Na minha comunidade tinha muita gente nervoso com Mamirauá"<sup>110</sup>.*

Antônio Martins, liderança de uma das comunidades mais organizadas da área, Jarauá, conta como se sentiu à época diante de uma nova proposta, suas dúvidas e a responsabilidade enquanto representante e a sua precaução em tomar uma decisão que estivesse respaldada pela comunidade:

*"Exatamente, eu ficava desse lado das pessoas que achavam a proposta interessante, que a proposta era boa. Agora, eu era curioso para saber o quê que era, quais os benefícios a gente ia ter com isso. E a minha posição era essa. Porque aquela estória era nova, essa estória de Estação Ecológica, esse negócio que ninguém tinha conhecimento disso, não é? Eu tinha minhas dúvidas quanto a isso. Mas assim, eu procurava partilhar com o grupo todo que a gente sempre tivesse mantendo as coisas de comum acordo. Porque eu tinha medo, depois, se desse alguma coisa errada e que o culpado fosse eu. Você lembra que quando a gente fez a primeira reunião? O que ficasse decidido na reunião, que vocês assinassem, no final da reunião, todo mundo, aqueles que estavam presentes assinassem a ata, não é? Isso era porque eu me preocupava que depois o pau não ia se quebrar para cima de mim. Era a minha preocupação."<sup>111</sup>*



Estas lideranças percebem que o fato de estarem engajadas no movimento popular católico no qual circulavam as informações, pesava favoravelmente na sua opção. Seus depoimentos, relatam como a convivência com a preservação, a experiência com o trabalho comunitário, a passagem pelos cursos profissionalizantes promovidos pela Prelazia ou a intensidade e tipo de relação com a sociedade abrangente, foram decisivos na compreensão das propostas de criação de Mamirauá. Para várias lideranças dos setores mais organizados, o vínculo com o movimento católico foi o fator determinante na aceitação do projeto.

O líder comunitário Firmino Valter Cavalcante, que costumava participar dos trabalhos das paróquias na década de oitenta, acredita que o início da preservação se deu em uma das viagens que fez acompanhando o Irmão Falco, nas quais o missionário prestava assistência religiosa às comunidades. Ele explica como o fato de pertencer ao movimento católico ajudou no entendimento e na aceitação das propostas de Mamirauá :

*“Foi assim quando começou a preservação, não é? O Irmão Falco chegou numa comunidade lá em cima para fazer um trabalho de desobriga, não tinha o que comer sabe? Aí, ele perguntou o que é que tinha para comer. Não tinha nada para comer. Então, aí ele perguntou ‘por quê?’ Porque o lago não tinha mais nada. Então ele começou esta idéia de preservar o lago, que não tinha nada”.*

*“Eu não tinha dúvida de que vinha – como o pessoal falava muito – tirar, e levar, e não deixar mais ninguém pescar, ninguém mais tirar nada. Eu não tinha nenhuma visão assim não. (...) A minha ideologia era outra. A minha ideologia de preservação não era isto. E de que alguém não vinha para fazer isso na nossa região e tirar o que a gente tinha e levar. Eu tinha mais ou menos assim, um esclarecimento, uma visão mais como tinha que ser mesmo, como é, não é?” <sup>112</sup>*

Antonio Martins, distingue um outro aspecto, o da organização dos agrupamentos, que ele acredita ter influenciado na compreensão dos moradores acerca do projeto de criação da área. Nos locais mais ermos e menores, as incertezas predominavam, aumentando rapidamente a inquietação. Pois, nestes portos, os contatos se travavam de forma mais regular com os setores

113. Antonio Martins. Entrevista citada.

mercantis. O movimento popular católico, de forma similar às equipes do Mamirauá, optou estrategicamente por trabalhar em locais de maior densidade populacional onde um número maior de pessoas pode ser envolvido. Na leitura feita pela liderança a seguir, nos grupos maiores, mais estruturados, os moradores possuem mais acesso às informações vindas de outros segmentos e podem confrontar opiniões. O medo com relação à criação da Reserva foi observado mais freqüentemente nos sítios isolados, nas comunidades mais dependentes da pesca e dos intermediários, onde prevalece a dominação econômica e social. A ascendência dos setores mais influentes sobre determinadas parcelas de moradores foi determinante para a adesão ou rejeição às propostas e se constitui na tônica dos depoimentos a seguir. De modo geral, como enfatizam as lideranças, onde o movimento católico é mais forte, a influência de comerciantes e políticos no sentido de manipular a população deixa de ser exclusiva:

*"Então, no início dos trabalhos do Mamirauá, nos primeiros contatos com as comunidades, teve assim.... A gente sentia nas pessoas que elas tinham muita dificuldade de entender o que o Mamirauá estava propondo. Até porquê, também eu penso que o nível de organização das comunidades era muito variável. Algumas comunidades que tinham uma organização melhor, eles entendiam um pouquinho o que é que estava propondo, mas tinha toda aquela questão de: 'Para quê que é isso?' 'Quais são os benefícios que isso vem trazer?'. Quer dizer, o que eu via é que eles procuravam se informar, indagar as coisas. Essas comunidades que tinham uma organização melhor. As comunidades que não tinham uma boa organização, que era só um pouquinho de casa, eles não se preocupavam com isso e eles rejeitavam mesmo, achavam que o pessoal estava ali para "enlobriar" (enrolar) eles, para depois levar o que eles tinham, não dar direito a eles de usar os recursos. É de impedir a pessoa de continuar trabalhando lá no seu local, usando os recursos, enfim.... Isso foi muito resistente no início do trabalho do Mamirauá junto às comunidades." 113*

E ressalta como a sua ligação pessoal e anterior com o movimento católico, foi positiva na hora da apreciação das propostas:

*"Porque eu não tinha assim, eu não tinha o pensamento de ser contra, era o contrário não é? Eu achava, eu acreditava muito. Até porque naquela época eu era muito ligado na Igreja,*

*fazia um trabalho muito interessante com a Igreja. E a Igreja se demonstrava interessada em discutir a proposta de Mamirauá e acompanhar o trabalho e apoiar o trabalho(...)" 114*

114. Idem.

115. Idem.

Mesmo quando não pertencem à localidades católicas, como é o caso de duas lideranças evangélicas que prestam seus depoimentos, os líderes comunitários reconhecem que a interação com as instituições da sociedade abrangente e com os movimentos populares propicia a base para a discussão e receptividade às novas idéias.

Antônio Alves, residente da comunidade evangélica do Barroso, situada num dos trechos mais remotos da área focal, confluência dos rios Solimões e Aranapu, não teve envolvimento com as ações católicas nem com o movimento de preservação de lagos até a chegada das equipes do Projeto Mamirauá. Mas ele e o pai, um dos dirigentes da igreja local já mantinham, à época, contatos de forma espontânea com a cidade, em nome dos parentes e do grupo. Assim sendo, a liderança considera que possui um pouco mais de experiência e preparo do que os outros moradores para receber e conversar com as pessoas de fora em nome da comunidade:

*"Bom, eu nunca fui contra, desde a primeira vez. Só que eu ainda tinha aquela coisa era com a madeira. Eu acreditava, eu nunca fui contra, eu nunca cheguei a ficar preocupado, porque eu já tinha um entendimentozinho e a gente via como estavam as coisas." 115*

Da mesma forma, Francisco Andrade, professor na comunidade evangélica de Nova Betânia no rio Japurá, assistente comunitário de educação ambiental do Projeto Mamirauá, confirma as observações anteriores feitas pela liderança de Barroso. A formação católica e o contato mais freqüente das comunidades com outras instituições urbanas exercem influência positiva na visão de mundo dos moradores e na sua compreensão de novas propostas. Francisco refere-se ao primeiro encontro de setor do Rio Japurá, realizado em 1992, para discutir com os moradores a organização comunitária e o manejo da várzea e revela a sua expectativa antes mesmo de compor as equipes do Mamirauá. Este encontro, juntamente com o do Solimões, reuniu comunidades de ambos os rios para apresentar as propostas de preservação, discutindo a estrutura participativa com os residentes e usuários:

116. Francisco Andrade. Entrevista citada.

117. Afonso Carvalho. Entrevista citada.

*"Eu nunca fiquei preocupado, porque eu tinha mais ou menos um conhecimentozinho do que estava acontecendo, não é? No momento que eu fui participar do encontro de setor, eu não pensava que era uma coisa assim que ia prejudicar, porque eu já tinha participado de vários comitês de pesca quando trabalhava no MEB. Então, eu tinha toda aquela idéia de como era preservar, cuidar, já era uma pessoa mais ou menos envolvida com a coisa."*<sup>116</sup>

Afonso Carvalho narra como o medo que afligia as comunidades se dissipava quando algumas pessoas reagiam de maneira mais descontraída às conversas que surgiam de fora e aos temores dos moradores:

*"Mas eu tinha um cunhado, que era o chefe mais velho aqui. Ele falou uma vez, não é? Que o comerciante chegou lá, nós chamávamos Palheiro para ele, porque ele vendia muita palha. Aí, ele disse: 'olha, aqui vai trabalhar um tal de macaqueiro'(...). E aí, ele disse que ia trabalhar esse macaqueiro lá. E daí uns tempos nós não íamos ter direito a nada, porque tudo ia ser do estrangeiro. Aí, o meu cunhado era o Raimundo Nonato, que mora lá na Vila Alencar, ele disse assim: 'É! deixa esses estrangeiros morar aqui, pode ser que melhora nossa vida, porque aí nós vamos mudar, nós vamos ser tudo estrangeiro, nós vamos aprender falar outra língua, não é? Aí quem sabe que nós melhora mais'. Aí deu uma força para nós, ninguém ficou com medo não, foram perdendo assim a força, o medo."*<sup>117</sup>

Este caso reporta as reações dos moradores mais otimistas, que não levavam tão a sério as histórias e notícias que circulavam. A expressão "macaqueiro" (antes referida com desprezo ou medo) passou a ser utilizada de forma mais descontraída pelas comunidades no tratamento pessoal dos membros das equipes, sendo incorporada e aceita no dia-a-dia, de forma espontânea e engraçada, denotando uma maior intimidade dos moradores com os visitantes. Mais tarde "O Macaqueiro" se tornou também o nome de um boletim para informação da população de Mamirauá. Leituras mais positivas e debochadas - como a de que se os gringos levassem os macacos da região os plantios não seriam mais destruídos - passaram a ser feitas por alguns moradores. A adoção aberta do termo "macaqueiro" e a revelação destas histórias, passaram a refletir, a partir de determinado momento, a aceitação das equipes pela população. Estas mudanças de humor na verdade deveram-se à persistência dos executores do Projeto, dando

prosseguimento as suas atividades e agendas, e à influência dos setores favoráveis como a Prelazia, que concorreu para incentivar positivamente o ânimo da população e concretizar gradualmente os objetivos propostos.

118. GILLINGHAM, 1999.

#### OS OBSTÁCULOS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O sistema de organização e participação eleito pelos usuários da Reserva de Mamirauá para tomarem parte das discussões de regulamentação da área, sofreu influência nítida do modelo católico introduzido na região nos anos sessenta através do trabalho missionário da Prelazia de Tefé e suas pastorais, MEB, etc.

Mesmo sendo familiar aos moradores, pois escolhido por eles, o modelo não foi aceito de forma ampla. Principalmente no início, alguns segmentos sociais do interior e das sedes vizinhas não aceitavam os espaços de participação propostos pelos representantes dos usuários. Particularmente os não simpatizantes da preservação, os moradores que não se envolvem com atividades comunitárias e aqueles setores urbanos/mercantis que sentem-se prejudicados com a criação da Reserva, resistiram em aderir. A associação tradicional da preservação com o movimento católico foi, neste período, um elemento inibidor da inclusão dos setores de outras filiações religiosas, apesar do incentivo dos membros do Mamirauá para a sua participação. Os representantes de etnias indígenas, mesmo depois de terem participado dos encontros que elegeram o sistema político de representação dos usuários da Reserva juntamente com outros setores, questionaram sua legitimidade, reivindicando canais próprios de participação. Esteve implícito na falta de adesão total destas parcelas da população aos espaços de discussão votados: a baixa familiaridade da maioria dos moradores com os espaços de debate; o receio de defender publicamente seus interesses ou de não tê-los atendidos; medo de que a participação nos debates os comprometessem com as propostas insatisfatórias; a idéia de que, uma vez ausentes às negociações, pudessem ficar acima das decisões tomadas.

Em estudo sobre a organização social tradicional da região, Gillingham (1999)<sup>118</sup> discute como os padrões de parentesco da população podem contrapor-se às tentativas de organização política (institucional e formal) empreendidas. Presenciei, por exemplo, o desconforto de alguns representantes com a divisão da área focal em setores políticos



119. Procedimento comum entre algumas comunidades da região de alugar os lagos para barcos e peixeiros de fora em troca de dinheiro ou mercadoria. Normalmente estes contratos provocam o esgotamento dos lagos a curto prazo, de forma desvantajosa e até mesmo lesivas para os moradores.

reunindo comunidades vizinhas. Apesar da divisão setorial ser uma convenção utilizada há anos pelas comunidades ribeirinhas locais, esta reação demonstra que comunidades próximas do ponto de vista espacial nem sempre o são da ótica social. Outras vezes, o constrangimento dos participantes presentes às primeiras reuniões e assembléias para se acomodarem em grupos compostos de acordo com critérios impessoais se tornou evidente. A população local se sente desconfortável em discutir assuntos e tomar decisões de alcance coletivo sem levar em conta as próprias afinidades familiares e sociais e o seu pertencimento à comunidade, etnia ou filiação religiosa. Este incômodo se tornou maior quando alguma incompatibilidade entre os integrantes dos grupos perturbava a interação. Firmar acordos e compromissos envolvendo critérios institucionais que não coincidem com o padrão tradicional praticado, muitas vezes, tende a inibir os moradores.

A pesquisa amostral feita em dois setores de comunidades da Reserva, geográfica e socialmente distintos, indica que a organização social baseada nos laços de parentesco e compadrio oferece para a população limites mais flexíveis do que os institucionais (Gillingham, 1999). O padrão de convivência pessoal, permite aos moradores melhor se adaptar às "incertezas" econômicas, políticas ou geográficas da região, manejando a seu favor os costumes e regras estabelecidas, socorrendo-se com os parentes e amigos na concessão de territórios e recursos a explorar, retomando locais de moradia anteriormente abandonados ou construindo novos sítios. De modo geral, as condutas sociais também estão sujeitas a um julgamento menos rígido. Prevalecendo este padrão, uma gestão ambiental de difícil operacionalização teria que ser cogitada. Por exemplo, não raras vezes foi registrada a exploração de áreas preservadas a pretexto de resolver dificuldades de saúde ou problemas financeiros dos usuários. Abusos e crimes ambientais são relatados nos territórios comunitários "arrendados"<sup>119</sup> ou nos lagos "despescados" por pescadores que afirmam ter "conhecimento" (amizades) com os responsáveis ou autoridades. Nestes casos, laços de parentesco "fictícios" se estabelecem (Gillingham, 1999) gerando, muitas vezes, conflitos internos que desafiam os próprios contratos comunitários, assim como os novos modelos institucionais que se tenta introduzir.

A herança de dominação dos grupos nativos da área; o clientelismo político-econômico e o assistencialismo que se convertem nas maiores forças de manipulação e

aliciamento dos moradores; o sistema de “aviamento” tão comum, no qual os patrões e comerciantes impõem aos moradores uma relação de dependência; as condições de trabalho e de pagamento que vigoram localmente e que exigem correspondência e lealdade em troca dos favores prestados. Estas são as regras de convívio predominantes e esperadas na região, que regulam a interação entre as camadas diferenciadas economicamente. Consideradas as diferenças históricas e regionais, estes fenômenos encontram um paralelo nas análises gerais do coronelismo e dos esquemas de favor descritos por Nunes Leal (1975)<sup>120</sup> e Janotti (1992)<sup>121</sup>. De certa forma, correspondem também à situação descrita por Holanda (2001)<sup>122</sup> ao explicar porque os segmentos da sociedade brasileira, ainda hoje influenciada e moldada por este tipo de formação, tem uma participação apagada nos acontecimentos de vulto do país. Tais influências, se não são as únicas responsáveis pelo constrangimento da participação popular estão, certamente, associadas ao costume do favorecimento pessoal e à outras dinâmicas de reação, como aquelas referidas por Scott (1985)<sup>123</sup>. Ao abordar a resistência cotidiana dos subalternos para minimizar uma situação de desvantagem na vila malasiana, o autor descreveu uma importante força de contestação popular. Neste sentido, um dos grandes obstáculos à efetivação do manejo sustentável dos recursos com a participação popular se deveu ao choque entre velhos e novos hábitos e à ameaça que representa a instauração de códigos de interação e de comportamentos distintos dos tradicionais.

Outro tema levantado com o processo de organização comunitária foi o da representatividade das lideranças. O modelo político escolhido pelos usuários apresentou, principalmente no início, várias limitações. Pois a maioria dos representantes não estava preparada para assumir este papel, além de não vislumbrar os princípios e as decorrências implícitas no desempenho dos cargos de representação. Os representantes não dispõem do “capital cultural” (Bourdieu, 2001)<sup>124</sup>, ou seja, dos requisitos necessários para transitar no universo político, nem do aprendizado e dos atributos mencionados por Sylvain Maresca (1983)<sup>125</sup> ao falar das trajetórias das dirigentes camponeses da França. Estes, e uma série de outros elementos, são necessários para que os representantes mantenham suas carreiras como, por exemplo, a dedicação para conciliar seu tempo, trabalho e imagem de acordo com as exigências da vida de homem público, que tem que ser aceito e reconhecido externamente sem perder o vínculo com o grupo de origem que o legitima (Maresca, 1983). Segundo os autores, os

120. LEAL, 1975.

121. JANOTTI, 1992.

122. HOLANDA, 2001.

123. SCOTT, 1985.

124. BOURDIEU, 2001.

125. MARESCA, 1983.

representantes obtêm a validação e o aval do grupo que representam, tendo reconhecido o direito de assumir as tarefas políticas de porta-vozes escolhidos para a mediação com outros atores e instituições. As condições analisadas por eles ajudam a entender as dificuldades dos líderes ribeirinhos para exercerem as atividades de representação nos termos colocados pelos modelos políticos institucionais que, mesmo sendo aprovados e aceitos pelas comunidades, são de difícil assimilação prática, uma vez que se chocam com o padrão de mediação parental costumeiro. Esta dificuldade refletiu-se com maior intensidade na rotatividade dos candidatos (sejam novos ou adultos, homens ou mulheres) e no desinteresse para com os compromissos assumidos, principalmente para os representantes que não fizeram a carreira política católica. Estes mostraram um fraco desempenho, segundo a avaliação das próprias comunidades, para o exercício das funções para as quais foram designados. No entanto, poucas opções restam, já que são poucos os moradores dispostos a preencher estes cargos. Esta avaliação é feita segundo critérios incorporados com o aprendizado missionário, e os atributos mais comumente referidos como requisitos para um comunitário exercer o papel de liderança são: saber ler/escrever e falar em público, saber se comportar (com relação ao uso de bebidas alcoólicas, principalmente) e dispor de tempo. Estes itens são valorizados e elencados abertamente pela população como indicadores de aptidão para os cargos

eletivos. Aqueles representantes que não possuem a preparação mínima e as condições enumeradas, apesar de serem indicados, demonstram enormes dificuldades para permanecer nos cargos. Mesmo para os que possuem alguma base são muitos os percalços a serem contornados.

O tempo é um capital do qual a população ribeirinha pouco dispõe, uma vez que tem que se dedicar quase exclusivamente às tarefas rotineiras de subsistência, ditadas, muitas vezes, pelo ritmo impiedoso das águas (ver

FOTO 06:  
Afonso Carvalho.



“A várzea de Mamirauá”). Por outro lado, não existem muitas opções para a eleição de representantes, sendo muitos os moradores que se sentem inseguros de assumir tarefas novas. Tornou-se evidente durante o processo de organização comunitária de Mamirauá, que as pessoas que se destacaram pela desenvoltura e assiduidade na participação foram aquelas que adquiriram algum tipo de formação religiosa ou leiga, ou as que exerciam alguma atividade de mediação na localidade - mesmo que informalmente - que lhes conferiu experiência perante as demais. Por isto mesmo, estas são as mais apontadas nas comunidades e as mais procuradas pelas instituições que atuam na região. Capitais sociais deste tipo são raros entre uma população majoritariamente semi-analfabeta que depende das entidades missionárias para a formação de agentes sociais comunitários e para a qual os espaços públicos de participação são incomuns.

A idéia de “usurpação” utilizada por (Bourdieu, 1990) salienta a dicotomia entre os interesses do grupo representado e os dos próprios “mandatários” por ele instituídos, ajudando a pensar as dificuldades enfrentadas no processo representativo de Mamirauá. Segundo o autor, os representantes políticos têm, por princípio, que abrir mão de seus objetivos e opiniões pessoais para falar e agir em nome do grupo que os nomeia. A atitude de representação exige a “humildade” de renunciar aos próprios interesses em prol dos interesses do grupo (Bourdieu, 1990)<sup>126</sup>. No sentido conceitual, a idéia pode ser relacionada ao processo de participação comunitária ribeirinha do Mamirauá, embora remeta a um contexto um pouco diferenciado - pois, neste meio, não existem os aparelhos políticos no sentido clássico mencionado na realidade européia. Entretanto, o conceito chama atenção para o antagonismo de expectativas e interesses, podendo auxiliar na discussão mais ampla das questões pertinentes ao universo ribeirinho de organização, onde o desempenho de cargos públicos se mistura com a defesa dos interesses individuais e familiares.

Nem sempre a escolha dos representantes privilegiou os líderes “naturais” da região. Estes, são os chefes das parentelas, “patriarcas” mais antigos, prestigiados ou influentes, referência para os grupos locais, em torno dos quais os novatos ou famílias recém formadas se agrupam. Surpreendentemente, estes líderes naturais não foram, no período inicial, obrigatoriamente eleitos para os cargos de representação. Acredita-se que o fato de não possuírem as qualidades valorizadas pelo sistema de comunitário



instituído – como saber ler, escrever e se relacionar externamente – tenha contribuído para esta tendência. Estes mesmos “patriarcas”, quando eleitos, com raras exceções, sentiram-se pouco à vontade nos cargos e não resistiram muito tempo, além de não escaparem às dificuldades de compreensão dos princípios de representação em jogo. As próprias equipes de trabalho do Mamirauá, a par desta situação, incentivaram a escolha desses chefes - desde que se dispusessem a representar a localidade - sugerindo a discussão do tema nos encontros e reuniões internas dos moradores. Mas, certamente, esta era uma escolha complexa. A não ser nos casos raros em que as comunidades eram formadas exclusivamente por parentelas amigas, os representantes eleitos tenderam a defender interesses particulares em detrimento do interesse geral. Estas limitações foram insistentemente avaliadas nos espaços de discussão comunitários, nas assembléias e nas atividades de capacitação posteriores, envolvendo lideranças e moradores.

No tocante ao cumprimento das decisões e medidas de funcionamento da área aprovadas pelos usuários, as dificuldades tornaram-se também evidentes. Além das questões contextuais e estruturais anteriormente observadas, o modelo racional que se quer implantar colide com o costume mais individualista. O planejamento e a realização das atividades econômicas são, normalmente, assuntos de esfera particular. A relativa disponibilidade de áreas novas a serem exploradas na região, a flexibilidade para utilizar as terras produtivas e os recursos naturais, a baixa densidade demográfica e a pouca pressão exercida sobre o ambiente, não induzem a nenhuma necessidade de ordenamento planejado das atividades extrativas. Estes aspectos fizeram com que os arranjos coletivos para efetivação do manejo dos recursos fossem vistos com estranhamento pelos moradores. Muitos pescadores afirmam que direcionam suas pescarias de acordo com a ocorrência dos cardumes e que as áreas de lagos são áreas comuns, públicas ou da Marinha. Alguns deles acreditam que suas atividades não são sujeitas à legislação ou restrições de qualquer ordem. Extratores de madeira, de modo geral, também não devem satisfação de seus atos, e as roças e outros empreendimentos coletivos que se tem notícia na região não são experiências bem sucedidas. Nem todos os moradores concordam com a necessidade de discutir coletivamente a utilização dos recursos, o que, por costume, fazem há anos de forma autônoma e independente, e que para eles é um assunto da esfera pessoal e familiar.

Esta situação representa, ainda hoje, uma espécie de conflito para o processo participativo deflagrado com a criação de Mamirauá. Muitos acordos firmados para controlar o uso dos recursos foram vistos como intromissão no espaço particular. Como a liderança explica em seu depoimento, os convites para discutir a organização da produção e a utilização dos recursos não foram inicialmente vistos como natural pelos moradores. Muitos deles, embora não externassem, sentiam sua autonomia invadida:

*"Tem alguém lá não é? poxa! que já nasceu naquilo, nunca precisou se organizar para fazer isto não é? E por falta de conhecimento, de razões mesmo, princípios, ele se sente hoje ofendido, desrespeitado, quando ele é convidado a se organizar para continuar fazendo aquilo que ele fez, vamos dizer, 17 anos, 20 anos sem precisar de organização nenhuma, não é? Então, ele se sente ofendido. Eu vejo assim. Mas é até por implica (implicância). Por exemplo, os filhos da Dona. Benta lá do Porto Braga - ela tem dois filhos, o Antonio e outro - que eles pescam mesmo sabe, eles não querem participar de "implica". Só para dizer, 'nós fizemos isto desde este anos de idade, ou desde não sei quantos anos, até então nunca precisamos organizar para fazer isto'. Então, ele colocou dentro deles que o convite a se organizar é uma desmoralização para aquilo que ele já vinha fazendo, vai desmoralizar a profissão dele. É falta de entendimento mesmo, de cabeça, pensamento de idéia, enquanto que tem outros que entendem facilmente (...)'"<sup>127</sup>.*

Entretanto, Oscarina observa que, com a chegada de Mamirauá outros tipos de conflito que aconteciam anteriormente foram sendo substituídos pelos desentendimentos internos nas comunidades:

*"Eu acho assim, que com a chegada de Mamirauá, os conflitos, eles diminuíram, eles não acabaram, diminuíram, ou seja, mudaram o jeito de ser conflito. Por exemplo, o que eu me lembro é que enquanto Paróquia de Uarini, enquanto Prelazia de Tefé, nós já tínhamos este trabalho que é o movimento dos lagos.... Meu Deus!! Isso aqui dava briga de remada um no outro, sabe? De vir na questão, de fechar boca de lago derrubando pau. Então, depois, eu vejo assim, a chegada de Mamirauá que colocou um pouco de água nisso, que foi esfriando, pras comunidades que acreditavam neste trabalho como Santa Luzia do Horizonte. Mamirauá se tornou um parceiro, terminou o conflito de peixeiros grandes de Manaus lá na boca do*

127. Oscarina Martins. Entrevista citada.

128. Oscarina Martins. Entrevista citada.

*Aiucá, que aquilo era assim, toda semana tinha uma briga, a gente corria para lá, entendeu? Então, eu acho que este tipo de conflito acabou. Agora, o que permanece é o conflito interno de comunidades sobre o uso de lagos de procriação e manutenção e comercialização. Isso interno, entre as comunidades que fazem o acordo e tem alguém da comunidade que fura este acordo(...) ”128.*

No que se refere aos conflitos de manejo, outra liderança experiente do movimento de preservação percebe a questão basicamente da mesma forma. Concorde que, neste aspecto, os atritos ainda acontecem, e sublinha a importância de insistir no trabalho de organização e na busca do entendimento. O costume dos usuários com o diálogo, com o planejamento, com a obediência ao manejo dos recursos, com a discussão coletiva das prioridades das comunidades é um benefício ainda por ser conquistado, segundo a liderança, através da organização e do incentivo. Esta conquista ele crê depender, relevantemente, do seu esforço enquanto liderança e representante comunitário.

*“Eu vejo que, assim na parte da organização, que ainda tem conflito, não é? Como fala a Oscarina, que esta organização comunitária para chegar assim, no ponto que a gente quer, está dando conflito. Porque tem muito este tipo de pessoa que muitas vezes não quer participar. Mas também tem a lei não é? Que ela permite a gente trabalhar organizado, como o manejo da pesca, por exemplo. Assim, hoje tu tem que... uma pessoa só tem como identificar que é pescador se ele tiver todo organizado, a documentação dele de pescador. As pessoas que estão fazendo o manejo florestal. Ele só tem como dizer que ele é o madeireiro, ou que ele está fazendo um exploração da madeira se ele organizar esta produção de madeira com um acompanhamento técnico. O pessoal de ontem não, eles querem fazer assim, avulso, como se dizia uma palavra nossa daqui do caboclo. Avulso, que nós queremos falar assim, é na marra. Porque antigamente o meu pai falava que tudo não tinha nada a falar para ninguém, não é? Se eu quisesse matar dez peixes boi, eu matava, não tinha com quem falar. Se eu quisesse matar pirarucu, eu matava. Já hoje não, não é? Se eu quiser fazer uso deste resto das espécies que tem, eu tenho que fazer controlado, de acordo com as leis. Então é isto que esse nosso pessoal hoje está encarando esse desentendimento. Mas precisa a gente bater essa tecla bem, da articulação. E esclarecer o que a gente sabe e também ouvir o companheiro para poder a gente se organizar. Porque totalmente eu chego aqui no setor*

*Mamirauá, que eu chego nessa parte, que eu vejo assim, que eu estou um pouco derrotado com o meu trabalho, nesta parte da organização da pesca, sobre isto. Mas vou partir para cima deles e eles para cima de mim, para nós poder chegar num ponto, não é? Que é o nosso regulamento, nosso trabalho hoje não é mais como antigamente*"<sup>129</sup>.

*"Há pessoas na comunidade que não querem ter este conhecimento, não querem se organizar, mas é preciso porque eles só podem fazer uso junto com as pessoas que estão organizadas. Eles só podem fazer a pesca se eles tiverem também organizado (...)"*<sup>130</sup>.

Afonso avalia a evolução dos conflitos com a implementação das atividades do Mamirauá e reflete a questão de forma positiva. Para ele, da mesma forma que para Oscarina, a dificuldade de efetivação dos novos acordos e práticas é fruto da incompreensão com relação aos benefícios que a regulamentação do uso das espécies está proporcionando.

*"O povo, ele gosta de ter uma culpa não é? Quando hoje está se organizando o manejo da floresta, que é um dos recursos mais melhor que tem, e a pesca, o pessoal diz assim: 'Ah, o Mamirauá veio para cá para fazer estes trabalhos e tal, não é?' Mas não é não. É por causa que nós temos que cumprir uma lei que é permitido de uso(...) Na divisão dos lagos que foram tirados, quer dizer, dado nome ao uso (lagos de manutenção), então houve um pequeno desentendimento. Mas a organização da pesca que o Mamirauá criou junto com as comunidades teve um pouco de problema. Mas, não é o Mamirauá que tem culpa. Mas quando eu digo mesmo a minha palavra é que não é o Mamirauá que tem culpa, são as próprias pessoas da comunidade que não querem seguir. E fazer uso dentro dos direitos. E isso está desconcentrando o pessoal, não é? Mas a gente tem que fazer. Olha, veja bem como é? O pirarucu, ele está proibido dentro de outras áreas, não pode se comercializar o pirarucu. Só onde pode é na Reserva. Jacaré, em canto nenhum, quem vai matar? Só pode ser o pessoal da Reserva que está organizado e que são aqueles pescadores organizados. Mamirauá é que pegou este peso. O Mamirauá está dando essa oportunidade, esse acompanhamento e nós estamos se embolando, como disse a Oscarina, entre nós mesmos que não queremos. Mas, a gente trabalha mais com o exemplo de outras organizações onde a gente chega onde a gente quer"*<sup>131</sup>.

129. Afonso Carvalho. Entrevista citada.

130. Idem.

131. Idem.



Não é difícil imaginar porque mesmo os moradores mais propensos à preservação se preocupassem com as implicações da aprovação de práticas racionais dos recursos, que precisam ser conhecidas e consideradas igualmente por todos. Até aquele momento, as medidas de preservação foram limitadas basicamente a "guardar" os lagos intocáveis (que deviam ser poupados), destinados à manutenção das comunidades. Tanto as áreas de roçado e coleta, quanto os demais ambientes explorados para prover o sustento dos moradores estiveram, antes da elaboração do plano de manejo da RDSM, praticamente fora da regulamentação. Gradualmente, e à medida que o Projeto se concretiza, o manejo de outros ambientes foi se somando ao manejo dos lagos.

Atualmente, o controle das áreas preservadas depende dos moradores que aderem ao movimento ambiental e se dispõem a fazer a vigilância, principalmente dos lagos. Tradicionalmente, a obediência às normas é observada de modo bem pessoal, já que prevalece o padrão de organização social parental. Este modelo permite contemplar de forma mais particularizada a situação e as dificuldades pessoais dos infratores. Dependendo se estes são parentes, encontram-se em situações de privação, doença ou se são desconhecidos, moradores de fora, rivais e desafetos, podem ser abordados de maneira diferenciada. Pode-se lhes imputar uma pena mais ou menos branda ou até acobertar a infração. Em muitos registros comunitários, ao se deparar com familiares e amigos na invasão aos lagos preservados, os fiscais nem sempre aplicaram igualmente as punições previstas nos acordos ou deram o mesmo tratamento aos invasores de fora. São raros, os relatos de fiscais ou comunidades que impuseram medidas coercitivas quando os invasores são os próprios familiares, pois isto normalmente provoca uma reação contrária do grupo. As formas de punição mais comuns são a apreensão do produto ilegal, a retratação dos invasores nas reuniões comunitárias e, nos casos mais graves e de reincidência, o isolamento ou expulsão da comunidade. Entretanto, esta última é uma medida raramente verificada. Os agentes voluntários que começaram a atuar a partir de 1995 em parceria com o IBAMA nas ações de fiscalização, contam o apoio legal para autuar e notificar os infratores, que podem sofrer consequências mais duras como a multa e até a prisão.

Entretanto, as expectativas geradas com a adoção e consolidação de um sistema regulador, racional e impessoal, reconhecido pela população usuária e apoiado na legislação, provocou a preocupação daqueles segmentos sociais e até das comunidades mais decididas

pela preservação. Pois significou o rompimento com o padrão tradicional de ordenamento social familiar e o compromisso com um novo modelo de códigos, de conduta e penalidades, independente de qualquer juízo individual, preferência ou laço de parentesco entre os moradores. Esta lógica ainda deixa apreensiva a população, e a aplicação do sistema local, certamente, traz menos constrangimento interno para as comunidades.

### A REAÇÃO DOS SEGMENTOS SOCIAIS INFLUENTES

Os setores sociais contrários à criação da Reserva raramente aceitaram participar dos espaços de discussão estabelecidos pelos representantes populares e, quando isto ocorreu, dificilmente expressaram-se abertamente. Sua forma de manifestação mais comum foi indireta, se assemelhando àquelas estudadas por Scott (1985)<sup>132</sup> e mencionadas anteriormente: sabotando as novas iniciativas e os acordos no dia a dia, incentivando as invasões dos lagos preservados, desinformando, incutindo o medo entre os moradores através de histórias e casos bizarros. Estes setores disseminaram toda a sorte de boatos impossíveis para abalar a confiança nas novas propostas e nos membros das equipes, na esperança de articular uma reação que tornasse possível revogar a criação da Reserva. Afirmaram insistentemente, através destas histórias, de recados e ameaças, seus direitos sobre a área, os vínculos com os moradores e o “conhecimento” (as amizades) com as autoridades que os colocavam acima de qualquer restrição ou ordenamento. A dificuldade de manter informada toda a população sobre as novidades científicas e sociais na implementação da RDSM aliada à imaginação popular favoreceu, principalmente no início, a manipulação dos moradores por parte destes segmentos contrários.

Francisco Andrade aposta que o medo das comunidades deveu-se à influência dos “regatões” e de pessoas de fora, que, por algum motivo de ordem particular, estariam decepcionados com os moradores:

*“Eu creio que era pessoa de fora, que eles chegavam lá, contavam as idéias ao contrário. Às vezes era um regatão que a gente não queria comprar o peixe dele não é? Contava uma versão ao contrário. O comunitário que ouvia uma coisa daquela passava para os outros que estavam na comunidade. A gente via muito estas histórias assim: ‘Ah! o fulano falou, o regatão passou aqui falou isso para a gente’. E aí eles colocavam na cabeça como se fosse coisa verdadeira”<sup>133</sup>.*

132. SCOTT, 1985.

133. Francisco Andrade. Entrevista citada.

134. Antonio Martins. Entrevista citada.

135. Idem.

Em grande parte, a responsabilidade pelas reações negativas dos moradores foi a pressão que comerciantes, peixeiros e patrões exerceram sobre as comunidades. Ao sentirem seus laços econômicos, suas atividades e seus interesses ameaçados com a nova ordem ambiental e social proposta por Mamirauá, trataram de amedrontar sua clientela comunitária. Para estes setores, a intromissão de novos atores no cenário local significou a introdução de códigos de relação com as comunidades contrários aos habituais, ao clientelismo e paternalismo, que afirmavam o diálogo e a autonomia política. A relação tradicional é bem descrita por duas das lideranças:

*"Mas eu via também esse lado que as pessoas tinham esse medo. Por não conhecer e eram também muito influenciadas - eu também fui muito influenciado por políticos, por regatões, na época que tinha um monte de regatões, muito barco de pesca grande, que a bem dizer, eles bancavam essa parte. Eram regatões e peixeiros que bancavam esta parte econômica das comunidades. Era quem bancava isto - o regatão passava e vendia fiado, depois passava pegando a produção que tinha, o peixeiro arrendando lago, passava dando ranchinho, gasolina, alguma coisa assim. Isso influenciou muito na organização das comunidades"*<sup>134</sup>.

*"Eu tinha certeza que era assim. Estas histórias vinham de fora. Porque é assim, até hoje ainda é assim. Quer dizer, hoje não é mais assim, principalmente nas comunidades maiores e mais organizadas. Mas, na época, era mais assim. O comunitário era muito incomodado assim com essas pessoas que chegaram, até assim para ouvir, mas era muito influenciado por esse grupo de políticos, de pescadores e de comerciantes. Esse pessoal principalmente, que era os peixeiros e os comerciantes, eles sabiam que a coisa não ia ser boa para o lado deles. Então, eles influenciavam muito as comunidades fazendo a cabeça das pessoas em não aceitar, que o pessoal era isso (que ali era patrão, era conhecido). De qualquer maneira começava, uma comadre passava para outra, a outra comadre passava para outra. Não demorava a comunidade estava revoltada"*<sup>135</sup>.

*"Surgia daí mesmo (as histórias), até do comunitário mesmo aí do Barroso. Bem, outra que surgia mais era de peixeiro, não é, essas conversas. Eles passavam para as pessoas da comunidade, aí pronto, ficava com aquilo na cabeça: 'Isso é verdade o que vão fazer, o que eles estão falando é verdade mesmo', 'nós vamos ficar sem direito de nada aqui'. Muito de*

*peixeiro mesmo, não é? Não foi só um nem dois que chegaram lá com nós, que de primeiro não faltava mesmo peixeiro naquela imediação. Eles diziam: 'Rapaz, daqui mais uns tempos vocês não vão ter direito de pegar mais um peixe para vender aí, porque vai ser tudo do Mamirauá. Se vocês assinarem, vocês estão acabado, vão se acabar'. Aí o pessoal ficava naquela dúvida, uns pensava até de ir embora antes de tomarem tudo"*<sup>136</sup>.

Oscarina descreve com clareza a relação dos políticos com a população, ilustrando com o caso de uma comunidade no rio Solimões, com a qual esteve mais diretamente envolvida por força de seu trabalho, e cujas famílias foram, à época, diretamente influenciadas pelas autoridades do município. As dinâmicas sociais que regem estes segmentos se estendem às comunidades através de suas redes familiares, das amizades e do prestígio, da troca de favores e das relações econômicas, sendo também comuns nas demais localidades da região:

*"Porto Braga é uma comunidade atingida diretamente pela política partidária mesmo entendeu? De lá que teve o primeiro vice-prefeito, de lá que tinha vereadores, que tinham uma outra visão da coisa (...) Então, no primeiro impacto que chega a eles uma notícia dessas, as pessoas enquanto família, que Porto Braga é uma família só, eles se reportam para essas pessoas contando, e eles fazem a cabeça das pessoas: 'Não vocês não vão deixar, vocês não devem proceder assim, acreditar porque não é verdadeiro'. E o problema de Porto Braga é político mesmo, sabe? De sistemática política. Não é bem os moradores, mas as pessoas que representam politicamente eles tem medo de perder o poder"*<sup>137</sup>.

A população local não se arrisca a perder a condescendência e o apoio dos segmentos de prestígio e poder (por menor que seja a ajuda em termos materiais) tomando uma atitude ou decisão que os desacute. A força simbólica desta aprovação e a relação assistencialista e patronal são muito fortes na região, sendo quase impossível para as comunidades romperem este círculo, traindo seus "protetores". É difícil para os moradores se imaginarem sem o suporte de comerciantes, políticos e de qualquer pessoa que considerem economicamente mais favorecida ou socialmente superior, pois só a estes resta recorrer nas situações de precariedade. Esta dependência é recíproca pois, se de um lado os moradores não abrem mão desta relação, de outro, as parcelas

136. Antonio A. Mendes. Entrevista citada.

137. Oscarina Martins. Entrevista citada.

138. Antonio Martins. Entrevista citada.

139. Idem.

mais favorecidas não querem se arriscar a dividir sua clientela com outras. Esta relação é percebida e expressa de forma contundente:

*"O que eu via era o seguinte, mais no início eu via mais isso: Que os políticos, eles não davam a mínima para Mamirauá. E até porque, eu pensava que era assim: se a gente ficasse assim apoiando o Mamirauá – e talvez eu não tinha isso na mente, agora que eu penso isso – eles tinham com eles que era uma empresa, uma inscrição não sei o quê, que ia se implantar aqui com o apoio das comunidades e ia reforçar esse movimento. E com certeza ia implicar no trabalho político. Ia conscientizar mais as pessoas, não é? Enquanto que eles não davam a mínima para as comunidades, por isso. Que a gente tem o exemplo do Jarauá, que tinha essas pressões de peixeiro de todo canto das cidades vizinhas, das grandes cidades. E a gente apelava para os políticos, para prefeito, para vereador para ver que providência que seria tomada e nada, nada, nada eles faziam não é? Mas, quando a gente falava que Mamirauá estava fazendo proposta, que foi criada até uma Reserva ali, que trabalhava com as comunidades, eles falavam que não havia motivo, que não conheciam esse pessoal (...) Então eles não estavam nem querendo apoiar o Mamirauá e nem querendo que as comunidades apoiassem"<sup>138</sup>.*

E conclui: *"O que eu vejo é que muitos políticos, eles achavam mais o lado político mesmo, de manter o eleitorado"<sup>139</sup>.*

De forma consciente ou não, a pressão que estes segmentos exerceram sobre a população mais dependente e pobre repercutiu marcadamente na resistência com relação às novas propostas de desenvolvimento e de interação social. Mesmo depois de já terem aderido ao projeto de criação da Reserva colaborando com a consulta e com os diagnósticos iniciais realizados pelas equipes, algumas comunidades e moradores recuaram e se desmobilizaram em graus diferentes, por força desta influência. No início, principalmente, a pressão destas parcelas da população contribuiu para agravar as dificuldades de compreensão e de aceitação da Reserva, causaram insatisfação e embaraço, expressos no constrangimento da população diante da consulta comunitária, na recusa dos moradores em dialogar com as equipes, no silêncio nas reuniões, na sonegação e distorção de informações durante os levantamentos de campo, etc. A liderança dá a sua opinião:

*“Então era isso, essa forma de não contribuir dando informações, assinando alguns papéis, respondendo às questões. Era a maneira que eles achavam que foi imposta por pessoas de fora, por pessoas influentes, comerciantes, regatões, políticos mal informados não é? Colocaram neles dizendo para eles não responderem perguntas, para eles não assinarem papel e não darem a palavra lá e nem confiança para eles, para o macaqueiro. Então, essa foi a forma que eles achavam de se defender do Projeto, mas foi uma forma também que foi imposta”<sup>140</sup>.*

140. Oscarina Martins. Entrevista citada.

141. BARREMEN, 1990. GOFFMAN, 2001.

## SENTIMENTOS E EXPECTATIVAS CONTRADITÓRIOS

Apesar da desconfiança inicial, a perspectiva de contar com auxílio material de mais uma instituição que chegava na região despertou sentimentos contraditórios na população. Ainda que descontentes e defensivos, nas situações mais informais, os moradores arriscaram investidas no sentido da aproximação com as equipes, externando opiniões e atitudes que supunham ser esperadas pelos interlocutores (Barremen, 1990; Goffman, 2001)<sup>141</sup>. Era comum, durante a permanência das equipes nas comunidades, os moradores oferecerem um produto local, retribuindo a uma gentileza ou agrado dos visitantes, mas também, na certeza de merecerem uma recompensa. Agradando os novos visitantes almejavam a chance de um favorecimento pessoal.

A simples permissão para as equipes realizarem uma reunião ou para o próprio contato com a localidade por parte das lideranças ou moradores responsáveis, poderia significar algum proveito para estes e seus familiares, que externavam seus pedidos após o término das atividades e reuniões, e nas oportunidades em que ficavam sozinhos com os visitantes. Estes, passaram a ver tais atitudes com reserva, pois os anfitriões, não raras vezes, fizeram fila em frente aos barcos com suas ofertas e pedidos, ou então compareceram, dias mais tarde, ao escritório do Projeto Mamirauá em Tefé em busca de alguma recompensa, conselho ou auxílio. Desta forma, os integrantes dos programas sociais e demais equipes de campo passaram a ser mais cautelosos nos contatos com as comunidades. Na confiança de amenizar tais expectativas, evitaram fazer promessas que decepçõessem os moradores e concorressem para o descrédito do Projeto; adotaram critérios para a conduta das equipes e tripulação dos barcos (que não raramente possuíam conhecidos nas localidades), orientando as trocas (colaborações em rancho); evitaram fazer doações individuais fortuitas; insistiram no diálogo, deixando claro os objetivos dos contatos, etc..

As abordagens à população tiveram que ser repensadas, pois enquanto os moradores alimentaram esperança de receber benefícios pessoais e materiais em troca da sua adesão, também se agravaram, em decorrência do contato, situações comuns de disputa interna. Famílias favoráveis, ao autorizarem as atividades nas comunidades, disputavam localmente o prestígio com outras, rivais ou menos satisfeitas com as idéias da Reserva, que por não terem sido contatadas primeiramente, se sentiam menosprezadas. Por mais que as estratégias de atuação social das equipes do Projeto Mamirauá buscassem não interferir nos assuntos internos das comunidades, esta foi uma tarefa quase impossível, levando-se em conta as disputas entre os moradores, as desavenças de interesses e também as diferenças acadêmicas e pessoais de condutas entre as próprias equipes.

Especialmente as visitas e reuniões do período inicial passaram a obedecer, após os primeiros desentendimentos, a um ritual sistemático. As atividades, assim como as reuniões e, em alguns casos, até as conversas mais informais, só foram realizadas com o consentimento do representante comunitário reconhecido pelo grupo e dos moradores envolvidos em particular. Desde o desembarque nas localidades, os membros das equipes passaram a se apresentar e esclarecer os objetivos da viagem para não dar a impressão que a comunidade fosse alvo de alguma manipulação quanto à identidade das equipes ou do Projeto, quanto ao registro não autorizado dos dados de campo. Todo o planejamento das programações com a comunidade e qualquer outra providência ou decisão de trabalho envolvendo as comunidades (como escolha de guias e mateiros, informantes) passou a ser feito, de preferência, com o maior número de moradores possível para que a maioria pudesse opinar e respaldar as decisões. Mesmo assim, foi difícil assegurar a participação e satisfazer a todos.

Conquistar a confiança das comunidades através do diálogo, evitando criar ilusões ou ceder à pressão dos pedidos de assistência material foi um desafio que exigiu fôlego das equipes e, por outro lado, causou certa frustração às comunidades. E constituiu-se, a partir daí, num exercício constante entre os integrantes do Projeto Mamirauá, pois a atitude de moderação nas doações podia ser interpretada pelos moradores como desfeita ou descaso para com a sua situação de penúria, diminuindo as chances de estabelecer relações amistosas pelos padrões locais. Durante os primeiros contatos, foram insistentes os pedidos, as listas de material, a exposição das fragilidades das

comunidades, as cobranças, as queixas dos moradores contra os desmandos de representantes institucionais, autoridades, contra os abusos de vizinhos e exploradores, e a solicitação para que as equipes intercedessem. O não atendimento das demandas comunitárias era sempre um constrangimento e precisava de boas justificativas. Estas atitudes deixaram claro, desde cedo, como seria difícil conquistar a confiança de uma população acostumada ao assistencialismo e que ansiava por atenção e atendimento. Foi um risco que se decidiu correr ao se contrapor aos códigos vigentes. A nova dinâmica de convivência era totalmente desconhecida para a população.

O momento inicial da implantação das atividades, portanto, foi marcado por esta ambivalência de sentimentos dos moradores, de desconfiança e, ao mesmo tempo, de expectativa de alcançar benefícios materiais com a adesão às propostas do "Projeto". Esta situação exigiu um amadurecimento e disposição das equipes para esclarecer incessantemente os objetivos e dúvidas dos moradores, para muitas das quais não se tinha uma resposta afirmativa. Mesmo as comunidades consideradas mais organizadas e as lideranças mais preparadas, ficaram divididas. A carência de recursos e, em certo sentido, o receio de que a regulamentação da área limitasse a capacidade produtiva dos moradores criaram uma situação de ansiedade. As expectativas pessoais tiveram duas vertentes: aquelas de cunho material - fosse com as possibilidades de remuneração direta, emprego ou atendimento para toda sorte de necessidades (equipamentos, combustível, remédios, roupas e serviços médicos) como recompensa ao apoio dado às propostas; e aquelas reações de pura apreensão e consternação. Mesmo os que apostaram na experiência, alimentaram incertezas com relação às consequências da efetivação da área para as atividades cotidianas e para a permanência dos moradores na área:

*"Depois dessa reunião que a gente fez, aí a gente fez um trabalho na comunidade, reunimos com todo mundo para pedir mesmo. Aí, a gente fez uma carta aberta, falando assim das necessidades da comunidade. Aí, essa carta eu levei para Alvarães (...) passou para mão do prefeito, de alguns vereadores, de algum movimento que tinha, de algum comerciante (...) que eu conhecia e pedia que eles assinassem aquela carta. Ali era um projeto que contava um pouco o relato desse trabalho que vinha sendo feito. Aí falava das necessidades das*



142. Antonio Martins. Entrevista citada.

143. Idem.

*comunidades e aí concluía assim com o apoio das autoridades, dos comerciantes, para entregar para o Mamirauá (...)."*<sup>142</sup>.

*"(...) Essas pessoas que tinham em algumas comunidades, que já tinham feito algum curso junto à Igreja, como catequista, animador de setor, já tinham um pequeno trabalho de preservação de lagos, orientado pela Prelazia. Então, eles já entendiam um pouco o que era a finalidade do trabalho de Mamirauá. Agora, eles queriam saber o quê que significavam esses benefícios, o que Mamirauá ia dar, se tinha alguma coisa em benefício disso. Eu via mais as pessoas se voltar mais em querer que Mamirauá fizesse as coisas, não é? Tinha muito assim, de as pessoas pedir escola, trabalho, agente de saúde, voadeira, essas coisa assim. Achavam que o Mamirauá estava ali fazendo trabalho político (...)"*<sup>143</sup>.

Mesmo para as lideranças comunitárias mais familiarizadas com os movimentos de organização e preservação, a nova ordem proposta causou especulação. Os simpatizantes aspiravam emprego, transporte ou qualquer coisa que pudessem conseguir trocando favores. Ao mesmo tempo em que alimentaram estas expectativas, os moradores que concordaram com as propostas de preservação, em muitos momentos, sofreram também pressões dos segmentos antagonistas, sendo desafiados e até ameaçados por isto. Quando exerciam funções como a fiscalização da área e o monitoramento da organização comunitária foram hostilizados pelas parcelas internas rivais e enciumadas. O líder de Jarauá narra que foi acusado pelos moradores da sua comunidade de "adular" o Projeto pelo fato de que, no período, as pautas das reuniões concentraram-se em assuntos ligados à implantação da Reserva:

*"Até porque, no início era assim. Depois que algumas comunidades começaram a participar mais diretamente, foram conhecendo mais. Aí, o que aconteceu? Até comigo aconteceu isto. Tinha comunitário que achava que a gente era puxa saco, que a gente já estava puxando saco do Mamirauá. Aí começava aquele negócio. Eu lembro que estava fazendo uma reunião lá na comunidade, eu fazia reunião e começava falar do Mamirauá. Aí, não demorava, chegava um papelzinho....vinha assim, escrevia num papelzinho... passava circulando nas cadeiras até chegar onde eu estava não é? Um papelzinho dizendo assim, alguma coisa. Eu me lembro que as vezes falava assim: 'Por quê que toda reunião só fala de Mamirauá?' Aí, outras*

*vezes falavam assim: 'Quanto está ganhando para falar do Mamirauá?' Era todo o tempo... Porque, na época, eu tinha interesse de falar mais disso, para que as pessoas também, o nosso grupo fosse aumentando, as pessoas que estavam interessadas(...)''<sup>144</sup>.*

144. Antonio Martins. Entrevista citada.

## AS PRIMEIRAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Quando os idealizadores do Projeto Mamirauá começaram a atuar na região, já existia entre as comunidades a prática de realizar reuniões comunitárias, encontros de setor e assembléias gerais. Como já se viu, este costume teve origem no modelo religioso-administrativo introduzido na região pela Prelazia de Tefé. A Assembléia Geral, por sua vez, é a instância máxima de decisão que reúne, anualmente, desde os representantes comunitários, agências locais, parceiros institucionais e membros das equipes de trabalho do Instituto Mamirauá. Com exceção da primeira assembléia, realizada em Uarini, da segunda e oitava que ocorreram em Alvarães, todas as outras aconteceram na cidade de Tefé, por ser a cidade que oferece as melhores condições para abrigar eventos de maior porte, além de ser a sede do Instituto Mamirauá.

Desde 1998 as Assembléias Gerais realizam-se no mês de março, normalmente entre sexta-feira à noite e domingo. A média anual de representação comunitária durante os anos que corresponderam ao período de 1993 a 2003 foi de 35 comunidades e 90 representantes por reunião aproximadamente. Mais de cem pessoas, entre lideranças comunitárias, autoridades, instituições locais e parceiras costumam passar por estes encontros todos os anos para debater seus interesses, afirmar suas posições e conhecer as propostas envolvidas. Os interessados se encontram frente à frente para colocar suas questões e justificar suas atitudes. É a ocasião para realização de contatos pessoais e inter-institucionais, para o acordo e a aproximação. É um momento de confronto de posições, mas também de entendimento, de grande confraternização entre os participantes, de comensalidade, de narração de casos e piadas, de entoação dos cânticos da luta popular de preservação de lagos.

Representam, ainda hoje, um espaço de debate e tomada de decisões, quando todos os interesses e idéias são apresentados e discutidos conjuntamente entre os envolvidos. Lideranças comunitárias, agências locais, autoridades municipais, parceiros de cooperação técnico-científica e institucional, gestores, financiadores do país e

do exterior, membros das equipes executoras e diretoras e o público em geral, são convidados a se reunir para discutir as questões ligadas a concretização da Reserva. É o fórum de negociação das propostas de manejo, de acerto quanto à participação das comunidades, de pronunciamento dos representantes institucionais, de avaliação dos compromissos assumidos pelos moradores e de apreciação dos resultados alcançados com as pesquisas e ações sociais desenvolvidos. É a oportunidade de definir o papel de cada um para o período que se segue e de expressar as expectativas e opiniões. São importantes espaços para relatar o andamento dos acordos firmados entre os participantes e de votar medidas de regulamentação. As assembleias são o espaço aberto, por excelência, para o debate direto e a oportunidade para se informar sobre os progressos com as ações do Instituto Mamirauá.

Na parte de preparativos, o acontecimento é cercado de muita animação, envolve longas viagens dos representantes comunitários até os locais dos encontros, exigindo planejamentos detalhados das equipes sociais. Estas últimas, aguardam o momento para negociar suas propostas com todas as comunidades reunidas e contam com o seu apoio para votar medidas de salvaguarda da área, obtendo o reconhecimento público para os esforços de mobilização popular e para os resultados obtidos com as atividades de desenvolvimento social comunitário e as investigações científicas.

Pela concepção original dos idealizadores e coordenadores dos programas sociais de Mamirauá, as assembleias, assim como a gestão da área de modo geral, devem ser, no decorrer do processo, abraçadas pelos moradores, constituindo-se num evento genuinamente comunitário. Apesar desta intenção, foi preciso, no período inicial, um forte estímulo e investimento por parte dos gestores e executores até que estes eventos comessem a fazer parte, efetivamente, do universo político das comunidades. Hoje, a sua realização conta, cada vez mais, com a participação dos comunitários e, tanto as atividades preparatórias quanto a condução do evento propriamente dito, se transferem gradualmente para os assistentes locais, lideranças comunitárias e moradores da região, que se capacitaram ao lado das equipes do IDSM para assumir este papel.

As assembleias tem sido o palco, durante todo o processo de efetivação da Reserva, de importantes acertos com relação à definição do modelo político de participação das comunidades e do manejo da várzea. O primeiro mapeamento da área; a redefinição das categorias de lagos e dos critérios para sua identificação e utilização; as primeiras

discussões sobre as normas de pesca e extração de madeira; a aprovação da pesca das cidades próximas ("área de sedes"); a definição das responsabilidades dos usuários, a identificação das dificuldades de organização, de mobilização e de cumprimento das obrigações assumidas pelas comunidades; a questão da representatividade e as dificuldades para obediência às normas de manejo e implementação das medidas de punição aos infratores foram, entre outras, questões discutidas nos primeiros grandes encontros<sup>145</sup> e assembleias gerais.

Outros assuntos discutidos a partir da assembleia geral de 1997, para mencionar apenas alguns mais importantes, foram: a aprovação final do Plano de Manejo na V Assembleia Geral, quando os impasses da primeira rodada de reuniões com as comunidades foram revistos e votados; a eleição de uma política de ocupação para ordenar a permanência e a exploração dos recursos da área por novos moradores ou pessoas de fora (VIII e IX Assembleias Gerais de 2001 e 2002); o regimento interno das assembleias (IX Assembleia de 2002) que estabeleceu a participação e o voto dos representantes. Além destes, todos os anos, as assembleias tratam de questões que preocupam os moradores e as equipes, os conflitos de lagos, as dificuldades de fiscalização e de efetivação de acordos e apresenta novas propostas de parcerias.

O primeiro Plano de Manejo foi concluído em 1995, depois de ser discutido separadamente com cada um dos setores de comunidades da Reserva, abrangendo um total de mais de duzentos representantes comunitários. Após 18 meses, foi finalmente aprovado pela V Assembleia Geral, realizada em Tefé, em outubro de 1997. Nela, os impasses que dificultaram a aprovação final do Plano de Manejo para a Reserva (como o uso de malhadeiras, cuja proibição importaria restrições econômicas às comunidades, não aceitas por elas; diferenças entre a legislação ambiental federal e as normas propostas para a área no tocante ao período de defeso de espécies de pescado; a suspensão da área de manejo especial de jacarés, sugerida na primeira versão, entre outras) foram debatidas e os acertos finais foram feitos.

### A importância dos primeiros encontros

Um grande encontro de moradores realizado na Boca do Mamirauá, em setembro de 1992, precedeu e serviu de ensaio para as assembleias posteriores e esboçou o modelo de participação e representação a ser adotado pelas comunidades. O sistema

145. Aqui utilizo os termos "primeiras reuniões" ou "primeiros grandes encontros" para me referir aos eventos que ocorreram antes da definição final do sistema político de representação dos usuários da Reserva. O modelo, que começa a ser pensado em fins de 1992, com o I Encontro da Boca do Mamirauá, se configurou finalmente em julho de 1993, com a realização da II Assembleia de Alvarães quando, praticamente, todas as instâncias de decisão já estão definidas (reuniões comunitárias, setoriais e assembleias) e as divisões políticas da Reserva são finalmente configuradas, nomeadas e oficializadas.

se definiu gradualmente nas três reuniões que se seguiram – duas de rios (Japurá e Solimões) realizadas em 1992 e a I Assembléia Geral de Uarini de 1993. Além de informar a existência de mais usuários e a intensidade de suas atividades na área, o primeiro encontro definiu o papel das comunidades nas atividades de preservação, na “conscientização” e fiscalização, e proclamou a expectativa dos moradores de receber apoio das autoridades perante as responsabilidades que se propunham assumir. Chegou também a indicar nomes de representantes comunitários e agendar as datas e os locais dos dois encontros seguintes, que reuniriam as localidades pertencentes a cada um dos rios, Solimões e Japurá. Nos encontros dos rios, as comunidades refinaram as idéias elaboradas na reunião anterior (discutindo os critérios para a constituição dos setores, nomeando-os, apresentando os representantes comunitários e dos coordenadores setoriais eleitos); repassaram os resultados com as discussões dos temas de pauta do I Encontro e transmitiram aos presentes sua experiência de participação. Um trecho do documento assinado pelos representantes ao final da reunião da Boca do Mamirauá, resume os temas discutidos e as preocupações das comunidades presentes:

*“Em reunião realizada nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 1992 na comunidade de Boca do Mamirauá, os representantes de comunidades presentes identificaram seu papel na fiscalização da Reserva para o qual necessitam do apoio de entidades não governamentais e instituições governamentais acima requeridas. Ratificaram também seu papel e interesse na preservação dos recursos naturais da reserva frente principalmente aos abusos cometidos por empresas de pesca e exploração de madeira que tem continuamente depredado a área, afetando diretamente as condições de subsistência de sua população e ameaçando a integridade biológica desta Estação Ecológica que tem como objetivo principal a conservação e preservação do meio ambiente de várzea. Por fim, os presentes identificaram como fundamental a conscientização da população da região em geral da necessidade de partilhar seus objetivos de conservação e preservação.”*

*Boca do Mamirauá, 13 de setembro de 1992.*

Nas I e II Assembléias, realizadas respectivamente em Uarini e Alvarães, iniciaram-se as discussões sobre os critérios de escolha, classificação e utilização dos lagos comunitários, e começou a ser pensada uma forma de regulação das atividades extrativas (pesca e madeira). Estes encontros foram importantes para dar ao público uma mostra do tipo de contribuição proposta aos usuários e segmentos locais<sup>146</sup>. Representantes comunitários e setores locais presentes a estes encontros começaram a perceber, conforme suas próprias palavras, que “a lei ia partir dos moradores”, da manifestação dos interesses e dos conhecimentos da população sobre a área.

Aos poucos, o mistério que envolvia estas reuniões foi se dissipando. Na primeira assembléia, o direito de pesca das cidades vizinhas na Reserva começou a ser pensado, ficando assegurado o estabelecimento de uma “*área das sedes*” mediante a contrapartida das instituições locais e associações de pescadores de fazerem uma proposta de uso da área (Reis, 1994)<sup>147</sup>. As tentativas de acerto em torno da atividade dos pescadores das cidades prosseguiram nas assembléias seguintes até que, em 1997, a V Assembléia Geral, interrompe este processo, eliminando temporariamente a *área de sedes* da Reserva. Ao constatarem-se os freqüentes impasses na negociação entre as comunidades e a Colônia de Pescadores, as dificuldades de fazer cumprir os acordos firmados e a sobreposição dos lagos inicialmente indicados para a pesca das cidades com a *zona de preservação total*, apontada pelos pesquisadores como essencial para o sucesso do manejo, este acordo teve que ser suspenso. Mais tarde, na VI Assembléia de 1999, este direito foi novamente aprovado e as negociações da Colônia de Pescadores de Tefé e Alvarães com os setores de comunidades que assim se dispunham foram reabertas para eleger outras áreas de pesca<sup>148</sup> para as sedes municipais

### O modelo político de participação

O modelo político de organização idealizado pelas comunidades presentes ao Primeiro Encontro da Boca do Mamirauá, em 1992, configurado definitivamente até a II Assembléia Geral de Alvarães do ano seguinte, teve nítida influência do trabalho dos missionários católicos iniciado nos anos sessenta. Como se viu anteriormente, este modelo se afirmou nos anos 80 com o movimento de preservação dos lagos.

146. Atas das I e II Assembléias Gerais de Uarini e Alvarães. Manuscritos, IDSM, Tefé, 1993.

147. Relatório de processo de negociação com a Colônia de Pescadores. Manuscrito IDSM, , Tefé, novembro/1994.

148. Este processo está registrado em relatórios de membros do IDSM que acompanharam as negociações e discussões ao longo do período, principalmente os de Marise Reis (1994), Paulo Roberto Souza e João Paulo Viana (2000).

Já familiar à região e fazendo parte do cotidiano dos moradores, este padrão influenciou os usuários da várzea de Mamirauá na escolha do modelo de representação e organização que desejavam para discutir seus interesses na regulamentação da área. O modelo funcionou de forma flexível, horizontal e igualitária, permitindo a participação aberta e o voto de todos os participantes. Foi assim definido: as comunidades são as menores unidades políticas da área e se reúnem internamente uma vez por semana, sob a coordenação dos seus presidentes e representantes comunitários (que pode ser ou não a mesma pessoa) para discutir suas propostas e problemas; unidades maiores, denominadas de setores, que se constituem de grupos de cinco a treze agrupamentos próximos de usuários da Reserva, se reunindo de dois em dois meses para discutir os assuntos levantados nas reuniões comunitárias ou no próprio setor; e finalmente as assembléias gerais anuais que reúnem todos os setores de comunidades com seus representantes comunitários e setoriais. Duas lideranças denominadas de representantes comunitários, eleitos por localidade; dois comunitários chamados coordenadores de setor, indicados para articulação de cada setor e por representá-lo nas instâncias de decisão são responsáveis pela mobilização dos moradores no processo de participação.

As reuniões comunitárias semanais e os encontros bimensais de setor acontecem normalmente, assim como as assembléias, durante os finais de semana e neles são discutidos assuntos de âmbito interno da comunidade ou do setor. As assembléias setoriais são o espaço de debate dos problemas daquele grupo de comunidades vizinhas, onde as experiências comunitárias e as decisões das assembléias são transmitidas para os demais moradores. Cabe a elas repassar e reforçar as decisões das assembléias gerais, aprofundando a discussão dos temas com as comunidades, confirmando e divulgando as agendas e planejamentos. Numa via de mão dupla, também aos setores cumpre a função de defender as propostas das comunidades nas assembléias gerais. A gama de assuntos tratados nestas reuniões é bem variada, pois neles também se busca a solução para todo o tipo problema particular que atormenta a comunidade como doenças, brigas, bebidas, ajuda para as famílias recém chegadas, trabalhos coletivos, etc.

Inicialmente, as assembléias foram programadas para ocorrer duas vezes ao ano, em locais e datas previamente agendados. Em 1993 foram realizadas duas assembléias gerais, a de Alvarães e a de Uarini. O desgaste e o custo com a realização deste evento,

o pouco tempo disponível para o amadurecimento das discussões e concretização dos compromissos e, ainda, a inviabilidade para se realizar a avaliação dos resultados alcançados fez esta frequência ser repensada. Em julho de 1993, a II Assembléia Geral de Alvarães decidiu que, a partir de 1994, os encontros seriam anuais.

As comunidades escolhem seus representantes através do sistema de eleição, que pode ser aberta ou secreta. A indicação também é válida como forma de seleção de nomes, e o indicado tem o direito de aceitar ou não o cargo. Poucos são os que permanecem por muito tempo nas funções e a rotatividade que se verificou no início foi bastante expressiva.

Em seu aspecto positivo este sistema político favorece a participação ampla, pois está livre da hierarquização. A existência dos cargos – presidente e representantes comunitários, coordenadores de setor – não impede os demais participantes destes encontros de se expressarem, de ajudarem nas tomadas de decisão e de votarem. Nas assembleias setoriais e gerais qualquer usuário ou visitante pode dar sugestões, levantar suas preocupações e temas para discussão, expor sua opinião, submetendo-a à avaliação da plenária. Dessa forma, até 2002, puderam opinar e votar nas assembleias todos os representantes eleitos e participantes em geral, igualmente a qualquer outro morador ou interessado. Na prática, o sistema eleito pelos usuários de Mamirauá funciona de maneira flexível e livre de uma hierarquia restritiva ou excludente. A partir de 2002, com a necessidade de rediscutir os direitos de representação e de voto das comunidades, assim como das agências gestoras e equipes do Mamirauá nas grandes assembleias, a forma de participação foi revista. A VIII Assembléia Geral realizada em Alvarães, em março de 2001, lançou a discussão sobre o imperativo de regular estes direitos. No ano seguinte, os presentes à IX Assembléia aprovaram o regimento interno mantendo a abertura de participação, porém, restringindo o voto aos representantes comunitários, associações ou grupos organizados de usuários, designados previamente pelas comunidades.

A estrutura representativa eleita pelos usuários de Mamirauá durante estes anos, esteve caracterizada pela abertura e flexibilidade, o que facilitou a participação sem constrangimentos. Porém, ela sofreu de algumas limitações. A falta de preparo das lideranças, as dificuldades comunitárias de lidar com as contradições internas, de trabalhar segundo critérios institucionais, foram observados e discutidos coletivamente com base na experiência acumulada pelos protagonistas deste processo participativo.



## Expectativas e tensões

Os primeiros grandes encontros e assembléias gerais foram cercados de grande ansiedade e dubiedade de expectativas por parte dos participantes. Além do desejo de viajar e de se divertir, de conhecer pessoas novas que os poderiam apoiar nos seus problemas, os representantes comunitários esperavam poder, na volta para suas localidades, levar alguma “*notícia boa*”. No fundo, muitos representantes alimentavam um enorme sentimento de incerteza quanto aos acontecimentos e temiam ser pressionados para acatar propostas mal vistas.

Outra expectativa muito forte na etapa inicial foi de que as assembléias e encontros com as equipes do Mamirauá fossem resolver todo o tipo de problemas das comunidades. Funcionando como uma válvula de escape para a população que não tinha como se fazer ouvir, as assembléias funcionavam como espaços de desabafo e cumpriram o papel de interlocução e esclarecimento. Os representantes comunitários traziam à tona questões como a falta de assistência das populações locais, as dificuldades de abastecimento das cidades, a falta de recursos das instituições, a precariedade dos serviços municipais, e até a fome. As disputas entre os segmentos sociais locais, a falta de condições das instituições para realizar suas tarefas e atender a população satisfatoriamente. Todas estas questões não possuíam outros canais de expressão e eclodiam nestas ocasiões. As assembléias eram vistas com uma chance para tocar em temas controversos, responder acusações, reivindicar direitos, identificar conflitos de diversas ordens e esclarecer funções e responsabilidades dos órgãos locais. Era a ocasião para os representantes das instituições explicarem suas atividades e procedimentos. Muitas vezes, estes temas precisaram ser esgotados até os ânimos se abrandarem, até se tornar claro o papel das assembléias, e a necessidade de abrir canais de diálogo nas esferas de classe, político-administrativas, partidárias, institucionais, ficou evidente.

Nos primeiros encontros e assembléias os participantes não sabiam exatamente o que esperar uns dos outros. Algumas comunidades temiam que a participação de seus representantes colocasse em risco a sua integridade física ou repercutisse de forma prejudicial aos moradores. Acreditavam que os representantes que comparecessem aos eventos seriam ameaçados, ou que a sua simples presença poderia afetar a permanência

das comunidades na área decretada. Receavam pelos compromissos por assumir e pela segurança das lideranças.

Bem ilustram estas preocupações, os trechos do depoimento de um representante do município de Uarini, ex-membro de uma comunidade usuária, presente à primeira reunião de rio que ocorreu após o I Encontro da Boca do Mamirauá, ambos em 1992. O representante expressa a surpresa com a situação de tranquilidade que encontra no evento, em contraste com o clima de apreensão que tomou conta de sua comunidade ao saber da confirmação de sua presença.

*"Lá no Mamirauá não tem quem entre, nem para tirar comida!. O pessoal do Mamirauá foi embora' (...) Essa foi a conversa que a minha mãe assistiu agora quando ela veio de Tefé. (...) O pessoal da comunidade deste rapaz aí, que eu to até admirado de tá falando aí..porque diz que lá já não existia mais ninguém. Já tinha ido tudo embora para Tefé. Essa foi a conversa. (...)”(Vereador de Uarini, Encontro do Rio Solimões, 1992)*

*(...)“Para mim esta sendo assim surpresa. (...) Agora, quando eu saí de lá o pessoal fica dizendo: ‘Meu Deus do Céu, para que nós elegemos o fulano. Nós ajudamos ele e agora o que ele vai fazer, ele vai participar do Projeto né?’. Ficaram dizendo isso, sinceramente.”(Idem)*

Ao mesmo tempo, o vereador cobra uma atitude mais ativa dos representantes comunitários e autoridades municipais no sentido de participarem dos eventos e buscarem informações para esclarecer e tranquilizar os moradores com relação aos boatos e estórias.

*" (...) Agora, eu acredito que também o presidente da comunidade, o catequista, as autoridade maior, eu acredito que eles tem culpa nisso porque eles não entram, eles não se entende. Não que eu queira ser melhor(...)Eu já fui presidente três vezes na comunidade de Porto Braga. Eu participava das reuniões dos encontros, eu partia para luta, eu era mandado pela comunidade". (Encontro do Solimões, 1992)*

Os primeiros encontros foram envoltos numa atmosfera de apreensão e dúvida. Tanto representantes comunitários quanto autoridades dos municípios vizinhos, desconfiados dos verdadeiros interesses do Projeto e de seus

executores, especulavam sobre os benefícios futuros que lucrariam ao dar seu apoio, mas também sobre as consequências que trariam para as suas atividades na Reserva. Questionavam desde a localização física da Reserva nos municípios, as fontes de financiamento, procedência dos seus idealizadores e membros das equipes, e sobre os benefícios para os cofres públicos em colaborar com as ações propostas. Procuravam não se precipitar assumindo uma postura definitiva, e se preveniam de apoiar uma iniciativa desconhecida, que pudesse frustrar as expectativas da população num futuro breve. Apesar de enfatizarem a *"falta de informações"*, representantes das Câmaras de Vereadores e das prefeituras dos municípios vizinhos foram sistematicamente convidados pelas equipes de campo para discutirem as propostas do Projeto Mamirauá e para reuniões de aproximação. Entretanto, recusaram estas oportunidades, demonstrando pouco interesse ou não comparecendo.

Os mais céticos não acreditaram que a iniciativa vingasse, e temeram que seus interesses na exploração dos recursos fossem contrariados com criação da Unidade. Estes segmentos visaram, com as suas dúvidas e questões, desestimular o apoio das comunidades e da população às propostas de Mamirauá. Militantes do PC do B insinuaram o vínculo do Projeto com os interesses internacionais de exploração da Amazônia, transmitindo a mensagem que resumia, ao mesmo tempo, a postura duvidosa a *"favor do homem"* e o alerta com relação à ameaça estrangeira ao território e à soberania brasileira. As falas de dois vereadores, líderes na Câmara Municipal de Tefé, bem ilustram as posturas e preocupações dos políticos dos municípios da região.

*"(...) Nos tínhamos pouca informação sobre o Projeto. Estamos fazendo um projeto de estudo (...) Os vereadores receberam cópia do projeto, mas estamos preocupados com a questão ambiental, já começamos um primeiro seminário (...) Concordo que nos devemos proteger o meio ambiente, em função da humanidade.(...) "Eu, aqui estou, com objetivo de participar de tirar mais dúvida, para que eu possa sair deste debate, sair desta assembléia, com mais requisito, com mais base para que a minha opinião possa ser mais concretizada formalizada sobre o Projeto." (Vereador de Tefé, II Assembléia Geral, Alvarães, 1993).*

*"(...) Senhoras e senhores, o povo de Tefé, a câmara Municipal de Tefé, as pessoas de Tefé pelo convívio que temos com os municípios envolvidos na sua área, que eu considero imensa (...), nós realmente estamos ainda preocupados com essa situação, com o impacto que está acontecendo. Tenho certeza que estão sendo feito esforços muito grande de conscientizar estas comunidades. Espero que as comunidades não estejam sendo envolvidas por nenhum movimento que não seja um movimento honesto, mas que seja realmente aquilo que nos esperamos que a espécie humana seja preservada(...)". (Líder da Câmara de Tefé, II AG Alvarães, 1993)*

*(...) "Só queria registrar aqui, para finalizar uma preocupação que nós temos com aquelas pessoas, com aqueles organismos que através do discurso da defesa do meio ambiente, encontram interesses escusos, interesses alienígenas, interesses imperialistas. Porque a gente sabe que essa região é uma região há muito cobiçada pelos estrangeiros. Muitas ações já foram feitas visando ter posse dessa região, e nós do PC do B, partido do qual eu faço parte, nos temos essa preocupação consciente. Porque recentemente, por exemplo, (...) estão fazendo manobras militares próximo aqui na Guiana com objetivo de querer, de treinar suas tropas na selva e, no nosso entendimento, as forças armadas do país devem existir para resguardar a sua soberania e, portanto, é de se perguntar se os EUA tem algum vizinho de floresta tropical que possa gerar perigo de invadir o EUA. Porque estes treinamentos aqui próximo da região? (...) Então nós devemos estar atentos e unidos(...)". (Idem, IIAG, Alvarães, 1993)*

Normalmente, os políticos procuravam não demonstrar muito interesse e mantinham uma postura de aparente neutralidade diante do público justificava-se como um ato de ponderação, até que a concretização da Reserva comprovasse as verdadeiras intenções das equipes do Projeto Mamirauá. Na sua fala de abertura à II Assembléia Geral, o prefeito de Alvarães endossou as opiniões dos vereadores de Tefé, argumentando sua posição:

*(...) "Pois, por mais que ocorra a extinção de várias espécies, o homem com sua inteligência é capaz de encontrar alternativas para continuar sobrevivendo".*

Concluiu dizendo que:

*(...) "Não sou a favor nem contra o Projeto, aguardo apenas os resultados". (Prefeito de Alvarães, AG de Alvarães, 1993)*

Embora nos primeiros encontros as comunidades pudessem experimentar de forma prática o seu papel, sugerindo propostas de regulamentação e votando as decisões de seu interesse, as incertezas eram freqüentes, e permaneceram durante os primeiros anos de implementação da área. Muitos representantes de instituições, como os párocos, por exemplo, e alguns porta-vozes dos movimentos populares favoráveis às propostas de utilização sustentável, se mobilizaram francamente para que a população participasse e para que fossem esclarecidas suas dúvidas. Outros, entretanto, menos adeptos da permanência da Reserva na região, ao estimular a população a expressar seu descontentamento, torciam pela sua descontinuidade. A fala de um funcionário do IBAMA presente à II Assembléia, ilustra o sentimento de desconfiança e a desinformação que o público local transmitia aos representantes das instituições locais mais antigos na região. Ele incentiva os representantes a exporem as suas aflições, muitas vezes, só demonstradas nas ocasiões mais informais e reservadas.

*"(...)Então eu peço que as pessoas não se envergonhem de perguntar para realmente saber o verdadeiro significado do Projeto. (...)Pelo que eu observei pairam muitas dúvidas sobre o Projeto Mamirauá. Então essa é uma boa oportunidade para essas pessoas que tem realmente dúvida perguntarem às pessoas que compõe o Projeto" (...). (Agente do Ibama, II AG, Alvarães, 1993)*

Outro depoimento de uma liderança municipal presente à I Assembléia de Uarini, exprime a preocupação de algumas comunidades do rio Solimões quanto ao funcionamento da área. Iniciativas de preservação de lagos foram desenvolvidas pelas comunidades anteriormente à decretação de Mamirauá, apoiadas pela Igreja Católica e por outras entidades. Algumas lideranças comunitárias temiam que seus lagos de preservação e manutenção, guardados há anos, pudessem ser tomados pelos pescadores das cidades próximas, com o novo mapeamento da Reserva e a eleição de uma "área de

*sedes*". A eleição de lagos para os pescadores profissionais se, por um lado, tranqüilizou a população do entorno por afastar o medo do desabastecimento dos mercados urbanos e por garantir o meio de vida dos pescadores, conquistando a simpatia do público, por outro, preocupou as comunidades partidárias do *Movimento de Preservação de Lagos*, que recebavam ter o seu esforço de preservação de anos anulado com a liberação da pesca para os pescadores das cidades vizinhas:

*"(...) Assim, que os comunitários aqui do município, eles que já tem essa organização, que já fazem parte dessa organização, (do Movimento de Preservação de Lagos) eles tão preocupados com o seguinte: os lagos que eles já tem, vão continuar estes lagos, ficando para área de manutenção e procriação das comunidades, ou se depois da gente chegar a algum acordo com as cidades vizinhas vai fazer pesca nessa área que há onze anos as comunidades vem fazendo trabalho?"* (Liderança municipal e comunitária, I AG Uarini, 1993)

Para os representantes dos segmentos urbanos, a situação dos pescadores era preocupante e o debate originado na II Assembléia Geral demonstrou a falta de entendimento e diálogo com relação a um assunto importante que se arrastava (com a intensificação da pesca profissional dos grandes centros nos anos 80 versus as primeiras iniciativas de fechamento de lagos pela população do interior), tanto quanto se polarizava:

*"Os pescadores, que também são indivíduos, pessoas humanas, que neste momento parece que são os mártires dessa situação, nós também estamos preocupados com isso (...) o aspecto sócio-econômico dessa situação, que nos já vimos, na palavra do representante do Ibama, que já é latente, evidente, nos temos que nos preocupar com isso." (...) (Líder da Câmara de Vereadores de Tefé, I AG, Uarini, 1993)*

Após a aprovação da "*área de sedes*" na I Assembléia de Uarini de 1993, para uso dos municípios vizinhos, a discussão do tema veio à tona novamente na II Assembléia Geral de Alvarães, que se realizou cinco meses depois. Um acerto inédito foi proposto envolvendo segmentos de interesses tradicionalmente antagônicos, e que levantou questões de difícil avaliação e respostas quase nunca imediatas: sobre o tipo de pesca

a ser efetuada; sobre os equipamentos e barcos que seriam autorizados e a cota de exploração que seria permitida; sobre a capacidade de pesca destas áreas, quantos e quais lagos seriam liberados; sobre como dialogar com as partes e como fazer cumprir as normas, etc. Estas questões dão apenas uma amostra do tipo de processo que esta negociação desencadeou. A preocupação que afligia alguns setores e lideranças, uns de forma diversa de outros, relacionou-se aos critérios e normas que iriam ditar a pesca das cidades (em tese, dotadas de uma maior capacidade de pesca do que os pescadores comunitários) dentro dos limites da Reserva.

O representante da Associação de Pescadores de Tefé argumentou em nome da categoria contra a indisposição de algumas comunidades de acatar a pesca das cidades em seus lagos, lembrando que, se os comunitários buscavam os serviços municipais para satisfazer suas necessidades, era justo atender as demandas de abastecimento dos mercados urbanos e o provimento dos pescadores das cidades e de suas famílias.

*(...) "Para que se possa entender tem que haver essa relação das comunidades com as cidades porque, vamos dizer assim, o pessoal das cidades precisa do peixe, mas também o pessoal das comunidades precisa de outras coisas da cidade, né? Do atendimento médico, muitas vezes, precisa até de escola (...) essa relação da cidade com as comunidades já existe concretamente. Então é importante a gente considerar isso, tá certo? E não para a gente dizer fechar de vez, a Reserva vai ser fechada e não devemos permitir a pesca ou exploração dos peixeiros da cidade de Tefé, por exemplo. (...)" (Representante da Colônia de Pescadores, IIAG Alvarães, 1993).*

O coordenador do setor Jarauá, liderando um grupo de comunidades de uma das áreas de maior importância pesqueira, muito freqüentada por pescadores de fora, tentou formular a questão para ajudar os participantes e as comunidades na tomada de decisões:

*"(...) Eu vejo o seguinte: eu acho que o que o pescador, o que deve fazer é ter um acordo com a comunidade e o setor. Não é impedir de o pescador não pescar. Há necessidade de se pescar na área. O que tem que fazer é saber se a Colônia, os pescadores da Colônia concorda com a comunidade. A única dúvida que as comunidades tem é essa: de não concordarem*

*com as comunidades, com os tipos de utensílios que deve ser usado, porque estas não concordam que os pescadores prejudica os comunitários que pescam não é?. Só isso. Mas que pode ser usada a área de comercialização que é pelos comunitários que é a mesma área de comercialização dos pescadores não é? Mas tem este limite: quantia de barco e tipo de utensílio.” (II Assembléia Geral, Alvarães, 1993)*

Cada segmento usuário teve motivações sociais e econômicas particulares para reagir e manifestar-se à sua maneira com relação às novas propostas que a criação de uma área protegida na região impunha; razões que os predispunham a aceitar ou não os preceitos implícitos na criação do novo modelo de conservação e na estrutura política eleita. Por exemplo, a identidade diferenciada que começou a ser reivindicada à época por algumas comunidades indígenas com a ajuda de entidades missionárias e Ongs, foi o argumento para que certos grupos recusassem os espaços de participação escolhidos pelos demais usuários ribeirinhos da Reserva. Mesmo estando localizados dentro dos limites da área, vivenciando uma cultura, organização social e problemas similares, alguns deles, se recusaram a comparecer aos eventos promovidos pelo Projeto Mamirauá, reclamando canais políticos próprios. E, assim como outras parcelas da população, também estes tinham interesses diferenciados na exploração ou preservação dos recursos da várzea.

Estas resistências receberam da parte das equipes coordenadoras e executoras do Projeto Mamirauá um tratamento moderado, buscando o envolvimento, incentivando o diálogo e a aproximação, reconhecendo a participação dos presentes sem, no entanto, confrontar a decisão dos ausentes. Continuaram a ser convidados regularmente a somar esforços para a proteção das áreas comuns e a se aliar às ações de desenvolvimento social de interesse das aldeias. Destarte as recusas iniciais esporádicas de certos grupos, os representantes das organizações indígenas da região, a UNI, COLAB, instituições missionárias, como o CIMI, a FUNAI, normalmente enviaram seus representantes às reuniões.

O segmento evangélico, além da população residente no interior, era composto por parcelas de empresários urbanos, políticos e pequenos intermediários cujos interesses, não necessariamente, estariam favorecidos com as propostas de manejo sustentável da Reserva. Os representantes das várias igrejas evangélicas, pastores das



cidades vizinhas e dirigentes comunitários foram sistematicamente procurados. As comunidades protestantes foram estimuladas a realizar celebrações e liturgias próprias nas assembléias e nos encontros dos usuários de Mamirauá, com objetivo de que estes se tornassem espaços plurais e amplos de manifestação. Desta forma, abriram-se canais onde todos os setores puderam se manifestar e se fazer representar de acordo com seus costumes.

Não somente os setores locais mantiveram expectativas quando se aproximava o período de realização das assembléias. Responsáveis e apoiadores do Projeto Mamirauá esperavam ansiosos os primeiros grandes eventos. As cidades adjacentes à Reserva foram estrategicamente escolhidas para sediar as primeiras assembléias e outras atividades de ampla participação, como forma de sensibilizar e envolver a população urbana do entorno. Estes pequenos centros urbanos vizinhos concentravam grande parte dos setores desconfiados com a criação da Reserva, como comerciantes e pescadores que exploravam as riquezas da várzea. Os membros do Projeto Mamirauá, bem como seus parceiros e apoiadores se preocuparam, principalmente nestas ocasiões, com as manifestações dos segmentos contários. Inquietaram-lhes a articulação de protestos, o boicote das comunidades e outras formas de contestação mais hostis que poderiam ocorrer. Nos dias que antecederam estes acontecimentos de proporção, a onda de boatos sobre o esvaziamento do evento, as preocupações com a acomodação do grande número de comunitários, além de outros detalhes práticos, contribuíram para o clima de excitação.

A posição das prefeituras, autoridades locais e de algumas categorias profissionais foi sempre uma incógnita, e as equipes do Projeto não sabiam que tipo de participação esperar destes segmentos. Nestas ocasiões, as Paróquias de Uarini e Alvarães, na figura dos párocos Vicente Ferrero e Daniel Begüin, simpatizantes e aliados das propostas da Reserva se tornaram, ainda mais, uma referência essencial, repassando as experiências com as assembléias da Prelazia, transmitindo as expectativas da população e o clima nas sedes dos municípios e no interior. Principalmente nos primeiros encontros, o apoio moral e logístico destes missionários foi de grande significância. Fosse incentivando as comunidades a se expressarem, fosse disponibilizando a infra-estrutura das paróquias (auditórios, refeitórios, alojamentos), participando dos debates, realizando as celebrações e, acima de tudo, transmitindo confiança às comunidades, suas

contribuições foram capitais para os progressos obtidos nestes momentos. Acostumados a estes ambientes de trabalho e aos dilemas da região, estes padres estrangeiros influenciaram positivamente as comunidades e membros das equipes. Também as comunidades parceiras, através do apoio de seus representantes e lideranças às equipes de campo foram uma referência de valor.

Por ocasião das assembléias, os membros das equipes sediados em Tefé e em Belém, assim como os pesquisadores e colaboradores de outros lugares, precisaram se preparar e se entrosar para responder uma série de questionamentos da população sobre as propostas, o andamento dos trabalhos e a legalização da área. Foi importante as equipes manterem uma opinião coesa frente às cobranças de fiscalização, frente aos confrontos e desentendimentos internos das comunidades e quanto ao comportamento dos membros das equipes, assim como para dar respostas às questões de operacionalização da Reserva. Foi preciso responder aos pedidos corriqueiros de atendimento das carências dos moradores e dos municípios, que continuaram a ocorrer durante muito tempo, pressionando os membros das equipes. Foi preciso responder aos rumores de despejo dos moradores, de biopirataria e dos vínculos do Mamirauá com os estrangeiros. E torcer para que todos os integrantes do Projeto, parceiros e colaboradores, das mais diversas culturas, formações e convicções se “comportassem” bem diante das comunidades e instituições locais, inspirando confiança e simplicidade, respeitando os códigos e costumes da região.

Todos se preparavam, portanto, visando o esclarecimento, a informação e a aproximação com a população. Por esta ocasião, dados das pesquisas sociais eram reunidos para demonstrar a adesão das comunidades às propostas da Reserva e os benefícios do uso racional da área; resultados positivos com as intervenções sociais e com as parcerias com as instituições reconhecidas publicamente e outras formas de envolvimento eram minuciosamente organizados. Números que expressassem o esforço com as atividades desenvolvidas (reuniões, viagens, profissionais envolvidos, mapas de escolas contempladas, flutuantes instalados, ações preventivas de saúde, vacinas aplicadas, índices de saúde e alfabetização, cartilhas e material escolar distribuídos, lideranças comunitárias e fiscais capacitados e atuantes, comunidades beneficiadas, contratações, número de decisões comunitárias, atividades de fiscalização, parceiras firmadas), dados das pesquisas e do monitoramento dos mercados de peixe, que

indicavam a dependência da cidade com relação à Reserva, assim como inúmeras outras informações, precisavam estar sistematizadas e disponíveis. Os dados das intervenções sociais tiveram um papel preponderante para comprovar ao público a abrangência das propostas, que adotavam uma orientação mais ampla de conservação, na qual as populações locais, não só estão envolvidas, como são protagonista do processo desencadeado. Foram os momentos em que as estratégias de concretização da Reserva e os resultados com as pesquisas e ações sociais foram refletidos e avaliados internamente, constituindo-se em uma base decisiva para a apreciação popular. A atmosfera interna no Projeto Mamirauá foi, assim, nestas ocasiões, um misto de apreensão e excitação.

### Os convidados

Para as primeiras Assembléias Gerais foram convidadas todas as instituições atuantes nos municípios do entorno (Tefé, Uarini, Alvarães, Maraã e Fonte Boa), órgãos estaduais e federais que tiveram alguma participação ou interesse na criação e implantação da RDSM. Desta enorme relação fizeram parte, além dos representantes das agências locais, ministérios como o MCT, MMA; instituições de pesquisa como o CNPq, o INPA; agências de cooperação estrangeira tais como WWF, WCS, ODA/DFID; parceiros institucionais como IBAMA e SEMACT/AM, além de vários outros.

Instituições atuantes na região, como a FUNAI, EMATER (IDAM); UNI, COIAB, MEB, CPT, CNPT; Prelazia e Coordenação de Pastorais, Centro Adonai e Assessoria Jurídica; Brigada Militar, Colônia de Pescadores de Manaus, Tefé e Alvarães; Capitania dos Portos; Igrejas de diversas filiações; prefeituras e câmara de vereadores, secretarias municipais; delegacias de polícia; organizações de classe; rádios difusoras; escolas, associações de moradores, além de receberem convite, foram procuradas pessoalmente para se convencerem da importância de sua participação. Nos primeiros anos, além dos mais de cem convites distribuídos, mobilizava-se aproximadamente sessenta comunidades da área focal e algumas outras de fora da Reserva, preocupadas com a preservação ou interessadas em conhecer a experiência.

Muitos destes convidados, apesar do convite formal, não se fizeram comparecer nem justificaram suas ausências. Outros tiveram uma presença meramente figurativa, restringindo-se a um discurso no primeiro dia ou no encerramento. Excetuando-

se as instituições parceiras e co-gestoras e as agências com atuação mais direta nas comunidades, a maioria teve uma participação mais simbólica do que efetiva. O acompanhamento mais integral e crítico dos eventos ficou por conta de alguns financiadores, missionários, agências rurais, secretarias municipais interessadas em firmar convênios, e entidades cujos representantes, por razões pessoais, torciam pelas propostas da Reserva.

Os representantes das prefeituras e das entidades locais, salvo algumas raras exceções, marcaram presença através de um discurso oficial de comparecimento. Principalmente os prefeitos, quando compareciam, fazendo-se acompanhar de uma meia dúzia de assistentes e secretários, restringiram-se a uma fala formal de abertura. As atuações mais expressivas dos representantes das câmaras municipais se deram nas I e II Assembléias Gerais que, por terem sido as primeiras, geraram especulações e interesses naturais. E, também, porque a coordenação do Projeto Mamirauá adotou estratégias para envolver de forma mais ativa os convidados, incentivando-os a falar e a responder perguntas das comunidades, a somarem-se aos grupos de trabalho ou secretariar as reuniões. No encerramento da II Assembléia de Alvarães por exemplo, as autoridades presentes foram convidadas, uma a uma, a entregar aos representantes comunitários placas do IBAMA e SEMACT/AM (Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas) para interdição dos lagos. Mais recentemente, as parcerias firmadas com as prefeituras de alguns dos municípios vizinhos, são motivo para uma participação mais concreta dos seus prefeitos, secretários ou vereadores.

### **Dinâmica e funcionamento, responsabilidades e preparativos**

As assembléias acontecem nos finais de semana, em datas agendadas nos encontros que as precedem. A abertura acontece nas sextas-feiras à noite e o encerramento no domingo



FOTO 07:  
Firmino Walter  
Cavalcante, o "Vavá",  
com o violão, nos  
momentos de animação  
das atividades  
comunitárias.

à tarde, quando os participantes se reúnem para o embarque e viagem de volta. A noite de abertura do evento é marcada pela chegada dos comunitários, pelo desembarque do rancho, pela acomodação dos visitantes e por um jantar. Nos últimos anos, somaram-se às atividades da abertura, um pequeno coquetel com música e alguma encenação como forma de confraternização.

Tanto o início quanto o encerramento são marcados pela tradição comunitária de fazer uma pequena celebração conduzida por um catequista ou “animador de setor”. Esta, embora seja uma tarefa dirigida pelos “animadores”, pode ter a participação de qualquer comunitário. Através deste costume os presentes entoam cânticos (principalmente da luta de preservação de lagos ou do trabalho missionário), tocam instrumentos como o “espanta cão”, contam piadas e casos e fazem a leitura e comentários de trechos da Bíblia para descontrair e afugentar o cansaço. Nos primeiros encontros e assembléias estas atividades antecederiam à apresentação mais formal do evento.

Seguindo a tradição da organização comunitária local, as boas vindas são dadas por uma ou duas lideranças da comunidade ou setor onde se realiza o encontro. Cabe a eles fazer uma pequena apresentação, passar a palavra para os convidados e membros das equipes e conduzir os trabalhos. Nos anos iniciais, a condução dos trabalhos foi aceita voluntariamente por algumas destas lideranças e representantes comunitários, até que os primeiros assistentes fossem contratados.

Principalmente quando são realizadas nas sedes das paróquias, a abertura, assim como o encerramento, podem contar com a celebração de um padre. Todas as instituições presentes e comunidades são convidadas a se apresentar, e o fazem dirigindo algumas palavras de incentivo aos participantes, relatando o que a comunidade ou entidade espera do encontro, explicando alguma ausência ou comentando as dificuldades enfrentadas para participar da reunião e os problemas da viagem. Nos primeiros eventos, a palavra dada aos representantes comunitários na noite de abertura, marcava seu papel central no acontecimento. Este momento, embora muito valorizado pelas comunidades, levava horas e consumia o tempo que podia ser aproveitado em alguma discussão. Hoje esta apresentação fica mais restrita aos representantes eleitos.



A conclusão dos trabalhos, por sua vez, é marcada pela entrega de um brinde para as comunidades, que pode ser um material escolar, uma publicação, equipamentos de fiscalização, placas de lagos (como ocorreu em 1993), um sorteio ou brincadeira. Quando os participantes assim o desejam, pode ser feita uma pequena celebração dominical ou menção de alguma data especial.

As dinâmicas de grupo tiveram o papel fundamental de ajudar na participação dos representantes comunitários. No primeiro encontro da Boca do Mamirauá, em 1992, foi utilizado o método Zopp para escolher o modelo de organização desejado pelas comunidades, as suas responsabilidades e expectativas na criação da Reserva. Nos encontros seguintes, as dinâmicas de grupo com os participantes reunidos por setor, continuaram a ser utilizadas, pois desta forma, se sentiam mais à vontade para discutir os temas. Muitas técnicas de descontração e de trabalho participativo, adquiridos nos cursos de capacitação de lideranças e de mediação de conflitos, passaram a integrar as dinâmicas e metodologias de trabalho utilizadas pelas lideranças e equipes que apóiam as assembléias. Ultimamente, são realizados eventos paralelos às assembléias, como exposições de artesanato e fotografias, representações teatrais comunitárias, e estes só são possíveis graças à incorporação de novos integrantes às equipes.

As assembléias e grandes encontros de usuários, ocupam as equipes diretamente responsáveis por dois a três meses, desenvolvendo uma série de atividades: a elaboração de orçamentos (alimentação, combustível, material didático, reparo de barcos); viagens de mobilização das comunidades; reuniões para discussão dos temas de pauta, ensaio das metodologias e dinâmicas, definição do papel dos membros das equipes, assistentes e lideranças e a condução do encontro, escolha de convidados e atualização de endereços; redação e distribuição dos convites, contato de sensibilização dos atores locais; divulgação nas rádios e elaboração de exposições mostrando os resultados das atividades.

A parte logística, principalmente na primeira fase, quando a infra-estrutura e as condições de trabalho eram menores, exigiu muita dedicação. Adaptação dos locais de trabalho, preparo e manutenção das embarcações para a viagem e estudo do itinerário, estimativa e controle do número de participantes, da alimentação e acomodação dos participantes no encontro e durante as

viagens, indicação das lideranças que ajudam os barqueiros no embarque dos representantes, preparo do material, etc.

Nos primeiros anos, as atividades de planejamento destes encontros foram basicamente da responsabilidade do "Programa de Participação Comunitária", que se encarregava da maioria dos preparativos. Aos poucos, com a expansão dos outros programas sociais e com a contratação de assistentes, estes integrantes passaram a ter uma atuação maior nas atividades de planejamento das assembléias. Reuniões com representantes das várias equipes se fazem semanalmente para discutir os detalhes do futuro evento e garantir a participação de todos os programas. Estes planejamentos estão sujeitos ao período do ano em que acontecem as assembléias e de fatores contingentes como as grandes secas e cheias. Pois, se na seca os trajetos se tornam mais perigosos, no inverno as comunidades estão mais fragilizadas com a alagação das terras, com os animais ilhados, com as dificuldades de abastecimento e com os filhos pequenos circunscritos ao espaço das casas. A realização das assembléias nas comunidades durante estes períodos, implica em riscos ainda maiores. Algumas foram canceladas devido à inundação da localidade ou pela dificuldade de acesso. Todas as programações e investimentos nestas épocas dependem de circunstâncias sazonais, do volume das águas e das condições de navegabilidade. Em virtude destas condições, a maioria das grandes assembléias passaram a ser realizadas nas cidades, onde as condições favorecem a sua realização.

Ao mesmo tempo em que estes eventos exigem uma política de incentivo, é preciso também administrar a participação dos moradores, pois a tradição local de aproveitar estas ocasiões para viajar em companhia da família pode comprometer a participação dos representantes eleitos no encontro e a segurança da viagem. Nas primeiras assembléias a capacidade dos motores foi extrapolada, assim como a de alojamento e alimentação e, tanto a mobilização prévia quanto o embarque precisaram passar por um controle mais rígido daí por diante. No final da década de 90 os encontros começaram a depender do frete de embarcações de linha, os "recreios", motores maiores e mais potentes, com condições mínimas de enfrentar os trajetos com mais segurança e comportar o grande número de participantes.

## DIFERENÇAS DE RITMO E MUDANÇA DE ATITUDE DAS COMUNIDADES

Os diferentes ritmos comunitários de organização, os tempos distintos e necessários para que cada comunidade contribuísse com as novas propostas (prestando informações, participando das atividades de implantação da Reserva, se acostumando aos novos códigos de relacionamento e dialogando com as equipes) são reconhecidos e endossados na narrativa da liderança a seguir. Estas mudanças de comportamento, segundo observa, em muito se relacionam aos vínculos entre os moradores e os segmentos de fora, aos fenômenos de migração e à outras dinâmicas sociais ou circunstanciais. A diferença nas atitudes dos moradores é avaliada de forma eloqüente, assim como a sua própria expectativa como liderança com relação aos resultados obtidos por cada comunidade no andamento do processo de organização política. A liderança descreve sua ansiedade como interventora com respeito ao que considera um “fraco desempenho” de certas localidades e, ao mesmo tempo, demonstra sua sensibilidade em perceber as necessidades e limitações de cada uma delas. O confronto entre as duas realidades, a de antes e a de depois da criação de Mamirauá, e a mudança na disposição dos moradores são descritos também de forma hábil :

*“(...) O São João foi uma comunidade que só deu resposta, eu acho que só deu confiança aos programas de Mamirauá, agora, há três anos atrás. Eu estou com sete lá, só posso ter três desses sete assim, contar com São João mesmo para os encontros de setor, para discussão sabe, para se montar um trabalho. E por quê? Eles já viram que houve um avanço muito grande na comunidade de Aiucá (comunidade vizinha), não é? E eles estão acreditando assim, mais no Mamirauá. Mas, eles precisavam desse tempo. E eu me perguntei assim muito, mas porquê, poxa? Devia estar lá na frente, já deviam, sabe? Mas, estão aqui. Mas, depois eu olhei para cara de cada um, eu acho que é preciso, foi preciso isso como vai ser preciso tantas outras coisas. Pô, quem está lá, como Sr. Pedro, 72 anos, nasceu e se criou ali, de repente, em dez anos, em onze anos, chega uma nova realidade ele vai... Então, eu avalio muito isso. Hoje ele me diz: “Dona Oscarina é tão fácil olhar um peixe-boi e não querer jogar minha hástea nele. Não tenho vontade de jogar minha hástea mais no peixe-boi. Tenho vontade de preservar, tenho vontade de ver muito peixe. Hoje isso para mim esta sendo*



149. Oscarina Martins. Entrevista citada.

150. Idem.

151. Bairro ribeirão de Tefé, reduto de pescadores com fama de invasores de lagos.

*fácil, mas antes não". Então, isso é educação, é mudança de um processo, de um costume, de educação e que precisa mesmo deste tempo*"<sup>149</sup>.

*" (...) Então, São João também precisou de um tempo (...) igualmente a Aiucá. Mas só que São João, ele não deu nenhuma informação, sabe. Para ninguém, ele ficou na dele. Eles não aceitaram educação ambiental, eles não aceitaram organização política e negócio de pau (manejo florestal)....não aceitaram nada. O que eu vejo hoje, talvez eles passaram essa informação, foi uma informação que saiu assim até coagida. Hoje, se tu vai em algumas comunidades por exemplo, tu vai ter uma resposta dessa para contribuir mesmo, sabe. Ele vai passar toda a informação precisa para construir o Mamirauá, a Reserva*"<sup>150</sup>.

*"Diziam: 'Porque a gente ainda não conhecia nada, eram muito poucas visitas, era muito pouca convivência. Eles passavam uma vez, três vezes, às vezes passavam mais tempo sem vir. Às vezes vinha Dona(...), às vezes vinha Dona (...)'. Então não existia assim, essa relação de trabalho entre as pessoas do Projeto e da comunidade, sabe?(...)"*

Na avaliação de Oscarina, as comunidades com vocação comercial ou pescadora, a exemplo da comunidade de São João, precisaram de um longo processo de convivência e maturação com as idéias da preservação, de manejo e com a existência da Reserva propriamente dita. O amadurecimento das discussões entre as equipes, representantes da comunidade e demais moradores, os resultados alcançados com as pesquisas e as atividades de extensão, de modo geral, contribuíram para que os segmentos sociais mais arredios fossem, aos poucos, adquirindo confiança de se manifestarem nos espaços de discussão, reagindo, finalmente, às propostas, participando mais ativamente da organização comunitária e compactuando com as decisões de operacionalização da área.

Fatores e dinâmicas imprevisíveis fazem alternar, constantemente, situações de cooperação, aceitação e resistência popular nas comunidades. Oscarina cita como exemplo Santa Luzia do Horizonte, que inverteu sua posição de aceitação ao projeto da Reserva quando pescadores do bairro do Abial<sup>151</sup> passaram a residir na localidade. Estes, transferiram-se de Tefé para a comunidade visando, à pretexto de (re)aproximação e estreitamento de antigos laços familiares, re-apropriarem-se do direito de pesca nos lagos locais depois que eles foram "fechados" (proibidos) para a pesca de fora.

A decisão, provavelmente, ocorreu após estes pescadores se surpreenderem com a intensificação das ações de fiscalização nas áreas dos lagos Mamirauá e Cauaçu, ambas por eles freqüentadas e exploradas até a ocasião<sup>152</sup>. Mais uma vez, aqui se pode observar a força do sistema de parentesco e compadrio na efetivação de uma política de ordenamento e ocupação da área.

*"Santa Luzia foi uma comunidade muito aberta, jogou muito bem com o Mamirauá no início. Mas, hoje ela está sendo Aiucá. Hoje se você for lá, você tem a metade das informações que você precisa. (...) É um pequeno bairro de Abial agora. E aquele bairro que é contra a gente mesmo, que eu não acredito que é toda a gente do Abial que seja assim (...)"*<sup>153</sup>

## A HERANÇA DE OUTRAS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO

As histórias criadas pelos moradores constituíram uma forma de reação diante da expectativa gerada pela nova iniciativa. Entraram na composição destas histórias a trajetória de incertezas da população e as lembranças de políticas e projetos recentes, excludentes e fracassados, representados por empreendimentos dos quais os moradores guardaram recordações negativas que passaram a ser associadas ao Mamirauá. Todas elas, no fundo, misturavam elementos da realidade e da imaginação, como se verificou à medida que os contatos com as equipes se estreitaram e que os moradores puderam externar mais abertamente suas preocupações. Embora recobertas de dados fantásticos, as percepções e casos estavam recortados de experiências reais, de alguma forma vivenciadas ou conhecidas. A população criou um cenário, fruto da fantasia e, ao mesmo tempo, de lembranças negativas relacionadas às outras experiências.

Segundo narram os habitantes locais, a pesca comercial do acará-disco (peixe ornamental de grande valor no mercado), praticada por grandes barcos nos lagos da Reserva e, particularmente, no sistema de lagos do Jarauá, deixou os estoques esgotados na década de 80 ao atender a demanda de outros centros e do exterior. Acredito que esta foi uma das referências marcantes na composição das histórias, assim como outras experiências similares. No período inicial, os moradores de comunidade referiram-se aos "colombianos" que contrabandeavam peixe liso e jacaré para outros estados e para fora do país. Outras empresas mencionadas, como a Cianê, o Projeto ECHEA, a

152. Relatos de integrantes das equipes, de fiscais ambientais e lideranças comunitárias, além dos formulários de notificação das infrações atestam esta hipótese.

153. Oscarina Martins. Entrevista citada.

154. Comunicação pessoal de ex-gerente da firma.

155. Documento "Projeto Echea" S/ fonte de data e autor.

EMADE, e até a FLONA (Floresta Nacional do Rio Tefé) e a FUNAI, foram lembrados e referidos de forma confusa e negativa pela população.

A Cianê ou Companhia Paulista de Estamparia, ficou conhecida como o "projeto dos paulistas". Sediado em Sorocaba, funcionou de 1979 a 1991 na localidade denominada Fazenda Boa Esperança, situada aproximadamente 300 km a montante de Tefé, no rio de mesmo nome. Entre os objetivos da firma estavam a criação de búfalos e quelônios, o plantio de dendê e a exploração de madeira, além de outras atividades experimentais e comerciais. Segundo um ex-gerente da fazenda, um avião anfíbio costumava sobrevoar as terras da empresa, o que certamente explica as estórias de "roubo" de produtos locais por uma "avioneta". Segundo acredita, nenhuma produção chegou a ser levada do local por não ter sido alcançada a produção esperada<sup>154</sup>.

O Projeto "ECHEA", era encabeçado por um padre, um prefeito da região e um empresário de Manaus, ambicionando envolver 100.000 mil empresários e beneficiar uma população de mais de 700.000 habitantes. A meta de financiamento esperado para cinco anos era de 700 milhões de dólares. Um documento entregue no escritório do Projeto Mamirauá em Tefé por um integrante do grupo, anunciava em seu cabeçalho: *"A defesa do meio ambiente passa fundamentalmente pela qualidade de vida do homem"*, juntamente com ações tão díspares quanto a defesa das mães abandonadas, a criação de postos de trabalho e microempresas, de plantio, criação de animais, moradia e barcos-fábrica assistenciais<sup>155</sup>. Estes barcos serviriam de apoio para a produção, beneficiamento e comercialização dos produtos extraídos da floresta em volumes e cifras espantosos. O documento não esclarecia a forma de execução destas metas, o retorno para os trabalhadores ou como os serviços assistenciais e incrementos sociais propostos, seriam disponibilizados. Sobre este projeto não mais se ouviu falar e o primeiro funcionou no início da década de 90, sendo posteriormente assumido por outras fundações até se desativar por completo.

Finalmente, a EMADÉ, Empresa Amazonense de Dendê e a FLONA, Floresta Nacional do Rio Tefé, unidade ambiental que prevê a exploração racional dos recursos, estão associadas à experiências confusas tanto para a população quanto para as lideranças. A sucessão destes projetos, fossem eles comerciais ou não, perturbou a opinião pública e gerou muita especulação. As expectativas incertas dos moradores, o desencontro de notícias sobre os resultados destes empreendimentos que não tiveram

resultados esperados, fomentaram a incredulidade e o medo com relação à criação de Mamirauá. Nos contatos com as equipes, foram insistentes os questionamentos dos moradores acerca da existência da Reserva e da duração do Projeto Mamirauá, sobre as fontes de financiamento, os benefícios materiais para as comunidades e as listas de pedidos, todos certamente, estimulados com estas experiências anteriores:

*"Por causa que a gente já tinha passado assim, nós sabíamos que tinha também uma Reserva que foi criada, que foi a Cianê, aqui dentro do lago Tefé. E foi assim, fizeram um trabalho lá, até um tempo e daí foi terminado o trabalho. E também era um trabalho que as pessoas ficaram trabalhando, eles tinham mais assim a preferência das espécies na área. Sim, e aí nós ficamos pensando nesta firma que tinham criado dentro do Rio Tefé e aí não deu certo por esse motivo. E aí soubemos que essa firma tinha mais interesse assim nas espécies para transportar, para negociação"*<sup>156</sup>.

*"Eu conheci Mamirauá através das comunidades. Na época eu trabalhava com a paróquia, não é? Então, a visita das pessoas de Mamirauá chegou às comunidades e os comunitários chegaram até a gente enquanto paróquia de Uarini, para falar desse Mamirauá. Então o primeiro impacto que tive foi pensar : 'Poxa! Mas na região tinha acabado de acontecer uma estória que era de uma empresa que teve aqui, a EMAD e que não levou a nada, que acabou aí.' E fiquei assim pensando, não é? E querendo saber mais deles que tinha ouvido, das comunidades (...) "*<sup>157</sup>

*"(...) Agora, tinha estas questões que a gente ouvia falar, de outros movimentos que já tinham passado por aqui, que não tinham dado certo, tinha essas estórias. Talvez fosse isso que a gente estivesse descontente um pouco e o medo de acontecer também com Mamirauá"*<sup>158</sup>.

156. Afonso Carvalho. Entrevista citada.

157. Oscarina Martins. Entrevista citada.

158. Antonio Martins. Entrevista citada.

# CONCLUSÃO

A resistência popular deixou sua marca no processo de efetivação da RDSM, impondo questões de largo alcance e perguntas por fazer constantemente: como lidar com os mecanismos populares informais e indiretos de manifestação; como implantar um modelo participativo inclusivo que, atendendo as necessidades de organizar os moradores para opinar sobre o funcionamento da área, evite o choque frontal com o padrão de interação tradicional; como contar com a confiança das comunidades sem ceder ao apelo do assistencialismo; como enfrentar as forças clientelistas e fazer prevalecer o diálogo como prática de entendimento; como responder às necessidades materiais e culturais da população a curto e médio prazos propondo uma relação mais harmoniosa com o meio; como estabelecer relações amistosas entre equipes e moradores, distinguindo o real assentimento comunitário da mera etiqueta de recepção aos visitantes; como negociar com instituições pouco representativas; e, (só para não continuar com uma lista infundável de questões) como exigir de uma população tão sofrida, maiores sacrifícios. Os esforços dos proponentes e equipes de campo do Instituto Mamirauá neste sentido, na busca de negociação com a população e a coragem dos representantes comunitários que aderiram às novas propostas, apesar de ainda parciais são, a meu ver, exemplares. Como experiência ambiental com fundamentação científica que leva em conta as demandas e o saber das populações locais; que faz do próprio processo um aprendizado; que crê em soluções indissociáveis da realidade social, que se esforça por descobrir um padrão alternativo de interação e organização que resulte em inclusão, confiança e consenso - e que persegue os ideais de preservação da biodiversidade e melhoria dos índices de vida.

A união dos objetivos sociais e ambientais propugnados por Mamirauá implica em um processo moroso. Como descreve uma das lideranças entrevistadas, depende do amadurecimento dos moradores (e dos interventores), do ritmo que cada comunidade desja compreender e assumir posições diante da nova realidade; das influências dos

segmentos dominantes dos quais as comunidades dependem; da cultura local; depende da interação e do desprendimento dos atores (nem todos dispostos a conversar, nem todos em condições de esperar) sobre um manejo que leve em conta interesses diferenciados e o intercâmbio entre os saberes técnicos e populares; depende também da paciência e da determinação daqueles que motivam as mudanças.

Em seus relatos sobre as manifestações dos segmentos sociais, as lideranças ressaltam fenômenos que, muitas vezes, independem ou antecedem à criação da Reserva, sendo próprios do universo local. Quando parcelas de usuários da várzea onde a área é decretada se viram ameaçadas diante das idéias de utilização racional dos recursos e de convivência baseada em códigos horizontais, elas desencadearam mecanismos de expressão que, além de terem deixado evidente a surpresa e a insatisfação, condicionaram negativamente os moradores. Apreensivos com a expectativa de regulamentação da Reserva com participação aberta e direta das comunidades com as quais mantém uma relação de dominação, e por ter que dividir seu poder com uma nova agência, criaram toda a sorte de boatos e histórias sobre os efeitos nocivos que a população sofreria por acatar tais propostas. Atemorizaram e revoltaram os moradores com notícias de despejo aqui e acolá, de conflitos violentos, de proibição das atividades de subsistência, de roubo de crianças e pertences da população na intenção de desmobilizar as comunidades, de desmoralizar e afugentar os defensores e propositores de Mamirauá.

Os depoimentos das lideranças centram-se principalmente nas manifestações populares decorrentes da criação da Reserva: discutindo padrões de comportamento, peculiaridades e fenômenos sociais próprios da região; observando as reações dos setores influentes, favoráveis ou não, junto aos moradores; descrevendo as dinâmicas de interação e de expressão dos diversos segmentos com relação às novas propostas e aos executores do Projeto Mamirauá; recorrendo às lembranças sobre os acontecimentos passados e aqueles mais recentes relativos à implementação de outros projetos que foram associados ao caso de Mamirauá; rememorando a ambigüidade de expectativas dos moradores, a inquietação diante das primeiras, analisando os conflitos comunitários anteriores ou contemporâneos ao Mamirauá; considerando a evolução do comportamento comunitário no desenrolar do processo, o distanciamento e engajamento das comunidades que se alternaram no período; e, avaliando seu próprio

papel como lideranças e interventores para contribuir com o novo modelo e com a melhoria da condição social de suas comunidades.

Fatores complexos sobre o contexto local, pertinentes ao clientelismo, à exclusão social e dependência da população mais marginalizada com relação às parcelas mais favorecidas estão por trás das questões de participação popular e de concretização dos ideais de Mamirauá, discutidas a partir da ótica das lideranças. Reveladas neste processo, estes evidenciam a força histórica de fenômenos como o colonialismo e o paternalismo. Demonstram a atualidade do padrão de organização social assentado no parentesco e no compadrio, diante do qual, a efetivação de um modelo institucional de representação baseado no diálogo e no estabelecimento de medidas impessoais, se vê constrangida. Apesar da eleição formal de uma estrutura de representação comunitária e da aprovação de novas práticas, a sua incorporação definitiva ainda é um desafio.

Como sujeitos de sua própria história e de seu tempo as lideranças discutem os sentimentos dos diversos setores diante da proposta de um novo modelo de proteção ambiental. Suas leituras constituem um instrumento de compreensão de aspectos importantes da realidade social desta região, assim como representam a memória da própria experiência de Mamirauá. Provocadas pela interlocutora, as lideranças refletem em seus depoimentos, o modo de pensar que motivou diferentes comportamentos e reações sociais. Abrem espaço para que a população local envolvida nesta iniciativa fale.

As percepções das lideranças comunitárias de Mamirauá fornecem substância e conteúdo qualitativo para alargar o horizonte e a discussão sobre os novos projetos de conservação e desenvolvimento sustentável. A abordagem subjetiva escolhida, privilegiando os depoimentos dos líderes comunitários, sua atribuição de significado às análises, não só enriquece e aprofunda o debate, mas valoriza o papel dos segmentos geralmente excluídos da população. Pois, sem dúvida, se trata de uma visão de dentro, de quem possui interesses e vivencia as situações enfocadas e, principalmente, de pessoas que se dispõe a expor os sentimentos e as expectativas que motivam suas atitudes. Acredito que seja uma abordagem a ser considerada pelos processos sócio-ambientais alternativos que desejam acrescentar alguma contribuição.

# POSFÁCIO

## HOMENAGENS ESPECIAIS

### JOSÉ MÁRCIO AYRES

**E**m março de 2003, no momento em que escrevia as páginas finais da dissertação de mestrado, a morte de José Márcio Ayres, anunciada quase dois anos antes, comoveu o grupo Mamirauá, familiares, parceiros e amigos. Principal idealizador e coordenador do “Projeto Mamirauá”, Márcio estava à frente de seu tempo, era uma pessoa excepcional, que ocupava e preenchia o tempo dos que com ele conviviam. Inquieto, atento a tudo e a todos. Alegre, contagiante, iluminado – visionário. Com este espírito idealizou Mamirauá e permaneceu até os últimos momentos de sua vida. Deixou, além de um enorme vazio, uma herança, que nós que o conhecemos, seja por Mamirauá, Amanã ou pelo mundo afora, devemos fazer por merecer. Estas duas obras da natureza amazônica, às quais ele tanto se dedicou, são hoje escolas de vida, símbolos da ciência a favor do homem.

José Márcio Ayres, Márcio, Zé ou “Seu Máximo”, como era chamado por alguns ribeirinhos, partiu no ápice de sua vitalidade criativa. Tinha 49 anos, deixou dois filhos, muitos sonhos e projetos. O principal deles é Mamirauá, ao qual ele dedicou a vida. Nas matas de várzea, na floresta inundada do médio Solimões, ele, em suas próprias palavras, “se sentia em casa”. O modelo de desenvolvimento sustentável por ele preconizado, atravessou o mundo, foi reconhecido e premiado em várias partes e está mostrando saídas possíveis para a humanidade em busca de uma sobrevivência racional. Mamirauá e Amanã são a esperança viva, promessas para o mundo que devemos respeitar, acreditar e perseguir. Ecólogo humanista, Márcio deixou uma equipe, uma “comunidade” de homens e mulheres que acredita no seu sonho e que está empenhada em dar continuidade a sua obra.



## ANTONIO MARTINS

Nos idos de 1991, quando fazia a minha primeira viagem de reconhecimento à Reserva Mamirauá, havia muita especulação quanto à nova proposta socioambiental feita para aquela região. Na comunidade de Jarauá, ao procurar o representante local, fui comunicada pelo Sr. Fernando de Castro da necessidade de esperar por um compadre seu, Sr. Antonio Martins, então presidente em exercício, para reunir os moradores para uma conversa com os visitantes. Mais tarde, vendo-o conduzir a reunião, interrogar os membros da equipe, fazer suas anotações e discutir as idéias propostas, me chamou à atenção sua postura insubordinável. Ao contrário do que acontecia com a maioria dos presidentes, que se manifestam de forma açanhada, ele representava os moradores com autoridade. São poucos os que podem falar em nome das comunidades, quase sempre divididas, e que, mesmo com as dificuldades com a escrita e com os códigos externos, se impõem de forma crítica.

Líder do movimento católico comunitário e da luta de preservação de lagos, Antonio Martins foi, desde o início, percebido pelas equipes idealizadoras e executoras do projeto da Reserva Mamirauá por suas qualidades natas de líder e argumentador. Convidado pelo Projeto, passou a ajudar como mediador comunitário da equipe que coordenei durante quase dez anos e junto à qual atuou até o dia de sua morte.

Antonio Martins foi um dos que mais incorporou o espírito de diálogo e entendimento que se queria fazer prevalecer com a criação de Mamirauá. Interlocutor local de um "estranho" projeto, por muitos mal interpretado, ele, juntamente com as demais lideranças deste estudo, tiveram a coragem de assumir suas posições. Em meio a uma população acostumada ao consentimento e à submissão, e entre as visões embotadas pelo medo, eles se sobressaíram com sua ousadia e sua percepção. Aos que se interessam em conhecer o universo ribeirinho, ouvindo a opinião e a voz locais, estes líderes, assim como Antonio, são referência número um. Sua perda foi profundamente lamentada.

# BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Edna; LIMA, Déborah M. 1994. **Memórias do Mamirauá**. Tefé: Projeto Mamirauá. Manuscrito não publicado.

ALENCAR, Edna; LIMA, Déborah M. 1996. A Lembrança da história: memória social, ambiente e identidade na várzea do médio Solimões, Amazonas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 20, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: ABA.

ALIER, J. Martínez. 1996. Pobreza e meio ambiente: uma crítica ao Informe Brundtland. In: ALIER, J. Martinez. **Da Economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB. p. 119. (Coleção Sociedade e Ambiente, 2)

ALIER, J. Martínez. 1998. **Da Economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB. (Coleção Sociedade e Ambiente, 2)

ASSEMBLÉIA GERAL DE MORADORES E USUÁRIOS DE MAMIRAUÁ, 3., 1994. **Ata...** Projeto Mamirauá. Manuscrito

ASSEMBLEIA GERAL DE UAMIRI E ALVARÃES, 1., 1993. **Ata...** Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Manuscrito.

ASSEMBLEIA GERAL DE UAMIRI E ALVARÃES, 2., 1993. **Ata...** Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Manuscrito.

AYRES, José. Márcio. 1993. **As Matas de várzea do Mamirauá**. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá. 127p.

BARREMAN, Gerald D. 1990. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, A. G. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. p. 123-174.

BASES Científicas do Plano de Manejo. Versão Preliminar. 1996. Tefé: Projeto Mamirauá; Sociedade Civil Mamirauá. 579p.

BECKER, Howard S. 1999. A História de vida e o mosaico científico. In: BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 4.ed. São Paulo: Hucitec. p. 101-115.

BERTRAUX, Daniel (Ed.). 1981. **Biography and society: the life history approach in the Social Sciences**. London: Sage.

BOURDIEU, Pierre. 1990. A Delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense. p. 188-206.

BOURDIEU, Pierre. 2001. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CAMARGO, Aspásia. 1984. Os Usos da história oral e história de vida: trabalhando com elites políticas. **Dados. Revistas de Ciências Sociais**, v. 27, n. 1, p. 5-28.

CASTELLS, M. 1999. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. v. 2.

CUNHA, Luiz H. 1998. **Igreja e manejo comunitário de lagos na várzea amazônica**. Belém: NAEA/UFGA; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

CUNHA, Manuela C. da; ALMEIDA, Mauro. W. 2001. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (Org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: ISA; Estação Liberdade. p. 184-193

DENZIN, Norman K. 1984. Interpretando as vidas de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, v. 27, p. 29-44.

DESCOLA, Philippe. 1998. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 23-45.

DIEGUES, Antonio C. 2001. **O Mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP.

DIRETÓRIO Pastoral 2000. Tefé: Coordenação de Pastoral da Prelazia de Tefé. Arquivo da Prelazia de Tefé/AM.

DUBY, Georges. 1995. *Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal. 211 p.

DURKHEIM, Émile. 2000. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.

ELIAS, Norbert. 1994. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 145 p.

ELIAS, Norbert. 1998. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. 2000. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 228 p.

ESTERCI, Neide. 1987. *Conflito no Araguaia - peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes. 208 p.

ESTERCI, Neide. 2002. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia Brasileira. *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 51-62

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1975. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FREYRE, Gilberto. 1992. *Casa Grande e Senzala*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record.

GILLINGHAM, Sarah. 1999. *Um Estudo da organização local e do uso de recursos naturais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*. Tefé: Projeto Mamirauá.

GILLINGHAM, Sarah. 2001. *Meios de vida, padrões de uso de recursos naturais e formas de organização local na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, AM*. Tefé: Projeto Mamirauá. Relatório de Pesquisa em andamento.

- GOFFMAN, Erving. 2001. *A Representação do eu na vida cotidiana*. 9.ed. Petrópolis: Vozes.
- GOLDEMBERG, Mirian. 1995. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro: Record.
- GOLDEMBERG, Mirian. 1997. *A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record. 107 p.
- GUATTARI, Félix. 1995 *Relatórios de atividades semestrais*. Subprograma de Participação Comunitária. Tefé: Projeto Mamirauá. Manuscritos não publicados 1992/1995.
- GUATTARI, Félix. 2001. *As Três Ecologias*. 12.ed. Campinas: Papirus. 56 p.
- HEREDIA, B. M. 1996. Política, família e comunidade. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. p. 57-70.
- HOLANDA, Sergio B. 2001. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 220 p.
- IBAMA. Disponível em: <www/http.ibama.gov.br>. Acesso em: 25 mar.2003.
- IBGE. 2001. Indicadores de mortalidade infantil para as grandes regiões do Brasil. Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2002.
- IBGE. 2001. Indicadores sociais mínimos – Educação e condição de vida. Educação 1999. Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2002.
- IBGE. 2002. Censo demográfico 2000. Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2002.
- IBGE.2002. Indicadores sociais mínimos. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em nov. 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes. M. 1992. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense.

LEAL, Vitor Nunes. 1975. **Coronelismo, enxada e voto: município e o regime representativo no Brasil**. 8.ed. São Paulo: Alfa-Omega. 280 p.

LÉNA, Philippe. 2002. As Políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. **Boletim Rede Amazônia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 18.

LEVI, Giovanni. 1984. Os Usos da história oral e história de vida: trabalhando com elites políticas. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro.

LIMA, Deborah M. 2002. Ética e política ambiental na Amazônia contemporânea. **Boletim Rede Amazônica**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1.

LIMA, Deborah M. 1994. **O Envolvimento de populações humanas em unidades de conservação: a experiência de Mamirauá**. (Documentos do ISA, n. 1).

LIMA, Deborah M. 1996. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: os limites da parceria ecológica. In: SIMPÓSIO DIVERSIDADE BIOLÓGICA E CULTURAL DA AMAZONIA EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO, 1996, Belém, Pa. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

LIMA, Deborah M. 1999. A Construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural Amazônico. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 2, n. 2., p. 5-32.

LIMA-AYRES, Deborah M. 1992. **The Social category caboclo: history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural populations of Amazonian region (the middle Solimões)**. 1992. 342 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Cambridge, Inglaterra.

LIMA-AYRES, Deborah M.; ALENCAR, Edna F. 1994. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na área da Estação Ecológica Mamirauá. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9. **Anais...** Caxambu: ABEP. p. 353-384.

O MACAQUEIRO. 2003. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, v.5, n. 17, jan./dez.

MAMIRAUÁ. Um Guia de história natural da várzea amazônica. 2001. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

MAMIRAUÁ: Plano de Manejo. 1996. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá. 96 p.

MARESCA, Sylvain. 1983. *Les Dirigeants paysans*. Paris: Minuit. 312 p.

MARTINS, José. de Souza. 1989. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: HUCITEC.

MARTINS, José. de Souza. 1994. *O Poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec.

MAX-NEEF, M. A. 1993. *Desarrollo a escala humana*. Conceptos, aplicaciones algunas reflexiones. Montevideo: Redes; Nordan Comunidad.

OLIVEIRA, José A de. 2002. *Cultura, história e memória*. Manaus: Governo do Estado; Valer.

OSWALD, Vivian. 2002. Fiscais localizam escravos através de informantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 de maio. Caderno principal, p. 5.

PÁDUA, José A. 1997. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In SVIRSKY, Henrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (Org.). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Sócio ambiental; Secretaria do meio Ambiente do Estado de São Paulo.

PALMEIRA, Moacir. 1996. Política, facções e voto. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. P. 41-56.

PORTELLI, Alessandro. 1996. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p 64.

POSEY, Darrel A. 1994. Será que o consumismo verde vai salvar a Amazônia?

In: D'INCAO, Maria A.; SILVEIRA, Isolda M. da (Org). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi. p. 345-360.

PRADO JÚNIOR, Caio. 1961. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense.

I RELATÓRIO Anual do Contrato de Gestão do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS/MCT. Exercício 2001. Tefé. 2002.

REIS, Marise. 1996. **Relatórios sobre a negociação do Plano de Manejo com os Setores de Comunidades de Mamirauá**. Tefé: Projeto Mamirauá. Manuscrito não publicado.

REIS, Marise. 1997. Experiência de Preservação e Participação Popular. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n.292, p.27-29.

REZENDE, Ricardo. F.2000. Por que trabalho escravo? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 31-50.

SCOTT, James C. 1985. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven: Yale University. 389 p.

SOUZA, A. Cabrolié. 1984. **Síntese da História de Tefé**. Tefé: UBE.

SUAUD, Charles. 1984. Le Myte de la base les étas generaux du developement agricole et la production du parole paysanne. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 52/53, p. 56-79.



A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no médio Solimões, próxima da cidade de Tefé, protegendo 1.200.000ha de várzea amazônica e envolvendo sessenta comunidades dependentes do recurso pesqueiro e da agricultura, provocou, além da adesão de grande parte da população (que sentiu respaldadas suas preocupações com a escassez dos recursos), manifestações inesperadas de alguns segmentos locais. Tanto as notícias de criação da Reserva, quanto as atividades de escolha dos canais de participação pelos usuários e, mais tarde, a regulamentação do manejo sustentável, foram motivos para especulação e apreensão dos moradores, expressos marcadamente pela difusão de estórias e casos descabidos e engraçados, que não correspondiam, de fato, aos reais propósitos dos idealizadores do novo modelo que alia a conservação da biodiversidade à participação popular.

Criadas por aqueles setores contrários ao ordenamento do uso dos recursos e à efetivação de práticas sustentáveis, temerosos com o estabelecimento de uma ordem que privilegiasse o diálogo e a negociação em detrimento das relações de dominação social e econômica, do clientelismo e do favorecimento pessoal vigentes, estas estórias atingiram grande parte da população, influenciando-a negativamente e desestimulando a participação das comunidades. Esta repercussão é analisada através dos registros da minha experiência como integrante da equipe de interventores sociais do "Projeto Mamirauá" – instituição gestora das atividades no período – e, principalmente, com base nos testemunhos de seis lideranças comunitárias ribeirinhas do entorno, que atuaram como porta-vozes e mediadoras políticas. Elas narram as manifestações iniciais de resistência e adesão, as disputas comunitárias - as arengas e as picicas - selecionando os casos, dando significado a eles. Analisam as atitudes dos moradores e de si mesmas, levantando elementos do cotidiano e do contexto sócio-político - como as dinâmicas inter-comunitárias e os vínculos sociais com segmentos influentes - para alargar a compreensão destes fenômenos, avaliando seu papel de líderes e a evolução do comportamento comunitário frente às novas idéias. A abordagem qualitativa, baseada nos depoimentos dos próprios líderes sobre a interação entre as equipes e moradores, sobre as expectativas e posturas ambivalentes da população e os sentimentos e as motivações pessoais envolvidos, enriquece e aprofunda esta análise. O estudo se vale de colaborações de autores que tratam das questões enfocadas: a da resistência cotidiana, como alternativa aos canais institucionais abertos de participação (James Scott, 1985); a do controle de impressões na pesquisa (Gerald Barreman, 1990); da interação entre "estabelecidos" e "os de fora" (Elias & Scotson, 2000); dos fenômenos da representação política (Bourdieu, 1990 e 2001), e das metodologias qualitativas, entre outros. O papel das lideranças para com esta análise, enfocando de forma diferenciada e "de dentro" a criação de Mamirauá (que considero rica em tensões e entendimentos) e as reações populares que se deram, permite-lhes exercer a condição de sujeito interventor e reflexivo de seu tempo e de sua história.



Ministério da  
Ciência e Tecnologia

